



Baldio da Serra de Mértola

Uma História da Paisagem

Catarina Sequeira Rodrigues

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura Paisagista

Orientadores: Maria José Roxo

Rui Santos

Pedro Arsénio

Jurí:

Presidente: Presidente: Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, Professor Auxiliar do(a) Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

Vogais: Doutora Maria José Leitão Barroso Roxo, Professora Catedrática do(a) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, orientadora; Doutora Ana Maria Contente de Vinhas Novais, Professora Auxiliar do(a) Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus orientadores, pela forma como me guiaram na definição do tema a tratar, pelo interesse que mostraram no meu projeto inicial, e pela confiança que depositaram em mim. Um obrigado sincero pelo conhecimento que me transmitiram.

À Professora Maria José Roxo, que me facultou informação até à data não trabalhada, e me auxiliou com o seu amplo conhecimento sobre o baldio e arredores.

Ao Professor Rui Santos, agradeço o seu indispensável e precioso trabalho de exame, de crítica, de seleção, de correção, e formulação do quadro de análise, sem ele, este trabalho não teria sido o mesmo.

Ao Professor Pedro Arsénio, por assegurar que este se coaduna com o ramo da Arquitetura Paisagista. Agradeço também pelos conhecimentos transmitidos em sistemas de informação geográfica, bem como do território estudado.

Ao Professor Gonçalo Antunes que me ajudou nos processos de georreferenciação e vetorização da cartografia antiga.

À Dra. Maria Amador, que salvaguardou o espólio da Junta de Colonização interna, talvez sem esse gesto, uma parte importante da informação utilizada, já não se encontrasse disponível.

Ao Miguel Carmo, sobretudo pela amizade, que se foi afigurando em torno de uma curiosidade partilhada sobre território, sociedade rural e capitalismo. Foi no nosso encontro de vontades de pensar um mundo diferente que se lançaram as primeiras sementes para a realização deste trabalho.

Ao Frederico Ágoas, pela amabilidade e disponibilidade absoluta em ajudar.

Ao Gonçalo Romeiro, pelas incontáveis conversas em torno deste trabalho, pelo enorme apoio e amizade.

Aos meus pais, pela herança histórica e pelo apoio incondicional.

Ao Seareiro da *Serra*, protagonista desta história.

Resumo

O presente trabalho compreende um espectro temporal de aproximadamente cento e dez anos, período que se inicia na última metade do século XIX e termina na primeira década do século XXI, com o propósito de imprimir inteligibilidade sobre as alterações da Paisagem da *Serra de Mértola*. Estudo de um cenário em constante mutabilidade, próprio do que é vivo e dinâmico, que só uma visão dilatada no tempo permitiu. Foram analisados seis momentos para os quais, existe cartografia dos usos do solo e cadastro de propriedade: 1891-92, 1926-27, 1957, 1990, 2007, e 2008, foram analisadas as respectivas conjunturas político-económicas, delineou-se a história dos usos do solo do baldio da Serra de Mértola, que não é mais do que a história da ocupação humana daquele lugar, para a escala de tempo considerada.

O trabalho tem o seu epicentro em 1926-27, data da divisão do baldio, momento em que se registou uma alteração dos direitos de propriedade da terra, e sobre o qual, afortunadamente, se usufruiu do plano¹ da repartição das terras em glebas, encontrado por Roxo. O trabalho traduz-se na sobreposição destes cinco momentos, em que se procuraram as razões que levaram à divisão, retrocedendo aos anos anteriores, e os ecos repercutidos no território, ao percorrer os anos posteriores, tecendo as devidas correlações com as alterações dos usos do solo. Abriu-se assim, uma outra oportunidade de olhar novamente para este lugar, e pensar o território a partir dele.

As mudanças de organização social são sempre acompanhadas de alterações estruturais nos direitos de propriedade, que por sua vez alteram profundamente o território. No fundo, as perguntas que se impõem. É certo que a alteração dos direitos de propriedade modifica profundamente a aparência do lugar. Como evoluiu a paisagem do *baldio*? E qual a influência das alterações dos direitos de propriedade nessa evolução? Qual o contexto social que gerou tais mudanças?

Palavras-chave

Usos do Solo, Baldio Serra de Mértola, Sociologia Rural, Evolução da Paisagem, SIG

¹ A cartografia já tinha sido citada, mas ainda não se tinha tido acesso aos mapas, encontrados no Arquivo da Câmara Municipal de Mértola, que proporcionou o acesso para a digitalização.

Abstract

This work comprises a time range of approximately one hundred and ten years period that starts in the latter half of the nineteenth century and ends in the first decade of this century, for the purpose of printing intelligibility about changes in landscape of the Serra de Mértola. Study of a scenario in constant mutability itself, than it is alive and dynamic, that only an expanded view in the time allowed. Six moments were analyzed for which there is mapping of land uses: 1891-92, 1926,1957, 1990, 2007, and 2008, analyzed their political and economic conditions, delineated the history of land uses of the Serra de Mértola which is the history of human occupation of the place, for the considered time scale.

The work has its epicenter in 1926-27, when the partition, when there has been a change of ownership of land rights. And on which, fortunately, the Plane of the division of Baldio Serra de Mértola, into plots, were found by Roxo. The work is reflected in the overlap of these five moments in which it sought the reasons for the division, returning to the previous years, and the reflected echoes in the territory, analysing the years afterwards, m a correlation with changes in the land uses. This project reopened an opportunity to look at this place and think the territory from it.

Changes in social organization are always accompanied by structural changes in property rights, which in turn profoundly alter the territory. Basically, the questions are necessary: It is true that the change of property rights profoundly modifies the appearance of the place. How has the landscape of Baldio da Serra de Mértola changed? And what about the influence of property rights changes in this evolution? What is the social context that generated these changes?

Key words

Soil uses, Common Serra de Mértola, Rural Sociology, Landscape evolution, GIS

Índice

| | |
|---|----|
| Agradecimentos..... | 2 |
| Resumo | 3 |
| Abstract..... | 4 |
| Lista de Quadros | 6 |
| Lista de Figuras | 8 |
| Acrónimos e Abreviaturas..... | 9 |
| Introdução..... | 10 |
| Metodologia | 13 |
| I - O Cenário biofísico da Serra de Mértola..... | 16 |
| 1. Localização..... | 16 |
| 2. O Relevo..... | 17 |
| 3. A Geologia | 18 |
| 3.1 Tectónica | 19 |
| 4. O Clima | 19 |
| 4.1 Pluviosidade | 19 |
| 4.2 Temperatura | 20 |
| 4.3 Ventos..... | 21 |
| 5. Os Solos | 22 |
| 6. A Vegetação | 25 |
| II O Cenário Social | 30 |
| 1. Estrutura da Propriedade, posse da terra | 30 |
| 2. Estratificação social..... | 31 |
| III - A conjuntura político-ideológica da partilha do baldio da Serra de Mértola..... | 37 |
| IV - A evolução da paisagem na Serra de Mértola..... | 50 |
| 1. O Baldio antes da divisão..... | 50 |
| 2. A divisão do Baldio, 1926-27..... | 53 |
| 3. Intensificação e concentração das explorações nas décadas de 30 e 40 do Século XX. A Campanha do trigo e a Serra..... | 59 |
| 4. O abandono da Serra - As décadas de 50 e 60..... | 64 |
| 5. Entrada na EU e a reconversão dos usos..... | 66 |
| Ilacões Finais..... | 70 |
| Referências bibliográficas | 74 |
| Anexos..... | 79 |

Lista de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Fatores de erro da georreferênciação (RMS em metros) para cada folha do mapa da divisão..... | 14 |
| Quadro 2 - Pluviosidade média mensal e anual em mm em Vale Formoso entre 1947 e 1990..... | 19 |
| Quadro 3 - Média mensal do número de dias de chuva e precipitação média por episódio em Vale Formoso: 1947-1990..... | 20 |
| Quadro 4 - Temperaturas médias mensais em ° C em Vale Formoso, 1957-86..... | 20 |
| Quadro 5 - Legenda da Carta de Capacidade de Uso do Solo da série SROA, 1957..... | 24 |
| Quadro 6 - Espécies mais comuns na formação subxerofítica presentes na <i>Serra</i> | 27 |
| Quadro 7 - Distribuição dos seareiros segundo as áreas que arrendavam nos distritos de Évora e Beja, em finais dos anos 50..... | 32 |
| Quadro 8 - Superfície cultivada com Trigo em Portugal, 1874-1939..... | 40 |
| Quadro 9 - Adubos transportados pelos caminhos-de-ferro do Sul e do Sudeste..... | 42 |
| Quadro 10 - Evolução demográfica entre 1890 e 1910..... | 43 |
| Quadro 11 - Câmbio médio anual da Libra Estrelina de 1918 a 1924 | 45 |
| Quadro 12 - Evolução da área cultivada de trigo ao longo do século XX..... | 48 |
| Quadro 13 - Usos da terra no Concelho de Mértola, na Serra de Mértola e no conjunto das Serras de Serpa e Mértola, 1888-1899..... | 51 |
| Quadro 14 - Evolução demográfica no Concelho de Mértola e nas freguesias com direitos de uso no Baldio da <i>Serra</i> , entre 1890 e 1910..... | 52 |
| Quadro 15 - Toponímia relacionada com a atividade e presença humana na <i>Serra</i> | 55 |
| Quadro 16 - Dimensão, número e classes de Glebas do Baldio Serra de Mértola..... | 58 |
| Quadro 17 - Evolução dos usos de 1891-91 para 1957 na <i>Serra de Mértola</i> | 60 |
| Quadro 18 - Usos do solo em 1950, nas três freguesias que incluem terras do antigo baldio da <i>Serra de Mértola</i> | 62 |
| Quadro 19 - Usos do solo no Concelho de Mértola, na Serra e no conjunto das Serras de Mértola e Serpa (1957)..... | 63 |
| Quadro 20 - Empréstimos agrícolas concedidos pela C.N.C nas campanhas de 1939/40 a 1944/45..... | 64 |
| Quadro 21- Posição dos empréstimos considerados em situação irregular..... | 64 |

| | |
|--|----|
| Quadro 22 - Evolução da população nas freguesias pertencentes à <i>Serra</i> | 66 |
| Quadro 23 - Conversão e comparação dos usos do solo em 1957 e 1990 no baldio <i>Serra de Mértola</i> | 68 |
| Quadro 24 - Conversão e comparação dos usos dos solos de 1990 para 2007..... | 69 |

Lista de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1- Mapa Junção das folhas da divisão do Baldio em 1926, Coronel Amaro..... | 14 |
| Figura 2 - Gráfico Termopluviométrico da estação de Vale Formoso, 1947- 1991..... | 21 |
| Figura 3 - Um antigo seareiro que passou a ser mendigo, Concelho de Mértola, 1945..... | 33 |
| Figura 4 - Relação entre trabalho e mão-de-obra disponível..... | 33 |
| Figura 5 - Evolução demográfica do Concelho de Mértola e das freguesias com direitos de uso ao Baldio da <i>Serra</i> , 1720-1950 (números índices)..... | 52 |
| Figura 6 - Extrato da folha 3 do mapa da divisão do Baldio..... | 54 |
| Figura 7 - Extrato da folha 4 do mapa da divisão do Baldio..... | 54 |

Acrónimos e Abreviaturas

i.e. - isto é

ANTT - Arquivo Nacional da torre do Tombo

JCI - Junta de Colonização Interna

F.N.P.T - Federação Nacional de Produtores de Trigo

INMG - Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

IGP - Instituto Geográfico Português

DGT - Direção Geral do Território

COS - Carta de Ocupação do Solo

CEE - Comunidade Económica Europeia

UE - União Europeia

CMM - Câmara Municipal de Mértola

RACAP - Real Associação Central da Agricultura Portuguesa

C.N.C - Caixa Nacional de Crédito

DGA - Direção Geral da Agricultura

SROA - Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário

Introdução

"A geografia humana tem assim de apoiar-se ao mesmo tempo no estudo de condições naturais, sempre presentes e influentes, mesmo quando alteradas ou aproveitadas diferentemente pelo homem, e na evolução da vida colectiva: na geografia física, na História, tão imprescindíveis uma como outra para esclarecerem, com as suas luzes, a fisionomia actual dos lugares" (Ribeiro 1970, 11).

A paisagem é um lugar objeto onde a Geografia, a História e o Social se fundem. Pensar território sem tecer uma rede que percorra estas camadas constitui uma visão obtusa da realidade e produz um pensamento estéril. Pode assim dizer-se, que "a aspiração a um pensamento não parcelar, não fechado, não redutor e o reconhecimento do inacabamento, da incompletude de todo o conhecimento" (Morin 2008, 10) constituíram uma pedra basilar deste trabalho.

O lugar objeto de estudo deste trabalho foi outrora conhecido pelo nome *Baldio Serra de Mértola*. Entende-se por *Baldio*, um terreno de usufruto comum, cujos direitos de propriedade pertencem originariamente às comunidades residentes com direitos de posse útil, ou cujos direitos são atribuídos temporariamente a privados, tal como aconteceu no baldio que nos ocupa. No caso da Serra de Mértola, foi estabelecida uma convenção entre os moradores e a Câmara Municipal de Mértola, CMM, no ano de 1751, em que acordaram o pagamento à CMM, de um décimo do que fosse produzido (Casimiro 1993, 92). Paradoxalmente, também se popularizou o termo como sinónimo de inculto e improdutivo. Proveniente do árabe, *baladi* significa árido e inculto (JCI 1939, I). Ora os baldios representaram territórios de produção de uma economia mais ou menos informal - como nos poderíamos esquecer dos famosos carvoeiros da *Serra*? - onde coabitavam as práticas do pastoreio, da apicultura, da apanha de lenha e plantas medicinais, da produção do carvão, que proviam subsistência a uma população à qual tantas vezes nem o trabalho de sol-a-sol chegava para afastar a fome e a miséria.

Este trabalho compreende um espectro temporal de aproximadamente cento e dez anos, com início em finais do século XIX e termo na primeira década do século XXI, com o propósito de imprimir uma inteligibilidade sobre as alterações da paisagem da *Serra*. É um estudo de um cenário em constante mutabilidade, próprio do que é vivo e dinâmico, com mudanças umas mais rápidas, outras mais lentas, que só uma visão dilatada no tempo permitiu descortinar. Percorrendo este espectro temporal com um grau de pormenor que

não é constante, o trabalho tem o seu centro em 1926-27, data da divisão do baldio, momento em que se registou uma alteração dos direitos de propriedade da terra. E porquê a questão dos direitos de propriedade? É certo que as mudanças de organização social são frequentemente acompanhadas de alterações estruturais nos direitos de propriedade que por sua vez alteram profundamente o território e a sua paisagem. Neste caso procuraram-se as razões que levaram à divisão, retrocedendo aos anos anteriores e procuraram-se os seus ecos repercutidos no território ao percorrer os anos posteriores. No fundo a pergunta que se impõe: a alteração dos direitos de propriedade modificou profundamente a aparência do território? De que forma é que a paisagem do *baldio* se alterou?

Porquê este lugar? Não é que essa História da *Serra* não tivesse sido ainda escrita, mas a importante carta encontrada por M. J. Roxo, nos arquivos da Câmara Municipal de Mértola, datada de 1926 e que contém o plano de divisão do Baldio abriu um manancial de questões e uma outra oportunidade não só de se olhar novamente para este lugar, mas também de pensar o território a partir dele. Orlando Ribeiro diz-nos no seu livro *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo*: " (...) Ficou por explorar tudo o que se refere à representação da propriedade e da utilização do solo. Os primeiros mapas topográficos são omissos neste ponto e não se conhecem plantas cadastrais antigas. Mas valerá a pena, por um lado pesquisar todos os fundos de mapas (aliás não inventariados) e plantas de cidades, que às vezes representam cuidadosamente tanto as inclusões rurais na área urbana como os quintais e tapadas dos arredores; por outro lado tentar através do cadastro recente, que existe para grande parte do sul do País, e da fotografia aérea, a reconstituição dos terrunhos antigos, cujo padrão persiste nos obstáculos naturais e nos velhos caminhos rurais, razoavelmente representados no primeiro mapa topográfico do País." (Ribeiro 1970, 21)

A dissertação que se segue é parte de um revisitar do que foi escrito sobre o baldio e sobre esta paisagem enquanto unidade. A história da paisagem dos últimos cento e dez anos do baldio focando-se nas alterações de propriedade e alterações dos usos do solo aí ocorridas, pretende contribuir para as formas de pensar paisagem e de construí-la.

A *Serra* a que este texto se refere sempre, diz respeito à Serra de Mértola, embora tenha estreita relação com o Baldio da Serra Grande de Serpa e no seu âmago compunham uma mesma unidade de paisagem. No entanto, porque pertencem a concelhos diferentes, foram regidos por dinâmicas díspares, e apesar de ambos terem sido divididos, separa essas divisões um fosso de quase 20 anos, bem como interesses subjacentes e procedimentos diferentes. Tal como refere Roxo (1994, 134), apesar de haver uma

homogeneidade morfo-climática nas Serras de Serpa e de Mértola, as características sociais diferem, determinando percursos diferentes.

Seguidamente, traçou-se uma breve descrição da estrutura do trabalho:

O capítulo primeiro, trata-se do enquadramento quanto ao meio biofísico do território estudado. Foram utilizados cinco mapas descritivos da paisagem: a Carta de Solos e Capacidade de Usos da série SROA, folha 46-B; a carta hidrológica com levantamento das linhas de festos, linhas de água e bacias de água efetuado pela EPIC webgis (Silva, 2013), para o enquadramento geográfico utilizou-se a carta militar de Portugal 1:500 000, publicada pelo Instituto geográfico Português, atualizada no ano 2009.

O segundo capítulo faz uma breve abordagem ao cenário social, trazendo a questão do regime latifundiário e a sua relação com a figura do seareiro. Tecem-se considerações gerais sobre a vida da população rural no baixo Alentejo na primeira metade do século XX. Não posso deixar de referir o importante trabalho de Cutileiro (1977) que conta a história de Vila velha, que mais não é do que a história social do Baixo Alentejo, e Pereira (1983) que realizou importantes estudos sobre o desenvolvimento económico na última metade do século XIX e inícios do século XX.

No terceiro capítulo descreve-se o contexto histórico Nacional e Internacional ao longo desses cento e dez anos, e para tal foram utilizados como bibliografia principal, os artigos publicados na revista *Análise Social* pelos autores Reis (1979) e Pais (1976).

O quarto e último capítulo analisa as transformações ao nível da região alentejana para o período estudado. Aqui é traçada uma evolução da paisagem do baldio através da análise dos mapas dos usos do solo e estrutura da propriedade articulada com os processos históricos descritos no capítulo anterior.

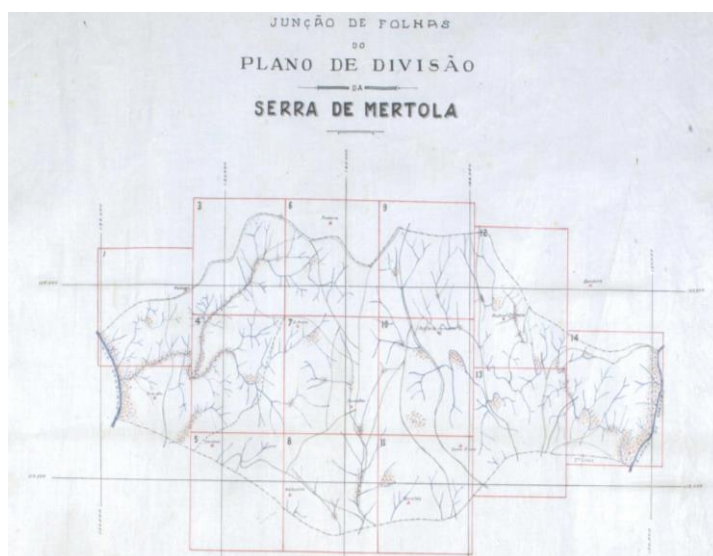
Por fim, na conclusão tecem-se as considerações finais sobre o objeto em estudo.

Metodologia

A metodologia, sustentáculo do projeto, traduz-se na sobreposição e comparação de seis momentos cartografados com as respetivas contingências político-económicas: (i) 1891-92, Carta Agrícola de Portugal, executada sob a direção de Gerardo Péry à escala 1:50000, primeira cartografia referente aos usos do solo e limites dos prédios rústicos. Apesar da carta original englobar apenas metade do território em estudo, Roxo (1994), estendeu-a a toda a extensão do baldio, usando as minutas de Péry que encontrou nos arquivos da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas; (ii) 1926, Cartografia da Divisão do baldio em glebas, composta por 14 folhas, como se pode ver na Fig.1, à escala 1:5000, sob direção de Coronel Amaro; (iii) 1960, Carta Agrícola e Florestal da série SROA, à escala 1:50000; (iv) 1990, Carta da Ocupação do Solo de Portugal Continental, Cos 1990, em formato vetorial, elaborada pelo Instituto Geográfico Português; (v) 2007, Carta da Ocupação do Solo Portugal Continental, Cos 2007, em formato vetorial, também elaborada pelo Instituto Geográfico Português; e por fim foi utilizado o (vi) *Bing Maps Aerial*, imagem de satélite datada de 2008, o mapa mais atual da área de estudo. Pretendeu-se assim, traçar um eixo cronológico que permitisse conjugar os usos do solo e as alterações dos direitos de propriedade. Como suportes de informação cartográfica, usaram-se ainda a Carta de Solos e a Carta de Capacidade de Uso do Solo da série SROA datados de 1957, à escala 1:50000; a Carta Hidrológica com levantamento das linhas de festos, linhas de água e bacias de água efetuado pela EPIC Webgis Portugal, datada de 2013, em formato vetorial; e para o enquadramento geográfico a Carta Militar de Portugal 1:500 000, publicada pelo Instituto geográfico Português e atualizada em 2009.

A primeira etapa consistiu na georreferenciação das cartas: de Péry datada de 1891-92, da divisão do Baldio, datada de 1926; e da série SROA datada de 1957, para isso, utilizou-se como matriz, a imagem aérea mais atual (*Bing maps aerial*).

Figura 1 - Mapa Junção das folhas da divisão do Baldio em 1926, Coronel Amaro



O erro associado à operação de georreferenciação efetuada em SIG, é denominado de RMS (Root Mean Square). Antes dos sistemas de informação geográfica, o valor habitualmente utilizado - erro de graficismo - era 0,4 mm no papel (0,0004m) e não 0,2 mm, valor atualmente aceite. Como as cartas que dão origem a este trabalho datam dos finais do século XIX e primeira metade do século XX, creio que é aceitável trabalhar com este valor. Procedeu-se à multiplicação do valor do denominador da escala por 0,0004, isto é, para uma escala de 1/5 000, como foi o caso abaixo apresentado, o RMS ideal deveria estar abaixo de $5000 \times 0,0004 = 2\text{m}$. O Quadro apresenta os valores de erros para cada folha.

Quadro 1 – Fatores de erro da georreferenciação (RMS, em metros) para cada folha do mapa da divisão

| Nº Folha | Ajustamento | Nº Pontos | RMS |
|----------|-------------|-----------|------|
| 1 | 2º ordem | 21 | 1,45 |
| 2 | 2º ordem | 21 | 1,72 |
| 3 | 2º ordem | 20 | 1,9 |
| 4 | 2º ordem | 20 | 1,9 |
| 5 | 2º ordem | 21 | 1,74 |
| 6 | 2º ordem | 20 | 1,99 |
| 7 | 2º ordem | 20 | 1,9 |
| 8 | 2º ordem | 20 | 1,64 |
| 9 | 2º ordem | 20 | 1,98 |
| 10 | 2º ordem | 20 | 2,29 |
| 11 | 2º ordem | 20 | 1,57 |
| 12 | 2º ordem | 20 | 1,81 |
| 13 | 2º ordem | 20 | 1,67 |
| 14 | 2º ordem | 20 | 1,98 |

A imprecisão da georreferenciação prende-se com vários fatores: desde a má conservação dos mapas datados de 1926, passando pelo erro associado à digitalização, até ao facto de se desconhecer o método de mapeamento utilizado bem como a sua precisão. Houve dificuldades em fazer coincidir os limites das 14 folhas que compõem o mapa da divisão. É ainda importante referir que a cada parcela de terreno, era atribuído um número de identificação, que na prática não se verificou nalguns casos, pelo que se encontraram glebas sem número de identificação atribuído. Apesar disto, foram encontradas glebas, cujos limites de propriedade antigos e de 2008 eram ainda coincidentes. Posteriormente, vetorizaram-se as glebas de 1926, divididas por classes mediante a sua área; vetorizaram-se também as manchas de usos do solo das cartas de Péry, e da série SROA.

As cartas de Ocupação do Solo, de 1990 e 2007, bem como a fotografia aérea, estão já em formato vetorial, pelo que não houve necessidade de tratamento cartográfico. Posteriormente procedeu-se à compatibilização das classes dos usos, para todas as cartas de usos do solo.

As janelas temporais representadas na cartografia - foram fixadas por processos históricos que as precederam, como se verá mais à frente, que estão na origem das mudanças observadas tanto dos direitos de propriedade como dos usos dos solos. Desde as primeiras cartas de usos coordenados por Gerardo Péry, até à atualidade, contam-se mais de cem anos e uma multiplicidade de condicionantes económico-políticas que se procurará caracterizar.

Existem inúmeros estudos que definem e descrevem as componentes biofísicas do território em estudo e região envolvente. Recorreu-se aos trabalhos de Roxo (1994), Casimiro (1993), Galvão (1945) e ao Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Mértola (Russo, 1950), que utilizo como fontes fulcrais, mas não únicas. Foram também importantes, os estudos acerca do relevo realizados por Ribeiro, Lautensach e Daveau (1986), os de Pena (1985) sobre vegetação, e os preciosos escritos de Bentes (1918) sobre a Serra de Serpa. Recorro também a Baptista (1979) e a Galvão (1945, 1949) e às suas análises do regime de exploração latifundiária e do papel do seareiro, protagonista central desta história da paisagem. Quanto aos direitos de propriedade e estratificação social, recorreu-se aos trabalhos de Santos e Roxo (2013), e quanto às alterações dos usos do solo, recorreu-se à obra de Feio (1998). Constituiu também importante fonte, o Inquérito Agrícola e Florestal ao Concelho de Mértola (1950).

Não esquecendo além das fontes cartográficas já referenciadas, a vasta pesquisa bibliográfica de fontes documentais no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e no Arquivo da Junta de Colonização Interna (JCI) a cargo da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

I - O Cenário biofísico da Serra de Mértola

1. Localização

O Concelho de Mértola localiza-se na região do Baixo Alentejo, no distrito de Beja. Faz fronteira a Norte com o Concelho de Serpa, a Noroeste com o Concelho de Beja, a Oeste com o de Castro Verde, a Sudoeste com o de Almodôvar, a Sul com o de Alcoutim, pertencente já ao Distrito de Faro, e a Este confronta com Espanha.

O Concelho está dividido em sete freguesias: Alcaria Ruiva, Corte de Pinto, Espírito Santo, Mértola, Santana de Cambas, São João dos Caldeireiros, São Miguel do Pinheiro, São Pedro de Solis e São Sebastião dos Carros. Trata-se de um Concelho bastante acidentado, em particular junto às margens dos rios e seus afluentes, onde ocorre uma morfologia mais acidentada, com declives acentuados. A altimetria do Concelho varia entre os 112 e os 371 metros, e o ponto mais alto da *Serra* está à cota de 266 m, no marco geodésico Viegas (Roxo 1994, 65).

A Serra de Mértola, objeto de estudo, foi em tempos um terreno baldio, numa charneca árida (Mira Galvão 1945, 54) de 9 661 hectares (JCI., 1939, 22) que abrangia cerca de 7% da área do Concelho (Roxo 1994, 134). Como podemos visualizar no Mapa 1, ocupava a parte Nordeste do Concelho de Mértola, abrangendo as áreas setentrionais das atuais freguesias de Corte de Pinto, Mértola e Santana de Cambas. Era delimitado a Sul pelas povoações de Corte de Pinto e Corte de Sines, e a Este e a Oeste, pelos rios Chança e Guadiana, respetivamente. O limite a Norte era coincidente com o que hoje separa os Concelhos de Serpa e Mértola, e onde outrora existia um vasto *continuum* de incultos², "um mosaico de paisagem individualizado pelas suas características próprias" (Roxo 1994, 155), composto pelos baldios da Serra de Mértola e de Serpa. Este *continuum* foi "(...) o primeiro trato inculto que encontrávamos na vasta região, compreendida entre a Serra do Algarve e o vale do Tejo (...)" (Bentes 1918, 7). Como se disse, as Serras de Mértola e Serpa constituem uma unidade de paisagem, hoje parcelada numa manta de retalhos (Roxo 1994, 8; Lecoq 2002, 85). Os baldios foram parcelados, e deixaram de se constituir como terrenos comuns, primeiro o de Serpa em 1906 e posteriormente o de Mértola em 1926-27, que serve de caso de estudo a este trabalho.

Em 1939, dos 9 661 hectares de terra baldia na Serra de Mértola, sobravam 14, divididos em cinco logradouros comuns (J.C.I., 1939).

² "Incultos" não é sinónimo de "improdutivos". Muito pelo contrário, os *incultos* da Serra serviam uma economia familiar informal como veremos mais à frente.

2. O Relevo

"Falar em Serra é imaginar na paisagem uma cordilheira de montanhas elevadas e contínuas, de altitudes semelhantes, individualizadas por vales mais ou menos paralelos, formando como que uma unidade individualizada no espaço" (Roxo 1994, 8)

O relevo é o resultado visível de uma componente importante da paisagem, e é sempre resultado da relação entre dinâmicas endógenas com dinâmicas exógenas (Lautensach 1987, 121). A evolução do relevo depende da litologia, da tectónica, do clima e da ação antrópica.

A Serra de Mértola está inserida na unidade morfoestrutural denominada Maciço Antigo que cobre a maior parte do território Português, e corresponde à parte ocidental do Maciço Hespérico Ibérico originado no Paleozóico.

A unidade do Maciço Hespérico é extensa e complexa, albergando múltiplas formas de relevo distintas entre si. Enquanto a Norte do Maciço, as rochas são maioritariamente graníticas, no Centro e Sul encontram-se mais os xistos argilosos, de composição e textura uniforme. Pelas diferenças de comportamento e extensão, é insofismável que as manchas de xisto vão determinar paisagens totalmente diferentes das de granito (Ribeiro 1987, 174). Nas extensões de xisto dobrado, em que os estratos apresentam orientações diferentes, havendo alternância de argila com grauvaques, a erosão degrada o que é mais fraco, neste caso os materiais argilosos. O rio aproveita sempre a estrutura, seja ela determinada pela tectónica ou pelo tipo de rocha. Como acontece nesta região, as formas foram dissecadas pelas linhas de água mais ou menos encaixadas, originando uma complexa rede hidrográfica densa e meandrizada, devido não só à impermeabilidade do xisto como também à complexa rede de falhas causada por movimentos tectónicos. Deste modo os cursos de água aproveitaram as linhas de fraqueza para se instalarem.

O modelado no Alentejo evoluiu para uma peneplanície, a chamada Peneplanície Sul-Alentejana, unidade fundamental do relevo do Baixo Alentejo que está a uma altitude de 200-250 metros. É considerada uma superfície poligénica, porque embora seja datada do Miocénico, é composta por superfícies aplanadas sucessivamente ao longo de diferentes épocas geológicas (Ribeiro 1978, 15; Roxo 1994, 63; Feio 2004, 22). A continuidade desta superfície é interrompida por acidentes tectónicos, como é o caso da falha da Vidigueira; ou pela presença de relevos residuais de dureza, resultantes da diferença de resistência das

rochas presentes, aos processos erosivos. Um bom exemplo, de relevo residual é a *Serra de Alcaria Ruiva* com afloramentos de quartzitos.

A *Serra* apresenta-se como parte dos restos de superfície de aplanção, com encostas relativamente suaves, em oposição aos relevos residuais mais rigorosos marcados pelas cristas quartzíticas (Ribeiro 1987, 173,182).

Quanto à hidrografia, observe-se o Mapa 3, teve como fonte os trabalhos de levantamento das linhas de água e festos da Epic Webgis, Portugal (Silva, 2013). As principais linhas de água que atravessam a *Serra* pertencem à bacia hidrográfica do Guadiana, tais como: as ribeiras de Terges, de Cobres, de Oeiras, das Carreiras, do Vascão, de Limas e da Chança.

O vale do rio Guadiana na *Serra* é muito encaixado, com fundos e vertentes retilíneas (Roxo 1994, 95), resultado da erosão fluvial associada à evolução do rio. Os troços das principais linhas de água são retilíneos com vales muito encaixados devido à resistência litológica a processos de erosão fluvial e por condicionantes tectónicas. O sistema é denso e intrincado formando uma rede hidrográfica dendrítica (Roxo 1995, 92). Na *Serra* onde a rede de drenagem é menos densa, os vales são extensos e as vertentes mais suaves (Roxo 1994, 107). Na *Serra*, há dois terraços aluvionares na foz do rio Cobres, na herdade de Cascalheiras e o segundo no Porto Largo (Roxo 1994).

3. A Geologia

O Maciço Hespérico caracteriza-se por rochas antigas altamente deformadas e metamorfizadas com ocorrências de intrusões magmáticas em zonas internas e nas zonas externas séries sedimentares pouco metamorfizadas (Ribeiro 1979, 9). No interior do Maciço Antigo é possível diferenciar várias zonas com características litológicas comuns. A *Serra* insere-se na unidade *Zona Sul-Portuguesa*, que constitui uma das zonas externas da cordilheira Hercínica Ibérica e foi uma das unidades que sofreu menos deformação, o que diminui para Sul, por isso é essencialmente constituída por rochas sedimentares pouco metamorfizadas. Dentro desta unidade paleogeográfica, a *Serra* está inserida na formação do Pulo do Lobo, e contacta a Sul com a formação da Atalaia, datadas ambas do Devónico, embora não seja consensual (Roxo 1994, 74).

A formação do Pulo do Lobo (devónico superior e mais antigo?) aflora na área de confluência das ribeiras de Odivelas e Soberanas. É composta por dois elementos: o inferior, com xistos filitosos levemente quartzíticos e com quartzo de exsudação intercalados raros níveis de metavulcanitos ácidos; o superior, composto por uma alternância de xistos filitosos fortemente laminados. (Oliveira 1984, 18).

Há também formações detríticas mais recentes, depósitos aluvionares, no fundo dos vales, resultado das linhas de água (Roxo 1994, 107).

3.1 Tectónica

"A formação do pulo do lobo mostra deformação intensa, ocupando o centro do anticlinal cujo flanco SW está estirado por cisalhamento cavalgante" (Oliveira 1985, 28). "Esta formação ocupa um anticlinal encaixado entre o grupo Ferreira-Ficalho a Norte e a Faixa Piritosa a Sul" (Casimiro 1993, 8)

4 O Clima

O clima é irregular, do tipo mediterrâneo temperado, com verões quentes e secos e invernos moderados e chuvosos. A temperatura média anual é elevada e a pluviosidade é baixa, bastante irregular ao longo do ano. Chove de outubro a março, principalmente em novembro e dezembro, mas os meses de verão são marcados por precipitações muito baixas.

4.1 Pluviosidade

As médias pluviométricas mensais variam desde os 81.9 mm em dezembro a quase nulas para os meses de julho e agosto, como podemos ver no Quadro 2. Esta irregularidade não se verifica só ao longo do ano, mas também entres anos. Desde anos muito secos, com pluviosidades anuais de 236,4 mm (1980-1981) a muito chuvosos com pluviosidades anuais de 1079,2 mm (1949-1950) (Roxo 1994,30).

Quadro 2 - Pluviosidade média mensal e anual em mm em Vale Formoso entre 1947 e 1990.

| Estação | Outono | | | Inverno | | | Primavera | | | Verão | | | Média Anual |
|----------------------|--------|------|------|---------|------|------|-----------|------|------|-------|-----|-----|-------------|
| | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | |
| Vale formoso 1947-90 | 21.6 | 62.7 | 70.5 | 81.9 | 67.6 | 62.3 | 62.2 | 48.5 | 34.0 | 18.8 | 3.1 | 3.2 | 521.9 |

Fonte: Casimiro (1993, 18), sobre dados do INMG

As chuvas de novembro são mais concentradas embora com menos de dias de chuva que em janeiro e fevereiro, como podemos ver no Quadro 2. Como refere Casimiro (1993), este período de chuvas intensas coincide com o momento em que a terra é lavrada antes e depois da sementeira, implicando uma erosão do solo muito elevada, que aumenta exponencialmente com a inclinação do terreno.

Quadro 3 - Média mensal do número de dias de chuva e precipitação média por episódio em Vale Formoso: 1947-1990

| Meses | Nº médio de dias de Chuva | Precipitação média por episódio (mm) |
|-------|---------------------------|--------------------------------------|
| Set | 2.7 | 18.3 |
| Out | 7.5 | 66.0 |
| Nov | 8.7 | 70.2 |
| Dez | 9.6 | 67.7 |
| Jan | 10.0 | 60.6 |
| Fev | 10.6 | 57.1 |
| Mar | 8.1 | 44.0 |
| Abr | 9.0 | 49.7 |
| Mai | 6.2 | 28.9 |
| Jun | 3.5 | 20.7 |
| Jul | 0.6 | 4.3 |
| Ago | 0.8 | 2.7 |

Fonte: Casimiro (1993, 21) sobre dados do INMG

4.2 Temperatura

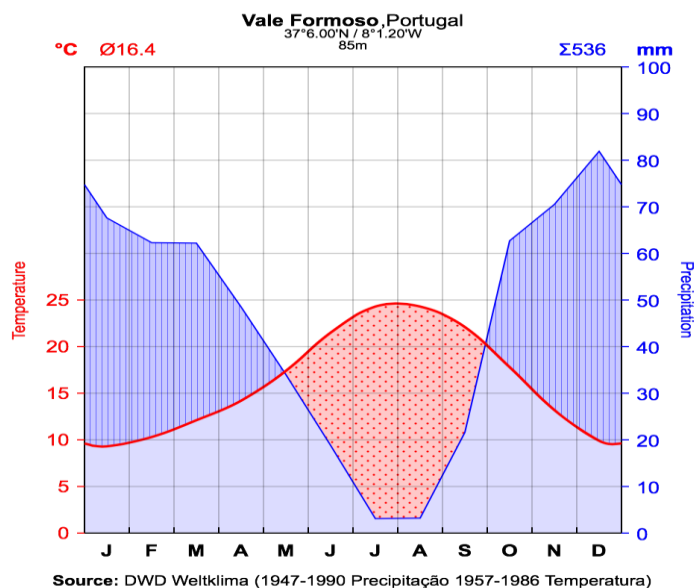
Do ponto de vista térmico caracteriza-se por um clima de cariz continental em que o mês mais frio é janeiro e o mês mais quente julho. O outono e a primavera são regra geral, estações amenas que oscilam entre os 12 ° C médios em março e os 22 ° C médios em setembro.

Quadro 4 - Temperaturas médias mensais em ° C em Vale Formoso, 1957-86

| Estação / ° C | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago |
|---------------|------|------|------|-----|-----|------|------|------|------|------|------|------|
| Vale formoso | 22,1 | 17,8 | 13,2 | 9,9 | 9,3 | 10,3 | 12,1 | 14,2 | 17,4 | 21,5 | 24,3 | 24,3 |

Fonte: Roxo (1994,55) sobre os dados do INMG

Figura 2 - Gráfico Termopluviométrico da estação de Vale Formoso, 1947- 1991



4.3 Ventos

Os ventos são de modo geral, fracos. Há uma predominância de ventos do quadrante Oeste e Noroeste para todo o ano, excetuando o inverno onde também predominam ventos de Este e Sueste. Os ventos de Sudoeste e Nordeste apresentam sempre ocorrências muito fracas principalmente na primavera e no verão. Os ventos de Norte são os mais constantes ao longo do ano apesar de se registar um ligeiro aumento no verão.

Os ventos secos e quentes no verão estão associados a pressões subtropicais. O anticiclone dos açores migra para norte e os ventos quentes do Saara sobem pelo litoral (Vento siroco). Os ventos que são geralmente fracos e moderados, tornam-se mais fortes nos meses de janeiro e fevereiro. São ventos principais os que sopram dos quadrantes sueste, noroeste e sudoeste.

Em síntese, o verão (junho, julho e agosto) é, como referido anteriormente, seco, quente e longo (mínimo 3 meses), há uma insolação muito forte, a temperatura média ronda os 24° C e a precipitação é muito baixa, quase nula, a que existe é formada por trovoadas.

O inverno (dezembro, janeiro e fevereiro) é de húmido a seco, de temperado a frio. Pode ser seco e portanto, com céu limpo e vento frio, ou pode ser mais húmido e assim trazer dias mais nebulosos, com maior precipitação e temperaturas mais altas.

O outono (setembro, outubro, novembro) principia-se em setembro, mês muito irregular, por vezes o calor e a secura do verão estende-se, mas é a estação das primeiras chuvas, por vezes violentas. A insolação é menor e os dias são mais frios. As amplitudes térmicas diárias aumentam. Outubro é mais ameno e mais chuvoso. Novembro é mais nublado, mais frio à exceção do verão de São Martinho.

A primavera (março, abril, maio) traz regra geral mais nebulosidade e mais chuva, apesar de março ser um mês muito irregular, que pode ser húmido ou seco. As temperaturas começam a subir em abril, a tendência mantém-se em maio de forma mais constante. Note-se que abril é um mês muito importante para a cultura do cereal, mês em que as culturas começam a desenvolver o grão, é crucial que chova neste mês (Cutileiro 1977, 5).

Estes invernos e verões são extremamente desfavoráveis à produção vegetal, o que gerou plantas adaptadas às épocas de estio: as resistentes, esclerófilas (plantas perenifólias de folhas duras, coriáceas); e as de fuga, terófitas (plantas anuais), como veremos mais à frente. O referido contexto climático condiciona, portanto, a produção de biomassa e os processos pedogenéticos (Fonseca 2004, 25).

5 Os Solos

Para o presente subcapítulo foram consultadas as cartas de Solos e Capacidade de Uso do Solo da série SROA, à escala 1:50 000, elaborados por Cardoso, em 1958 e 1959, as quais constituíram as fontes de informação primordial para a realização dos Mapas 4 e 5 apresentados em anexo.

As formações geológicas originaram terrenos xistosos, estruturalmente pobres e pouco profundos, com fraca capacidade de retenção de água e muito propensos à erosão (Silva 1950, 11). Dependendo da composição química das rochas que lhes deram origem e do processo pedogénico, geraram-se solos diferentes. Assim sendo, onde havia maior presença de mica, originou-se terra mais argilosa, onde predominava o quartzo, formou-se uma terra mais arenosa, logo mais permeável. Quando a rocha fragmentada se encontra mais abundante, a terra é mais porosa e por isso mais permeável. Nos fundos dos vales e nas margens das ribeiras encontram-se os solos mais húmidos e mais finos, com maior fertilidade e mais facilmente aráveis, as chamadas terras francas.

As formações edáficas resultam do substrato geológico, e na *Serra* provêm de duas grandes famílias distintas, uma originada da Formação do Pulo do Lobo e outra das formações detríticas paleogénicas. Estes dois grupos são caracterizados com mais pormenor em seguida.

Solos provenientes da família da Formação do Pulo do Lobo

Os Litossolos (Ex) ocupam a maior parte da área de estudo, são solos muito finos e muito pobres, com pouca matéria orgânica. Provêm de xistos e graúvaques. Apresentam uma textura de ligeira a mediana e ph entre 5 e 8. Predomina a meteorização física principalmente da rocha-mãe uma vez que esta vai sendo exposta aos agentes de meteorização, porque o material de textura fina vai sofrendo erosão laminar.

Os Solos mediterrânicos vermelhos ou amarelos de materiais não calcários dividem-se em duas famílias: os de xisto (Vx), e as rañas (Sr). São caracterizados por camadas superiores de textura ligeira ou mediana, de cor vermelha ou amarela, com baixo teor em matéria orgânica, atingem níveis medianos quando o solo é utilizado para agricultura, mas decresce rapidamente em profundidade. São solos de ph moderadamente ácido a neutro. A porosidade da terra é fina e a permeabilidade é lenta a moderada.

Solos mediterrâneos pardos de xisto (Px) são caracterizados por camadas superiores pardas ou castanhas, textura franca frequentemente com apreciável percentagem de limo; apresentam também baixo teor em matéria orgânica, a estrutura geralmente granulosa fina moderada a fraca; terrenos friáveis. São solos moderadamente ácidos a neutros.

As características transversais a todos os solos são a fraca fertilidade, devido essencialmente ao baixo teor de matéria orgânica, à pequena espessura dos horizontes e fraca capacidade de acumulação de água. A baixa fertilidade deve-se não só à má gestão dos usos, mas é também característica de um clima mediterrânico de verões muito quentes com pouca água e invernos rigorosos, o que impede a formação e acumulação de matéria orgânica.

Solos provenientes das Formações detríticas paleogénicas

No fundo dos vales, encontram-se solos muito férteis constituídos por material arrastado das vertentes, os coluviossolos (Sb), observáveis na várzea de Vale Formoso (Roxo 1994, 120).

Quanto à capacidade de uso dos solos, existem cinco classes de solos, como podemos observar no Quadro 5. A esmagadora maioria da área de estudo é composta por solos das classes D e E, com pouca aptidão para o uso agrícola. Os principais fatores limitantes da área de estudo são a erosão e o escoamento superficial (Roxo 1994).

Quadro 5 - Legenda da Carta de Capacidade de Uso do Solo da série SROA, 1957

| Classes | | |
|-------------------|---------------------|---|
| Uso Agrícola | A | Cultura intensiva |
| | B | Cultura moderadamente intensiva |
| | C | Cultura pouco intensiva |
| Uso não Agrícola | D | Pastagem permanente, Exploração de matos, Exploração de florestas com poucas restrições |
| | E | Exploração de florestas com muitas restrições, Vegetação natural ou de proteção |
| Subclasses | | |
| | e (Be, Ce, De, Ee)) | Limitações resultantes de erosão e escoamento superficial |
| | s (Bs, Cs, Ds, Es) | Limitações do solo na zona radicular |

6 A Vegetação

"O mato que predominava nesta *Serra* era a Esteva, Tojo, Urze do género *Erica* e *Calluna*, lentisco (*Pistacia lentiscus*, L.), alecrim, trovisco, rosmaninho, murta (*Myrtus communis*, L.), medronheiro (*Arbutus unedo*, L.)" (Bentes 1918, 17)

No Concelho de Mértola, tal como na *Serra*, existem três formações vegetais, próprias de um clima mediterrâneo continental caracterizado por verões quentes e invernos pouco chuvosos e amenos, com solos esqueléticos (esqueléticos) provenientes de uma litologia xisto-argilosa intercalada com bancos de grauvaques. Observa-se uma flora muito adaptada à *secura*: 1) a Floresta esclerofila, 2) a Formação subxerofítica e 3) a Estepe mediterrânica.

1) À floresta esclerofila pertence o montado, agora parcialmente substituído pela floresta de resinosas e o eucaliptal.

Os montados são resultado duma " (...) domesticação (...) durante o período pós-neolítico" (Pena 1985, 19). Dá-se o nome de montado a todo o povoamento em que a *Quercus rotundifolia* (azinheira) ou a *Quercus suber* (sobreiro) sejam dominantes, com ausência do estrato arbustivo e aproveitamento agro-pastoril do estrato herbáceo. Neste caso concreto, o montado é dominado essencialmente pela Azinheira com aptidão para suportar aridez e altas amplitudes térmicas anuais. Esta espécie faz-se acompanhar por vezes da *Olea europaea* L. (zambujeiro). A Azinheira tem um papel muito importante não só no combate à erosão, como também contribui para aumentar a fertilidade do solo produzindo matéria orgânica e aumentando a infiltração e retenção de água no solo, contribuindo também para o conforto térmico, aumentando a humidade, e diminuindo a temperatura nos dias mais quentes (Pena 1985, 17-20).

Como se verá mais à frente, e tal como refere Casimiro, foi muito comum ao longo da janela temporal tratada, essencialmente na campanha do trigo, a existência de co associações de montado com culturas arvenses de sequeiro com sistemas de rotação pousio-pastagem ou simples presença de pastagens (Casimiro 1993, 3; Pena 1985, 19) que ainda se observam na *Serra*.

Quanto às florestas de resinosas (pinhais) e eucaliptais, ambos representam unidades de produção florestal, tendo os pinhais pouca expressão na *Serra*, Roxo diz-nos que foram plantadas essencialmente por iniciativas estatais.

Quanto ao eucaliptal, a espécie dominante é o *Eucalyptus globulus* (eucalipto), o estrato arbustivo quando existe, é o *Ulex minor* (Tojo-molar) e a *Cistus ladanifer* L. (Esteva),










plantas não muito atraentes para a fauna em geral, resultando em áreas que apresentam muito baixo índice de biodiversidade (Pena 1985, 18).









Estão também presentes: *Quercus suber* (sobreiro), *Prunus dulcis* L. (amendoeiras), e *Ceratonia siliqua* L. (alfarrobeiras), vegetação muito esparsa e pouco significativa.

2) A Formação subxerofítica é uma área de charneca mais comumente denominada de "mato", reúne uma população florística muito adaptada à secura. Dentro das formações subxerofíticas existem as unidades: Maquial e Garrigue que variam essencialmente na sua estrutura. "O maquial é um estado de degradação da floresta mediterrânica persistente. Caracterizada por vegetação arbustiva de 2 a 3 metros de altura, denso e folhas coriáceas ou espinescentes" (Pena 1985, 25; Ribeiro 1986, 7). O garrigue é resultado do aproveitamento humano intensivo, substituindo o maquial, formação arbustiva com clareiras com terra nua e afloramentos rochosos, a espécie dominante é o carrasco.

O elemento comum é a presença de estevas, altamente adaptadas com as suas folhas estreitas ou rugosas (Roselha), com o objetivo de reduzir a transpiração com uma inclinação da folha que impede uma radiação solar incidente e um fluido pegajoso que reflete uma grande parte da mesma (Pena 1985, 25).

Quadro 6 - Espécies mais comuns na formação subxerofítica presentes na Serra

| Vegetação | Aspeto | Nome botânico | Nome comum | Regime | Altura | Época de Floração | Cor da floração |
|-----------|---|---|------------|-------------|----------|-------------------------|--------------------------|
| Arbórea |  | <i>Ficus carica</i> L. | Figueira | Caduco | 6-10m | Agosto - Setembro | Não visível |
| |  | <i>Cydonia oblonga</i> Miller | Marmeleiro | Caduco | 4-6m | Abril - Maio | Branças ou Rosa |
| |  | <i>Quercus coccifera</i> L. | Carrasco | Persistente | 3-5m | Abril-Maio | Amarelas- esverdeadas |
| |  | <i>Cistus ladanifer</i> L. | Esteva | Persistente | 1-3m | Maio-Junho | Branca |
| |  | <i>Cistus crispus</i> L. | Roselha | Persistente | 30-50cm | Abril-Junho | Rosa |
| |  | <i>Lavandula pedunculata</i> (Miller) Cav. | Rosmaninho | Persistente | 50-150cm | Fevereiro - Setembro | Lilás |
| |  | <i>Cistus monspeliensis</i> L. | Sargaço | Persistente | 1-2m | Maio-Junho | Branca |
| |  | <i>Halimium commutatum</i> Pau | Verdinho | Persistente | 1-2m | Janeiro-Junho | Amarela |
| |  | <i>Pistacia lentiscus</i> | Aroeira | Persistente | 2-4m | Março-Maio | Amarela- Vermelha |

| | | | | | | | |
|-----------|---|--------------------------------------|-------------------------|------------------------|----------|----------------|------------------|
| Herbáceas |  | <i>Ornithopus compressus</i> L. | Serradela- brava | Anual | 20-50m | Março-Julho | Amarela |
| |  | <i>Asphodelus ramosus</i> L. | Gamão | Anual | 50-70cm | Abril-Junho | Branca |
| |  | <i>Scorpiurus vermiculatus</i> L. | Erva-carneirinha | Anual | 30-40cm | Abril-Julho | Amarela |
| |  | <i>Tuberaria guttata</i> (L.) Fourr. | Alcar | Anual | 5-30cm | Abril-Julho | Amarela |
| |  | <i>Urginea maritima</i> L. | Cebola - albarrã | Bolbosa Persistente | 05cm-1m | Agosto-Outubro | Branca e Amarela |
| |  | <i>Muscari comosum</i> (L) Miller | Jacinto das searas | Bolbosa Persistente | 10-60cm | Março-Junho | Lilás |
| |  | <i>Gladiolus illyricus</i> Koch | Espadana-dos- montes | Bolbosa Persistente | 30-60cm | Março-Junho | Rosa |
| |  | <i>Galium aparine</i> L. | Loendro | Anual | 80 -1,8m | Março -Junho | Branca |

Fonte: Roxo (1994, 129)

À formação subxerofítica pertencem os níveis: 2a) esteval; 2b) montado abandonado e 2c) matagal.

2a) O esteval, resultado do abandono da produção de culturas extensivas, tem como planta dominante a esteva, e onde por vezes se encontra quase exclusivamente. Segundo Pena e coautores é uma formação do tipo garrigue mais pobre floristicamente, uma vez que está adaptada às condições mesológicas desta região, onde esporadicamente aparecem manchas mais ricas possivelmente coincidentes com substratos mais evoluídos, "ilhas" no meio de solos esqueléticos (Pena et al. 1985, 29). O esteval impede a erosão dos solos, protegendo-os enriquece-os.

2b) O montado abandonado é considerado quando as azinheiras não são podadas, o que gera um brotar de vida arbustiva, aumentando assim a fertilidade do solo. Aqui a regeneração da vegetação natural permite pensar numa evolução para coberto tipo bosque (Pena 1985, 20), caso mais comum na *Serra* depois do grande abandono pós campanha do trigo, como veremos mais à frente.

2c) O matagal de áreas declivosas, compreende uma grande diversidade de espécies, concentra-se nas áreas mais declivosas e afloramentos rochosos, zonas que pela inacessibilidade sobreviveram às arroteias. Apresenta uma riqueza ecológica única, segundo Pena (1985), e tem um papel importantíssimo no combate à erosão, formando uma barreira ao arrastamento do solo. A situação mais próxima do maquial é o matagal mediterrânico.

3) A Estepe mediterrânica é o resultado final dos processos de produção intensiva. Trata-se de um ecossistema muito simples, de campo aberto, com ausência de árvores e/ou arbustos, onde apenas se encontram herbáceas com sistema radicular bem desenvolvido - raízes pastadeiras (gramíneas) ou com órgãos de reserva subterrâneos (bolbosas). Este é o biótipo mais representativo do Concelho de Mértola.

II O Cenário Social

Neste capítulo caracteriza-se brevemente o contexto social Alentejano e particularmente do Baixo Alentejo, na primeira metade do século XX, onde incide o foco deste trabalho.

1. Estrutura da Propriedade, posse da terra

A distribuição da posse da terra representa o fulcro da estratificação social (Cutileiro, 1977, 15), na *Vila Velha* (pseudónimo de Reguengos de Monsaraz) do estudo antropológico de José Cutileiro, como em qualquer sociedade rural em que a economia agro-pastoril constitua o fulcro da produção de riqueza.

Nesta região a propriedade é muito concentrada, e a exploração da terra é extensiva, dominando essencialmente a cerealicultura, o montado, o olival e a criação de gado. O latifúndio corresponde simultaneamente a um tipo de propriedade e a uma forma de exploração da terra: unidades de grande dimensão cultivadas por trabalho assalariado ou parceladas, arrendadas ou em regime de parceria, a pequenos lavradores e seareiros (Baptista 1979, 346). Entende-se por parceria um contrato entre dois parceiros, um detentor dos direitos de uso da terra e outro cultivador, pelo qual partilham, segundo um acordo preestabelecido, as produções obtidas pelo segundo, numa área delimitada e num determinado período de tempo (Caldas 2001, 5). Essa unidade de grande dimensão é uma estrutura caracterizada pelo subaproveitamento, pela falta de técnica, pelo baixo índice de mecanização, bem como pela falta de infraestruturas; resultando em vastas pastagens e pousios (Baptista 1979, 341-34). Representa no fundo uma interdependência entre sistema de produção e dimensão física, devido essencialmente a uma escassez natural e tecnológica.

Os baldios eram terrenos marginais a este sistema de exploração, com vastas áreas incultas aproveitadas para pastagens (Cutileiro, 1977, 16).

Acerca de Mértola:

"Predominam na região a média e grande propriedade, as que melhor se coadunam com a pobreza do solo e com o sistema de cultura. Na realidade, como consequência da

monocultura, os riscos de exploração são grandes e os fracos rendimentos unitários têm que ser supridos pela grande extensão das folhas de cultura. Por outro lado, só a grande exploração pode convenientemente aproveitar as folhas em pousio para a criação, em larga escala, do gado bovino." (Galvão, Pereira, e Pereira 1945, 9).

No período em análise, a mudança mais significativa relativamente ao regime de propriedade da terra foi precisamente a divisão dos baldios. Os argumentos a favor da divisão vinham já desde o século XVIII (Santos e Roxo 2013, 127) por exemplo: "Contra ele [Baldio de Mourão] se elevavam protestos, atribuindo, como é de regra, o atraso ao baldio - argumento principal a favor da sua divisão, efetuada em 1805" (Ribeiro 1970, 81); mas ao que parece, acentuaram-se nos finais do século XIX, fruto de uma política agrária, apurada no capítulo seguinte. Durante a década de 1880-90, um estudo aprofundado de vários concelhos do Alentejo, sob a orientação de Gerardo Péry, revelou que "num total de 581 800 ha considerados, 224 800 ha (39 %) eram de charneca ou baldios.

2. Estratificação social

A estratificação social no Alentejo estava profundamente relacionada com o sistema de exploração da terra. Como vimos, baseava-se em trabalho assalariado e/ou arrendamento das terras mais pobres a seareiros, ainda que o detentor da posse da terra fosse um lavrador rendeiro ou lavador proprietário.

2.1 O Seareiro

O seareiro era uma categoria de pequenos ou médios cultivadores que tomavam em parceria parcelas de herdades, geralmente, nas áreas menos produtivas, por serem as de terras mais pobres, ou debaixo de montado, e que pagavam como renda uma quota da produção obtida. Esta era geralmente de 1/4 da produção (Ribeiro, 1970, 142; Baptista 1945, 356).

Dos recenseamentos aos produtores de trigo para os distritos de Évora e Beja, no final dos anos 50, Baptista extraiu 7. Deste quadro percebemos que a esmagadora maioria dos seareiros tinha acesso a áreas exíguas. Daqui deduz-se que provavelmente teria que recorrer à oferta de trabalho próprio e familiar como assalariado. Reciprocamente, 94% dos seareiros não recorriam geralmente a trabalho assalariado (Baptista 1979, 350).

Quadro 7 - Distribuição dos seareiros segundo as áreas que arrendavam nos distritos de Évora e Beja, em finais dos anos 50

| Número em % de Seareiros | Classes de dimensões das terras arrendadas |
|--------------------------|--|
| 8 | > 20 ha |
| 22 | 5 < a < 20 ha |
| 70 | < 5 ha |

(Baptista 1979, 351)

Na maior parte dos casos, os seus meios de produção seriam uma parrelha de muares e um arado na melhor das hipóteses (Baptista, 1979, 352). Os seareiros desempenharam um papel fundamental na arroteia dos matos e charnecas do País. No início do século XX, após a fixação do preço do trigo, foi a eles que coube a arroteia dos matos e incultos, pela falta de capital dos grandes proprietários para investir, e pela escassez relativa de mão-de-obra assalariada (Baptista 1979, 354).

A existência do seareiro está relacionada com a falta de investimentos na agricultura, e que como veremos, o pequeno seareiro tradicional declinou com a industrialização e com a entrada do capitalismo nos campos.

Os proprietários tinham muito a ganhar (mais vantagens económicas) nestes sistemas de parceria, em que muitas vezes ganhavam mais do que nas terras cultivadas com trabalho assalariado (Baptista, 1979, 355). Galvão determinou o lucro médio do proprietário e do seareiro por alqueive, no Concelho de Mértola, para um ano mau (produção de 4:1 sementes de trigo e 6:1 de aveia), para um ano médio (8:1 sementes de trigo e 8:1 de aveia) e para um ano bom (12:1 sementes de trigo e 10:1 sementes de aveia). Num ano mau, o proprietário teria um lucro de 132\$52, enquanto o seareiro teria um prejuízo de 1 136\$40, num ano bom, o proprietário obteria um lucro de 632\$32, enquanto o seareiro, um lucro de 86\$00 (Galvão et al. 1945, 41).

Figura 3 - Um antigo seareiro que passou a ser mendigo, Concelho de Mértola, 1945

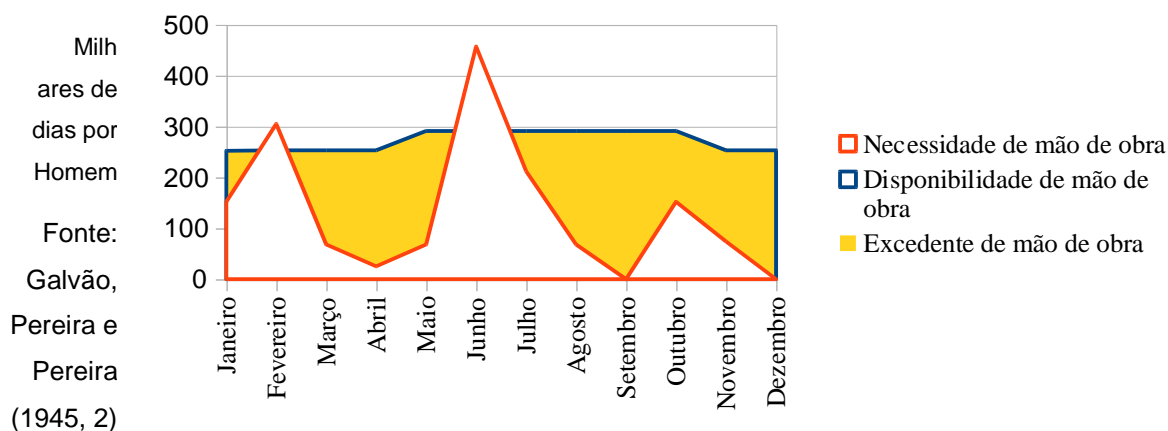


Fonte: Galvão (1945, 60)

Na década de 40, o cenário na área de estudo era a seguinte:

Em Mértola, dominava uma exploração da terra por conta própria, sendo também comum o arrendamento. O seareiro era o principal agente de produção, e toda a população sem terra tentava chegar a seareiro adquirindo uma parrelha de muares. A classe de trabalhadores era reduzida e sazonal, não só porque dominava o trabalho por conta própria, e exploração familiar, mas também porque a cultura principal do Concelho era o cereal que necessitava de pouca mão-de-obra e apenas nas épocas de monda e ceifa, fevereiro e junho respetivamente (Galvão et al., 1945, 10), como podemos ver na fig. 4.

Figura 4 - Relação entre necessidade de trabalho e mão-de-obra disponível



Durante a década de 60, os preços menos compensadores para a cultura do trigo e o forte êxodo rural e contribuíram para a o acentuado recuo do cultivo em terras marginais no

Alentejo, levando ao declínio e à eventual extinção do grupo dos pequenos seareiros tradicionais (Baptista 1979, 350; Cutileiro 1977, 72-74).

2.2 O trabalhador assalariado

A classe mais numerosa no Alentejo era a dos trabalhadores braçais, apesar de não ser este o caso no Concelho de Mértola. Era a eles que cabia o trabalho nas melhores terras mediante um salário médio que em 1943 rondava os 7\$00 a 8\$00 por mês (Pinto, in Baptista, 1979, 349). A relação de produção era a capitalista, e havia uma hierarquização clara dentro da própria estrutura dos trabalhadores, por exemplo a diferença entre trabalhadores temporários e trabalhadores permanentes, em que estes últimos tomavam muitas vezes o lado dos patrões em conflitos sociais, para defender o seu trabalho (Baptista, 1979, 358). Aqui denota-se a importância do excesso de oferta relativo à procura situação que se alterou sobretudo nos anos 60 com a ampliação das possibilidades de migração interna e externa.

O desemprego era estrutural nas zonas rurais do Sul. A cultura do cereal precisava de pouco trabalho na maior parte do ano, à exceção dos períodos das mondas e das ceifas, quando, inclusive, a mão-de-obra chegava a escassear. Deste excesso de oferta para a procura resultavam baixos salários médios ao longo do ano, mesmo quando havia picos sazonais (Barradas, in Baptista 1979, 349). O desemprego aumentou ainda mais no contexto da 2ª Guerra Mundial (Silva 2011, 14), quando a JCI e as ideias de colonização ganham força por forma a resolver a chamada "crise do trabalho" e os consequentes efeitos sociais, como as revoltas, e as greves. Posteriormente, fracassada a política de colonização interna, entraram em jogo os braços repressivos do estado, como a Guarda Nacional Republicana (Silva, 2011, 18). Em consequência da pobreza, inquéritos realizados a famílias de várias freguesias nos anos de 1964/65 mostram a prevalência de subalimentação: "As indicações do inquérito referentes à zona alimentar I (isto é, à área de Barrancos - Mértola - Almodôvar - Odemira - Santiago do Cacém) permitem concluir a existência de subalimentação em percentagem apreciável das famílias dos trabalhadores que nela residem. (Carvalho 1973, 52). Importa também salientar que as condições de vida eram muito péssimas; no Inquérito às explorações agrícolas efetuado nas décadas 30 e 40 do século XX que avaliou as habitações rurais segundo um conjunto de parâmetros físicos e psicológicos, lê-se: "*As casas da gente do campo, na sua maioria, são muito velhas e as novas obedecem aos regulamentos estabelecidos para as construções urbanas; além disso,*

a dispersão das casas não permite realizar certos trabalhos em conjunto, saindo portanto muito caros e é sabido que fracções importantes da população do campo têm um nível de rendimentos bem pouco elevado. As rendas, quando as casas são para alugar, estabelecem-se assim a um nível muito baixo, proporcional pouco mais ou menos à capacidade dos rendimentos, tornando impossível qualquer melhoramento e mais ainda qualquer construção nova" (Basto 2012, 65).

Carvalho et al. referem ainda em *Alimentação e condições de vida de famílias de trabalhadores rurais do Baixo Alentejo o seguinte: são "(...) denunciadores de graves deficiências, os seguintes elementos permanentes: água, evacuação-águas, sanitários e claridade-ventilação. A natureza do piso da sala comum, superfície por pessoa-divisões onde não se dorme, aquecimento e natureza do piso da sala comum revelam-se, pelo contrário, com valores aceitáveis" (1973).*

Como afirma Cutileiro, a população rural, era na sua larga maioria analfabeta, mesmo que tendo estudado três ou quatro anos, a falta de prática impedia a população rural de se relacionar com a escrita. (Cutileiro, 1977, 262).

O Recenseamento agrícola do Continente, efetuado em 1979, revela que 29,8% dos empresários agrícolas eram analfabetos, e 31,6% declaravam saber ler e escrever, mas sem terem frequentado a escola. Quanto ao ensino superior apenas 0,9% dos empresários tinham um curso superior, mas dessa percentagem, apenas 0,1% tinha formação em ciências agrárias (Soares 2005, 172). Na 1ª metade do século XX estava-se perante uma população rural com muito poucos estudos, e quase nenhuma formação específica ao sector agrícola.

Durante a década de 60 assistiu-se a um forte êxodo rural, que contribuiu para a diminuição dos índices de desemprego e para a alteração dos sistemas de exploração, num sentido de maior capitalização e seleção dos solos, levando ao acentuado recuo do cultivo em terras marginais e, como dissemos, também à decadência e eventual extinção do grupo dos pequenos seareiros tradicionais (Baptista 1979, 350).

2.3 O grande lavrador

O grande lavrador, fosse proprietário ou rendeiro da terra, era considerado um grande empresário. Era uma classe muito heterogénea, podia ir de lavradores que arrendavam uma herdade, a lavradores que arrendam várias, até lavradores que eram proprietários e que também arrendavam.

III - A conjuntura político-ideológica da partilha do baldio da Serra de Mértola

"Porque o tempo é uma dimensão de tudo o que é humano e porque as formas de vida inscritas na terra e as suas transformações constituem uma das linhas de força de qualquer destino coletivo" (Ribeiro 1970, 9)

O Baldio da Serra de Mértola foi dividido em 1926-27³, na sequência das políticas protecionistas à lavoura do 1º República. Antes de chegarmos ao momento da divisão é forçoso retrocedermos ao século XIX, porque foi precisamente na última metade deste que foram lançados os incentivos à produção cerealífera, fundações que sustentaram, como veremos mais adiante, um cenário de arroteamento dos incultos e baldios e culminaram em parcelamentos destes últimos, do que é exemplo o caso da *Serra*.

Se o início do século XIX foi marcado pela implementação de políticas protecionistas por quase toda a Europa através de taxas alfandegárias sobre as importações, as décadas de 1820 a 1870, foram anos de relativa prosperidade agrícola, com aumentos significativos da produtividade predominando na Europa uma tendência para políticas livre-cambistas. Em 1846 foram abolidas as '*corns laws*'⁴ no Reino Unido, e vários Países reduziram as taxas sobre as importações, como foi o caso da Holanda e da Prússia. Em 1860 estabeleceu-se um acordo comercial entre Inglaterra e França que anulou boa parte das restrições existentes ao livre comércio dentre os dois países. Este acordo foi um rastilho, que iniciou uma série de acordos europeus que abriram portas ao mercado livre (Swinnen 2010, 141-142). Entre 1880 e 1895, porém, houve uma redução drástica dos preços dos cereais, em consequência das importações de trigo proveniente dos EUA, Canadá, Argentina e Rússia que 'inundou' o mercado, devido essencialmente a duas razões: à expansão das fronteiras agrícolas, e ao desenvolvimento tecnológico proporcionado pela revolução industrial que baixou exponencialmente os custos de produção e do transporte marítimo. A redução dos

³ Encontro informações diferentes, quanto à precisão da data, essencialmente porque se trata de um processo que durou o seu tempo. Galvão M. refere em *A crise Rural no Concelho de Mértola*, "Essa divisão efetuou-se em 1927 (...)" (Mira Galvão et al. 1945, 55). Roxo, refere em *A Ação Antrópica no Processo de Degradação de Solos. A Serra de Serpa e Mértola*, "O facto mais importante é que o baldio acabou por ser dividido muito mais tarde, em 1926, num contexto político muito diferente" (Roxo, 1994, p.174).

⁴ As *Corn Laws*, foram tarifas impostas aos cereais importados de forma a proteger os cereais produzidos no Reino Unido, contra a competição de importações estrangeiras mais baratas, esta lei entrou em vigor em 1815.

preços do trigo na Europa foi mais profunda nos anos de 1881-86, e 1891-94 (Swinnen 2012, 143). Neste contexto de crise agrícola europeia (Pais 1976, 415), a pressão exercida sobre os Governos, vinda das áreas rurais foi muita e iniciaram-se protestos (Reis 1979, 745; Swinnen, 2010, 144).

Em Portugal, segundo Pais, et al (1976), esta crise ficou a dever-se em parte às importações de trigo, proveniente essencialmente das ex-colónias americanas, como já referido, mas também ao depauperamento do mercado vinícola, que viu sérias dificuldades para fazer escoar o seu produto (Pais, 1976 402). Este cenário orientou o retorno às diretrizes protecionistas. Em Portugal foi implementada, em 1889 uma lei que estabeleceu o padrão protecionista para as décadas seguintes (Reis 1979, 745), lei essa bastante polémica, por se tratar de um período conturbado, de clara tensão entre burguesias nacionais - burguesia industrial versus latifundiária - em que ambas pretendiam extrair o máximo de mais-valia para si e que se restringiam mutuamente.

Os industriais da panificação beneficiavam mais de uma política livre-cambista em que se podiam abastecer de trigo importado mais barato, enquanto os latifundiários só sobreviveriam neste contexto com a ajuda de políticas que protegessem a sua produção, sobretudo a do trigo. "O seu objetivo era assegurar aos agricultores condições de venda lucrativas" (Reis 1979, 747; O'Rourke 1997, 777-778) sem prejudicar outros sectores produtivos bem como os consumidores, pois os industriais sabiam que o encarecimento do pão era incomportável relativamente aos salários pagos aos trabalhadores, havendo medo de revoltas (Pais, 1976, p.402). A ideia era transferir recursos do mercado vinícola para o mercado dos cereais (Reis 1979, 777).

Como indica Reis, a rapidez com que se aprovou esta lei, demonstra o grau de influência da lavoura junto ao aparelho de Estado, e reflete também, à semelhança dos protecionismos europeus, que os impulsionadores eram principalmente grandes proprietários cerealíferos a julgar pelos participantes nos Congressos Agrícolas de 1888 e 18889 (Ribatejo e Alentejo essencialmente), e uma boa percentagem era de proprietários absentistas (residentes em Lisboa) (Reis 1979, 762). Mas não chega considerar o lobby agrícola, a balança comercial, em que 30% do défice correspondia às importações de trigo com previsões de rápido aumento (Reis 1979, 764), é outro fator que ajuda a explicar a facilidade de implementação desta lei.

Tudo leva a crer que as pressões do sector agrícola ocorreram neste período, devido à descida do preço do trigo. Apesar de se terem verificado descidas dos preços anos antes, houvera então importantes mudanças nos custos de produção e transporte, que permitiram aos produtores manter lucros mesmo com a descida de preços. Por exemplo, a construção da linha férrea que ligava o Alentejo à capital construída nos finais da década de 1860 e

inícios de 1870, permitiu diminuir o custo ao produtor em média 600\$ por hectolitro de trigo (Reis 1979, 766). Por outro lado, o trigo fazia parte de um sistema integrado de rotação de culturas, em que os lucros do trigo eram contabilizados com os das restantes produções (Reis 1979, 766); outro argumento que concorre ara a mesma lógica, é que durante o século XIX, o trigo não era a (quase) monocultura em que mais tarde se viria a tornar em parte do Alentejo, correspondendo *grosso modo* a "apenas 25% do rendimento agrícola bruto" (Reis 1979, 767 citando Péry), logo, podia sofrer quebras de lucros sem que tal representasse necessariamente uma grande quebra nos lucros da lavoura (Reis 1979, 769).

A ideia de uma intervenção protecionista vislumbra-se num momento de crise, não só do trigo, mas alargada ao sector agrícola. A intervenção específica ao trigo, explica-nos Reis, estava relacionada com o facto de se acreditar que uma intervenção era favorável (em que haveria bons terrenos subaproveitados, por exemplo) e também devido ao facto do trigo constituir uma grande fatia das importações (Reis 1979, 769).

A lei atuava em três frentes: taxar importações de trigo através de tarifas alfandegárias, fixar o preço do trigo nacional, e criar um dispositivo que assegurasse a venda do cereal ao preço estabelecido com criação do mercado central. Apesar deste dispositivo ter de facto existido, a quantidade transacionada através do mesmo não correspondia à maior fatia da produção " e em alguns anos (...) foi insignificante" (Reis 1979, 749). Isto deveu-se essencialmente ao atraso nos pagamentos, porque muitas terras eram exploradas indiretamente, fosse em regime de arrendamento de herdades inteiras ou em regime de parceria (seareiros), os pequenos e médios rendeiros viam-se obrigados a escoar os seus produtos de outra forma, e "dava-se muitas vezes preferência a compradores que pagavam a pronto ou até faziam adiantamentos sobre as searas mesmo antes da ceifa" (Reis, 1979, p. 750). Mesmo os grandes lavradores não vendiam através do mercado central, porque durante a vigência da lei de proteção cerealífera, o preço dos cereais no mercado livre rondava mais ou menos o preço estabelecido (Reis 1979, 751).

Os objetivos das leis protecionistas, desde 1889 eram também de estabilizar as flutuações dos preços de ano para ano (Reis 1979, 754). Ao que parece, conseguiu-se aumentar o preço do trigo, mas é mais difícil determinar se conseguiu aumentar a área cultivada. Os efeitos desta lei não parecem ter sido muito significativos e, as importações de trigo mantiveram-se. Os conflitos entre burguesias continuaram. As pressões da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, RACAP, intensificaram-se através de petições, e a mesma insurge-se (Reis, 1979, 762).

Dez anos mais tarde, em 1899, o ministro das obras públicas, comércio e indústria, Elvino de Brito, promoveu a implementação de uma lei, que se viria a chamar a Lei da Fome (Reis 1979, 773), lei essa que aumentava substancialmente o preço dos cereais ao

produtor, fixando o preço em 700 réis por alqueire, ao mesmo tempo que obrigava à compra de todo o trigo nacional por parte dos moageiros antes de permitir a importação de trigo exótico, sendo a autorização de compra de trigo exótico proporcional à compra realizada de trigo nacional. O principal objetivo era expandir a área arroteada (770) para aumentar a produção e diminuir a fatia de importações. Reis explica-nos ainda, que esta lei teve impactes ao nível dos preços bem como ao nível dos modos de produção: alteração das rotações culturais (780), facilitada pela possibilidade de usar adubos químicos mantendo a rentabilidade. Em consequência disto houve um aumento significativo da área arroteada de cerca de 84% entre 1900 e 1920-24 como podemos ver no Quadro 8.

Quadro 8 - Superfície cultivada com Trigo em Portugal, 1874-1939

| | 1874 | 1900 | 1920-24 | 1939 |
|----------|---------|---------|---------|---------|
| Portugal | 260 000 | 230 000 | 424 000 | 505 000 |

Fonte: Pereira (1983, 116)

Esta segunda lei protecionista teve uma génese completamente diferente da anterior. Enquanto a primeira fora promovida essencialmente pela RACAP, esta veio diretamente do lado do Governo, com o objetivo de produzir mudanças na balança comercial externa do País, pois a diminuição da fatia das importações de cereais por efeito da primeira lei protecionista, não era suficiente face ao aumento do consumo interno (Reis 1979, 771).

A partir dos dados à nossa disposição não é possível dizer muito acerca da importante década de 1890-1900, a primeira fase do protecionismo; no entanto, pode ver-se que durante a sua segunda fase, de 1899 a 1914, se atingiu um nível de produção muito superior ao dos anos de crise da década de 1880, ou mesmo de qualquer período anterior. Ao nível nacional, o aumento parece ter sido da ordem dos 100 %, enquanto que para Évora e Beja terá sido da ordem dos 200% e 300%, o que traduz uma acentuada tendência para a especialização regional da produção do trigo no Alentejo.

Apesar de conhecida por Lei da Fome, conseguiu assegurar a manutenção do preço do pão comum (Reis 1979, 773). Em 1899, falamos já de uma indústria moageira organizada e influente. A lei só passou porque Elvino de Brito cedeu terreno aos moageiros nas medidas fiscais e sobretudo porque o novo preço estipulado para já era o praticado no mercado livre, foi uma medida mais no sentido de manter o preço do, e não tanto de o fazer aumentar (775). As causas do aumento do preço do trigo nacional no mercado livre, estão

relacionadas com a competição entre moageiros, que podiam obter tanto mais trigo importado quanto mais trigo nacional comprassem (776-77).

Como podemos ver no Quadro 9, depois de 1899, houve um aumento acentuado nos adubos transportados pelos caminhos férreos do sul.

Quadro 9 - Adubos transportados pelos caminhos-de-ferro do Sul e do Sudeste

| Anos | Aubos transportados pelos caminhos-de-ferro do sul e do sudeste (kg) |
|------|--|
| 1890 | 970 000 |
| 1891 | 1 580 000 |
| 1892 | 1 860 000 |
| 1893 | 2 800 000 |
| 1894 | 3 875 000 |
| 1895 | 5 000 000 |
| 1896 | 5 500 000 |
| 1897 | 11 200 000 |
| 1898 | 14 800 000 |
| 1899 | 19 500 000 |
| 1900 | 27 000 000 |
| 1901 | 36 000 000 |
| 1902 | 39 000 000 |
| 1903 | 40 000 000 |
| 1904 | 40 000 000 |
| 1905 | 42 000 000 |
| 1906 | 51 000 000 |
| 1907 | 47 000 000 |
| 1908 | 43 000 000 |
| 1909 | 48 000 000 |
| 1910 | 54 000 000 |
| 1911 | 64 300 000 |

Fonte: Pereira (1983, 85)

O aumento do uso dos adubos, só por si não é prova do aumento da área cultivada, nem toda a ampliação da área cultivada com trigo foi conquistada aos incultos, porque como a Lei de 1899 se dirigiu especificamente ao trigo e não abrangeu outros cereais, o trigo

acabou por invadir áreas onde se cultivavam anteriormente, outras culturas. A adubação química permitiu alterar os sistemas de rotação intensificando a cultura trigueira (Reis 1979, 780).

Houve um aumento da produção deste cereal, chegando-se a produzir quatro vezes mais que no período protecionista anterior (757). As arroteias dos incultos representavam duplo ganho: na produção arvense e na pecuária, germinavam melhores pastos nos anos seguintes de pousio do que quando eram incultos, pelo que engordavam mais gado, estes pastos valiam quatro ou cinco vezes mais de renda do que os de charneca (783).

Não parece, no entanto, ter havido um aumento de produtividade da terra cultivada tão grande como o esperado. O aumento da produtividade por hectare cultivado, proveniente da aplicação dos adubos fosfatados, esbateu-se devido ao alargamento dos cultivos a terras muito pouco produtivas, aumentando a percentagem em cultivo de baixa produtividade (Reis 1979, 784).

Continuou a importar-se trigo, apesar do aumento na produção nacional, sobretudo devido ao aumento significativo da população (Quadro 10) e também pela alteração nos hábitos de consumo no que respeita ao pão de trigo (760).

Quadro 10 - Evolução demográfica entre 1890 e 1910

| | 1890 | 1900 | 1910 |
|--------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Freguesia Corte de Pinto | 3638 | 3214 | 4 902 c) |
| Freguesia Sant'Ana | 3661 | 3609 | 4 134c) |
| Concelho Mértola | 19674 | 18910 | 22 309 |
| Portugal | 5 049 729 | 5 423 132 | 5 960 056 |

Fonte: Roxo (1994; 159, 173) sobre dados do INE

O Alentejo latifundiário apresentava características que explicam a rápida alteração do contexto graças à implementação da Lei cerealífera, tais como: grandes áreas de terra inculta (entre as quais a Serra de Serpa e Mértola); povoamento escasso, mas com mão-de-obra excedentária; e falta de fosfatos no solo, facilmente compensada com o adubo mais barato do mercado (788). Contudo, o protecionismo não teve os efeitos esperados, pois o aumento da área arroteada para áreas pouco produtivas criou uma "deseconomia de escala" (790), aumentaram os custos de produção e os lucros não compensaram as despesas, devido à expansão das áreas arroteadas. Aumentaram o custo de mão-de-obra,

bem como a quantidade de adubos por hectare, para as terras menos férteis e proporcionalmente menos produtivas. A expansão da área arroteada para áreas pouco férteis fez aumentar a renda diferencial das terras férteis ganhando com isto, sobretudo os proprietários de terras mais férteis, que viram os seus terrenos valorizados (Pais et al. 1976, 405).

Apesar do aumento da área arroteada e da intensificação da cultura não se conseguiu atingir a autossuficiência, à exceção de 1911 que se deveu essencialmente ao clima atípico desse ano (Pais et al. 1976, 405). Entre julho de 1914 e março de 1918 o preço da farinha aumentou 366,6% e o do pão 227,08%, fruto do estalar da I Guerra Mundial e consequentes dificuldades de abastecimento. Houve uma preocupação das classes dominantes, sobre a repercussão na vida dos trabalhadores e consequentemente, possíveis revoltas (416). Em 1918, o preço dos géneros continuou a aumentar. Em 1919, foi abolida a tabela de preços fixos para o trigo e instalou-se o livre comércio, mas o preço do pão aumentou ainda mais, o que Pais et al. (1976) atribuem à atividade especulativa. Mas um fator fundamental foi certamente a desvalorização da moeda portuguesa no pós-guerra, que encareceu todos os bens importados, veja-se o quadro 11.

Quadro 11 - Câmbio médio anual da Libra Esterlina de 1918 a 1924

| Ano | Câmbio £1= |
|------|---------------|
| 1918 | 7.901 |
| 1919 | 8.196 |
| 1920 | 18.329 |
| 1921 | 39.384 |
| 1922 | 65.084 |
| 1923 | 109.714 |
| 1924 | 133.950 |

Fonte: "Anuário Estatístico e Movimento Financeiro de Portugal". Mata e Valério (1987, 20).

A desvalorização da moeda portuguesa foi consequência da situação financeira do País à saída da I Guerra, nomeadamente da grande dívida de guerra para com a Grã-Bretanha e a acumulação de juros não pagos. A libra esterlina inglesa era então a principal moeda de referência no comércio internacional. O encarecimento dos bens importados, incluindo os alimentares, causou um crescimento acelerado da inflação (Mata e Valério 1994, 184-186).

À beira da bancarrota, o Governo lança dois tipos de pão, de 1ª e de 2ª qualidade. Mas como o pão escasseava, a população tinha que comprar o de 1ª qualidade, muito mais caro. O governo só viu uma solução: subsidiar o então chamado de pão político, por forma a conter revoltas. Mas foi também neste período que o pão começou a escassear, e após a crise de 1921, registaram-se várias greves com reivindicações contra o desemprego e pela atualização dos salários face ao aumento dos preços dos géneros (Pais et al. 1976, 417).

As revoltas não se restringiram ao contexto urbano, também se haviam registado no Alentejo e Ribatejo em 1910-1911 (Freire 2004, 11). A Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais (FNTR) aglomerou, até à década de 20, entre 140 e 170 sindicatos, 37 dos quais pertenciam ao distrito de Beja (Freire 2004, 110), e uma associação de trabalhadores rurais no Concelho de Mértola, na Aldeia da Via Glória (Pereira, 1976, 82).

2. O Estado Novo e a Campanha do Trigo

“(…), *manter este campesinato agarrado ao seu 'bocadito', por forma a dele não poder viver sem trabalhar para fora, mas a, por causa dele, não abandonar a terra; fixá-lo, conservá-lo na proximidade das grandes explorações ou das fábricas (que frequentemente se instalavam nas zonas rurais como verdadeiras 'ilhas industriais'), impedindo a sua fuga para as cidades ou para o estrangeiro*” (Rosas, 1998, 40).

A crise de trabalho, e conseqüente pobreza, causas da instabilidade social, vão ser os argumentos utilizados para instituir as políticas de autoabastecimento do Estado Novo (Pais 1976, 419). É certo que há uma diminuição das revoltas durante o Estado Novo que não é gerada apenas pelo aumento temporário das condições médias de vida nos campos com ao aumento da produção e subsídios ao cereal. Os anos deste Regime foram anos de fortalecimento do aparelho repressivo do Estado e destruição dos movimentos sociais e sindicais (Baptista in Silva 2011, 12).

Após o golpe de Estado de 1926, inicia-se o fascismo português. Na sequência de uma política interna obcecada com a necessidade de autossuficiência, herança da Grande Guerra, orquestrou-se um plano que não era novo para a época, transversal aos fascismos europeus, e que encontra semelhanças com a *bonifica integrale*, no fascismo Italiano, bem como na Alemanha Hitleriana e na Espanha Franquista. Em Portugal, a mesma ideia materializou-se com a Campanha do Trigo.

Pais et al. (1976) referem que em 1928 a importação de trigo representava 22% do déficit da balança comercial, cenário ideal para lançar a Campanha do Trigo. "O autoabastecimento era mais um meio do que um fim em si mesmo" (Pais et al. 1976, 415). A implementação do protecionismo é sustentada com uma forte campanha de propaganda que vai desde a realização da 1ª Semana do Pão em 1924, aos Congressos Nacionais do Trigo, passando pelo comboio que percorreu o Alentejo e o Ribatejo para apresentar as últimas inovações tecnológicas como as alfaias agrícolas, as sementes melhoradas; até ao jornal *O Século*, fundado com o intuito de proteger os interesses da burguesia latifundiária, sem esquecer os artigos do *Diário de Lisboa*, as conferências, os congressos agrícolas e as exposições, onde se falava sobre o problema do trigo, apelando à intervenção do Estado, e à necessidade de aumentar a produção bem como a produtividade para finalmente superar

a crise financeira (Pais, 1976, p.420). "Esta propaganda era acompanhada, não por acaso, de grandes anúncios dos adubos da C.U.F. e das máquinas agrícolas da Duarte Ferreira &Filhos, do Tramagal" (421-422). Em 1931-32, o Estado dava \$80 por hectare de inulto ou vinha arroteada para semear em 1932-33 (dado o sector vinícola em ruína por incapacidade de escoar o produto).

Houve de facto aumento da quantidade colhida, mas não havia formas de armazenamento. Em 1936 registaram-se quebras na produção, exatamente porque nos anos anteriores, em que se produzira muito trigo e não houve escoamento, os produtores não obtiveram verbas para apostarem na sementeira do ano seguinte (Pais, 1976, p. 427). Para Pais et al.(1976, 427) estes desequilíbrios deveram-se à forma de exploração da terra (por arrendamento ou parceria). O aumento do preço do trigo fez aumentar o valor da terra. A exploração indireta por pequenos rendeiros e por seareiros estava por isso, limitada às áreas menos férteis "impróprias para o cultivo duradouro do trigo", obrigando a um cultivo mais intensivo para obter o máximo de produtividade. Devido às dificuldades em fazer escoar o trigo, os pequenos produtores foram forçados a vender as colheitas ainda nas searas aos moageiros, a preços muito abaixo dos tabelados, perdendo assim os benefícios e os subsídios que lhes estavam destinados (429-430). Este contexto levaria ao abandono de terras arroteadas e conseqüentemente à diminuição da produção a partir de 1936.

A Campanha do trigo, em vez de beneficiar o pequeno produtor, beneficiou o grande latifundiário pelo lucro e pelas rendas (Pais et al. 1976, 430). O argumento da diminuição do défice da balança comercial, muito utilizado em prol da campanha, deixou a desejar, visto que a diminuição da exportação de divisas foi atenuada pela invasão de áreas onde anteriormente se produziam bens para exportação, pela cultura arvense (433).

A lógica da produtividade não era exclusiva à transformação dos inultos em terrenos de cultivo, consistia também, em estabilizar uma comunidade num território, colonizando-o. Urgia diminuir a dependência de um campesinato atrelado à miséria, sem acesso à terra, e tantas vezes dependente de um trabalho sazonal que em maus anos não chegava. "A implantação de pequenas explorações familiares nestes espaços, seria ainda, como no passado, uma forma de combater a proletarização absorvendo população rural excedente" (Caldas 1988,16).

3. Revolução e Reforma Agrária

É injusto descrever o vasto e rico processo que foi a Reforma Agrária num tão pequeno parágrafo, mas porque a *Serra* não correspondia a uma estrutura latifundiária, não parece ter sido influenciado por este processo (Casimiro 1993, 139; Roxo 1994, 210). Assim sendo, não se encontra sentido, perante os objetivos do texto, em alongarmo-nos neste tema.

Em 1975, inicia-se a Reforma Agrária na sequência da revolução de abril, com a ocupação de terras pelos trabalhadores. Surge face à pobreza em que vivia a população campestre. Tinha como objetivos, a melhoria das condições económicas e sociais da população rural, essencialmente através da transformação da estrutura fundiária, passando a posse da terra bem como os meios de produção a quem a trabalhasse; *A terra a quem a trabalha!* foi o lema da reforma agrária. Aumentar a produção através da industrialização e reduzir o fosso entre o proletariado industrial e o campesinato, eram outros dos objetivos.

A influência deste processo não foi grande no Concelho de Mértola. Como nos diz Casimiro (1994, 139), o Concelho tinha por esta altura um baixo índice de população proletarizada, predominando a mão-de-obra empregada em explorações familiares. Na *Serra* dominava a pequena dimensão pulverizada, com exploração por conta própria ou arrendamento (Roxo 1994, 210).

4. Entrada na CEE / UE

A entrada para a Comunidade Económica Europeia (CEE) afetou com grande complexidade a economia agrária dos finais do século XX até aos dias de hoje.

Portugal ingressou no processo de adesão à CEE em 1977 e passou a Estado-Membro em 1986. Aquando dessa adesão, já os Estados-Membros eram praticamente todos excedentários nos principais produtos agrícolas. Após esse acontecimento os preços internos dos cereais baixaram tendo em conta a inflação. As propostas de subsídios da Comunidade Económica Europeia, CEE (União Europeia desde 1995) eram muito mais baixas do que os preços que a qualidade dos nossos solos (regra geral, de classe C) podia suportar (Feio 1998, 76), seguindo-se em 2002 o fim dos subsídios à cultura do cereal. Em consequência registou-se um aumento do abandono dos campos, essencialmente devido à fraca rentabilidade da cultura do cereal e do montado, nesta conjuntura económica. Faziam parte dos acordos da Política Agrícola Comum os pousios subsidiados, quanto menos se produzisse melhor (Feio 1998, 76) que teve como resultado o abandono das práticas agrícolas do último século, inviabilizadas economicamente, como foi o caso da

cerealicultura, e do montado, por exemplo, que resultou no abandono de terras e na reconversão dos usos. As principais atividades económicas das áreas rurais passaram a ser: produção florestal, mais especificamente o eucalipto para produção de pasta de papel; o turismo rural; e a caça. (Roxo 1994, 213).

Os mínimos da cerealicultura atingiram o seu auge em 1977, 258 693 ha de área cultivada. Descida acentuada em comparação com os máximos registados durante a campanha do trigo de 766 000 ha na década de 50 do século XX.

Quadro 12 - Evolução da área cultivada de trigo ao longo do século XX

| Anos | Área cultivada (ha) |
|---------|---------------------|
| 1920-29 | 434 000 |
| 1930-39 | 497 000 |
| 1940-40 | 622 000 |
| 1950-59 | 766 000 |
| 1960-69 | 647 000 |
| 1976 | 531 800 |
| 1977 | 258 693 |
| 1990-98 | 300 000 |

Fonte: Feio (1998, 71)

IV - A evolução da paisagem na Serra de Mértola

No último capítulo cogitou-se sobre a história política e económica no contexto Nacional e Europeu, traçou-se um quadro de estudo, uma lupa analítica, da qual nos serviremos agora para visualizar mais ao pormenor, a área do baldio e a evolução dos seus usos. De que forma é que a paisagem do baldio se alterou em resposta à sua divisão e às flutuações dos mercados Nacional e Mundial? Qual a influência desta história nas formas de vida inscritas neste território?

Pretende-se responder a estas perguntas com o suporte da bibliografia que analisou as alterações do solo no Concelho e que estudou os baldios da Serra de Mértola e de Serpa, bem como a divisão do baldio (Mira Galvão 1945).

Comparou-se a cartografia existente dos usos do solo em quatro momentos distintos cartografados, com a cartografia inédita do plano da divisão do baldio em glebas. Pudemos assim calcular as áreas dos usos do solo nos diferentes momentos, compará-los e interpretá-los.

1. O Baldio antes da divisão

Quanto à *Serra*, e a propósito das "solidões aparentemente incultas" que nos descreve Ribeiro, até aos meados do século XIX, os principais usos do solo na *Serra* eram: o pastoreio, a apicultura (malhadas), a cultura de cereais temporários, o montado, a recolha de lenha, de madeira, e também de mato que era usado nos fornos para fabrico de pão (Roxo 1994, 157; Ribeiro 1970, 93), bem como a produção de carvão, atividade considerada profissional e, reconhecida em 1738 no município de Beja (Ribeiro 1970, 93-95).

É bastante provável que o cultivo de cereal se tenha tornado mais significativo a partir da década de 60 do século XIX, altura da construção da linha férrea que chegava a Beja e à exploração da mina de S. Domingos. O aumento de cultivo do cereal nas décadas seguintes ocorreu não só devido ao acréscimo de população, que aqui assentou atraída pela abertura da mina de S. Domingos em 1858, mas sobretudo pelas políticas protecionistas que marcaram os finais do século XIX (Roxo 1994, 157-158).

Atenda-se ao mapa 7 em anexo, que se refere aos usos do solo em 1891-92. Já se arroteava o baldio no final do século XIX, a estimativa é de que as áreas arroteadas não cobriam mais de 5% dos baldios, no seu conjunto (Roxo 1994, 166). Fato por si só impressionante a avaliar pela capacidade de uso dos solos, esses, pertencentes às classes

D e E. Por esta altura dominavam ainda os matos e charnecas, com sistemas de produção de subsistência.

Se olharmos para o Quadro 13, os dados indicam que enquanto o Concelho era maioritariamente agrícola, com cerca de 62% do território ocupado por cultura arvenses e pousio-pastagem (Casimiro 1994, 76), a *Serra* era essencialmente ocupada por charneca e matos que ocupavam 83% deste território, o cereal restringia-se a pequenas manchas. É de notar a escassez dos pousios, que neste contexto não sugere rotações muito intensivas, mas pelo contrário que os ciclos de cultivo seriam muito prolongados, característicos da agricultura itinerante com roças, em que o “descanso” das terras chegaria até à recomposição da charneca.

Aqui é também visível a diferença entre os baldios de Serpa e de Mértola, fruto da separação concelhia e da titularidade de “morador” que dava acesso às terras comuns. Apesar de pertencerem à mesma unidade biofísica, as culturas arvenses apresentavam maior predominância na parte de Mértola. Causa disto terá sido provavelmente a abertura da mina que com a sua necessidade de mão-de-obra, trouxe muitas famílias para a freguesia de Corte de Pinto, no Concelho de Mértola, aumentando o número de utilizadores do baldio da *Serra*.

Quadro 13 - Usos da terra no Concelho de Mértola, na Serra de Mértola e no conjunto das Serras de Serpa e Mértola, 1888-1899

| | Culturas Arvenses | | Hortas e Pomares | | Olival | | Pousio e pastagens | | Charneca e matos | | Superfície improdutiva e rios | | Montado | |
|------------------------------------|-------------------|------|------------------|-----|--------|-----|--------------------|------|------------------|------|-------------------------------|-----|---------|-----|
| | ha | % | ha | % | ha | % | ha | % | ha | % | ha | % | ha | % |
| <i>Serra de Mértola a)</i> | 122 1,5 | 14,7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 143,7 | 1,73 | 6938,6 | 83,5 | 0 | 0 | 3,7 | 0 |
| <i>Serra de Mértola e Serpa b)</i> | 2 835 | 5,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 935 | 1,8 | 49 145 | 92,7 | - | - | 85 | 0,2 |
| Mértola Concelho c) | 25 381 | 19,6 | 108 | 0,1 | 109 | 0,1 | 54 160 | 41,9 | 36 863 | 28,5 | 725 | 0,6 | 9 013 | 0,1 |

Fontes: a) estimado a partir do mapa e minutas de Péry 1891-1892 (calculado próprio); b) Roxo (1994, 166); c) Feio (1998, 22)

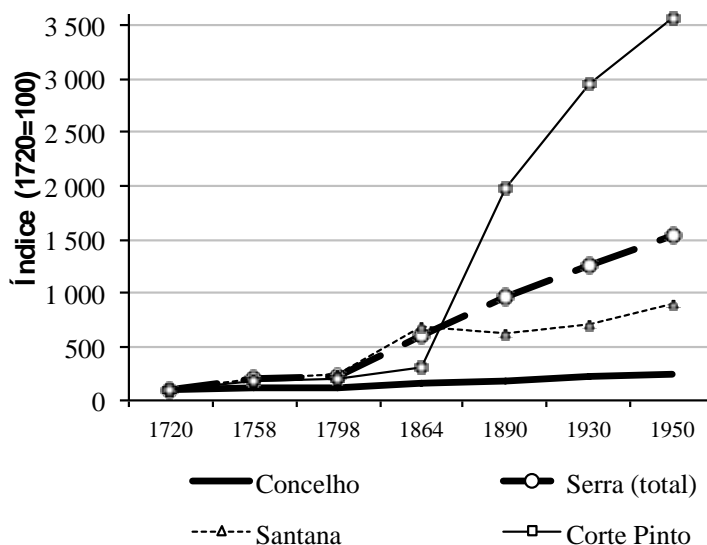
De 1798 a 1890, as duas freguesias titulares da Serra viram a sua população conjunta quadruplicar (figura 4). A acentuação do aumento demográfico no conjunto das freguesias da *Serra*, especialmente em Corte de Pinto, acompanhou o desenvolvimento da mina, embora tenha começado desde o século XIX em Santana de Cambas. Só entre 1864 e 1890, os aumentos da população na freguesia de Corte de Pinto - onde estavam localizadas a Norte, a *Serra* e o seu Baldio, e a Sul a mina - esteve na ordem dos 519%, passando de 588 para 3 638 habitantes. Como podemos ver no Quadro 10, o crescimento atenuou-se, mas continuou durante o princípio do século XX.

Quadro 14 - Evolução demográfica no Concelho de Mértola e nas freguesias com direitos de uso no Baldio da *Serra*, entre 1890 e 1910

| | 1890 | 1900 | 1910 |
|--------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Freguesia Corte de Pinto | 3638 | 3214 | 4 902 c) |
| Freguesia Sant'Ana | 3661 | 3609 | 4 134c) |
| Concelho Mértola | 19674 | 18910 | 22 309 |
| Portugal | 5 049 729 | 5 423 132 | 5 960 056 |

Fonte: Roxo (1994; 159,173), dados do INE

Figura 5 - Evolução demográfica do Concelho de Mértola e das freguesias com direitos de uso ao Baldio da *Serra*, 1720-1950 (números índices)



Fonte: Santos e Roxo (2013, 132)

" Pode (..) dizer-se que se estabeleceu um dualismo entre a Serra e a mina. Por um lado, a mina atraía mão-de-obra, inclusive a rural nos maus anos agrícolas (crises de fome), por outro, a Serra fornecia produtos agrícolas essenciais, como os cereais, para o consumo da população, bem como lenha para vários usos e sobretudo carvão para a laboração" (Roxo 1994, 158).

A subida dos preços e a diminuição dos custos de produção do trigo foram também fatores que ajudam a explicar o aumento dos arroteamentos. Os incentivos da lei de Elvino de Brito ao trigo, aumentaram a pressão desta cultura nos campos do Sul, e Mértola não foi exceção. Estima-se que com as leis protecionistas, fixando o preço do trigo, a exploração tenha passado a ser feita indisciplinadamente, mediante o pagamento de uma taxa à Câmara. Assinalaram-se fenómenos de intensificação da produção com vista a não perder o direito às terras ocupadas, como descrevem o engenheiro agrónomo Mira Galvão e coautores:

"A sua exploração [do baldio] era feita indisciplinadamente pelos habitantes da freguesia que, na manhã de S. João, iam demarcar, à sua escolha, terreno para alqueivar nesse ano, e para semear trigo e aveia, nos dois seguintes. Desta forma, o direito de explorar o mesmo terreno, terminava imediatamente à cultura de aveia, por isso as terras que estivessem de restolho deste cereal podiam ser lavradas por quem primeiro as demarcasse no dia de S. João. Este sistema prestava-se a especulações. Assim, um ou outro indivíduo convidava vários amigos a quem não interessasse a exploração do baldio e todos iam dormir à serra na véspera do dia indicado para a demarcação. Logo de madrugada, todos demarcavam glebas que só um passaria a explorar, em manifesta desigualdade com outros mais conscienciosos. Por outro lado, certos lavradores que tinham 'pilhado' um bom bocado da Serra, chegaram a semear trigo, no próprio restolho de trigo, afim de não perderem direito à gleba durante o maior prazo possível" (Galvão et al. 1945, 54).

2. A divisão do Baldio, 1926-27

Os argumentos pela divisão dos baldios, acima referidos, ecoaram em Mértola, com especial intensidade após a privatização do vizinho Baldio da Serra de Serpa em 1906. Por exemplo, em 1913 clamava-se: "A Serra possui riquíssimos terrenos que podem ser explorados com todas as culturas visto que tudo produzirá e com abundancia. (...) conservar

esse baldio indiviso sem que se saibam dirigir e respeitar, é tapar os olhos ao progresso e defraudar os cofres da nação" (*Futuro de Mértola*, 1913, cit. in Roxo 1994, 175), conduzindo finalmente à sua partilha e privatização, nos termos que passamos a descrever.

Até à descoberta da carta com o plano da divisão do baldio, acreditava-se que a *Serra* teria permanecido desabitada, apesar de utilizada (Roxo 1998, 59), e que só após a sua divisão se teriam começado a fixar famílias, como relata Mira Galvão et al. "Algumas famílias fixaram-se na *Serra*, construindo casas de habitação permanente e outras edificaram pequenas cabanas para passarem só os dias que demorassem as sementeiras e as colheitas" (Galvão, Pereira, e Pereira 1945, 55). Contudo, no mapa do plano da divisão estão sinalizadas, para além das estruturas de apoio à exploração na *Serra*, como as cabanas e os poços, contam-se casas, cerca de 14 (Quadro 15), evidências de uma permanência humana, pelo menos temporária, nas formas referidas acima por Galvão et al., já em 1926. Podemos ver exemplos dessas sinalizações nas figuras 4 e 5, frações das folhas 3 e 4 do mapa do plano da divisão do baldio. Não nos escapou a sinalização de 12 ruínas que levantam várias questões, apesar da ausência de respostas: serão estas ruínas o resultado de uma ocupação anterior ao século XX e subsequente abandono?

Fig.6 – Extrato da folha 3 do mapa da divisão do Baldio



Fig.7 – Extrato da folha 4 do mapa da divisão do Baldio



Quadro 15 - Toponímia relacionada com a atividade e presença humana na *Serra*

| Folhas | Cabanas | Cerca/ Cerco | Poço | Ruína | Malhada | Casa | Celeiro | Fonte | Palheiro | Pocilga/ Curral | Moinho |
|--------|---------|-----------------|------|-------|---------|------|---------|-------|----------|--------------------|--------|
| 1 | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - |
| 2 | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 4 | 6 | 1 | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | - |
| 5 | | 1 | | 1 | 1 | 2 | - | - | - | - | - |
| 6 | 4 | 2 | - | - | - | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - |
| 7 | 3 | 3 | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 | - |
| 8 | 5 | 3 | 1 | 2 | 2 | 5 | - | - | - | - | - |
| 9 | 2 | 5 | - | 1 | - | 1 | - | 1 | - | - | - |
| 10 | - | 5 | 1 | 3 | - | 4 | - | - | - | - | - |
| 11 | - | 4 | 1 | 3 | - | 1 | - | - | 1 | 2 | 1 |
| 12 | 3 | 3 | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - |
| 13 | 2 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 14 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - |
| Total | 26 | 29 | 4 | 12 | 4 | 14 | 1 | 3 | 2 | 3 | 1 |

2.1 como foi realizada?

É importante assinalar antes de mais, que a informação recolhida sobre o momento da divisão, é escassa⁵. Quanto aos critérios de divisão e atribuição de glebas, a informação mais fidedigna foi encontrada nos decretos de lei nº 7: 127 do ano de 1920, e nº10552 do ano de 1925. Sendo decretos de lei, dizem pouco quanto à veracidade dos acontecimentos, uma vez que, como sabemos, tantos outros nunca passaram de 'letra-morta'. São as informações encontradas e este trabalho cinge-se a essas. Contudo, a tese de Roxo, e alguns depoimentos de Mira Galvão (1945, 54-56) sustentam com segurança as lógicas explanadas neste subcapítulo.

Lê-se no Decreto de Lei nº 10552:, do ano de 1925, "*A divisão do baldio de Cambas ou Mértola, considerado o direito tradicional dos povos que com o mesmo confinam, será praticada distribuindo os lotes ou glebas por todos os indivíduos de nacionalidade portuguesa, de qualquer sexo, idade ou estado, que na data em que fôr feito o recenseamento definitivo tenham direito, em harmonia com a legislação vigente, o direito tradicional e os costumes locais, a usufruí-lo do qualquer dos modos que, segundo o disposto no artigo único do artigo 1º, constituem o logradouro comum.*"

Até à data não foi encontrado nenhum recenseamento, é possível que não se tratasse de um recenseamento, no sentido formal do termo. Certamente havia os cadernos de Recenseamento Geral da População (relativo a 1 de dezembro de 1920) e arrolamentos fiscais, e as juntas de freguesia devem ter tido um papel importante na validação. Estes eram à partida dos moradores do “distrito de Cambas”, devendo entender-se como tal os “vizinhos”, i.e., os agregados familiares residentes nas freguesias de Corte do Pinto, Santana de Cambas e na parte de Cambas da freguesia de Mértola, certamente representados pelos “chefes de família” (Rui Santos, via e-mail para a autora, abril 29, 2016).

⁵ Não foi encontrado nenhum estudo, a respeito dos resultados da divisão, nem se sabe sequer se foi realizado algum. Pode, no entanto, afirmar-se que o mapa do plano da divisão, seria certamente acompanhado de um manual explicativo, que até ao momento não foi encontrado. No entanto um índice descoberto no arquivo do Ministério da Agricultura, 1ª incorporação no ANTT, em *Comissão da Carta Agrícola (1923-1927)*, na *Relação dos Baldios*, contem uma alínea intitulada: 2º divisão do baldio de Mértola, o que prova da existência (não descoberta) de informação escrita sobre a divisão.

Ainda segundo o mesmo Decreto de Lei nº 10552 de 1925, "os baldios que têm vindo sendo aproveitados como logradouro comum e que sejam suscetíveis de cultura arvense ou arborícola podem ser dispensados desse logradouro se dois terços, pelo menos, dos moradores vizinhos, de maior idade, da freguesia ou freguesias cujos povos os tenham fruído, assim o declararem aos corpos administrativos que regulam o modo de fruição desses baldios."

Contudo, também não foi encontrada nenhuma informação sobre um possível referendo. É provável que não tenha sido executado. Segundo o Eng.º Mira Galvão, a Câmara Municipal de Mértola pede ao Governo a divisão do Baldio em 1927, e a divisão faz-se por casais de família, podemos ver no Quadro 16.

O principal critério para a forma das glebas parece ter sido a morfologia. Como podemos observar no Mapa 6, as glebas são sempre que possível geométricas do tipo retangular e fogem a esta regra quando a morfologia do terreno não o permite, ou seja, quando os declives são mais acentuados geralmente junto às linhas de água, aí, observam-se limites de parcelas mais orgânicos que acompanham as curvas de nível. O Decreto nº7: 127, do ano de 1920, onde estão descritos os critérios da divisão, corrobora esta lógica: "A superfície das glebas deve variar conforme a topografia e a natureza agrológica do solo e as circunstâncias locais ou regionais".

Quanto aos critérios de atribuição de glebas, a cada casal da região de Cambas, foi destinado um hectare e mais um por cada filho. Daí o fato de haver 10 classes de glebas diferentes, como podemos ver no Quadro 16. Dentro de cada classe eram sorteadas as parcelas (Galvão et al. 1945, 55; Roxo 1994, 178).

A atribuição das glebas era condicional ao seu cultivo, podendo ser revertida em caso de incumprimento. Lê-se num relatório da Direção Geral da Ação Agrária do Ministério da Agricultura datado de 1931⁶:

Nesta divisão têm tido execução os seguintes serviços: (...)

A Direção Geral da Ação Agrária mandou também proceder ao inquérito sobre os resultados obtidos com a divisão dos baldios de "Fatela", "Gagos", "Cânedo", "Aernoia", Mértola" (...), determinando o cumprimento da lei para cada caso em especial, pelo que respeita ao conveniente aproveitamento das glebas adjudicadas."

⁶ ANTT, *Ministério da Agricultura*, 1ª incorporação (L.684), Repartição dos Baldios, Cx. 201, mç. 2. *Relato sucinto dos serviços de Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização, (desde outubro de 1931)*

Quadro 16 - Dimensão, número e classes de Glebas do Baldio Serra de Mértola

| Classes de Glebas | Área por gleba (ha) | Nº de glebas a) | Área Total (ha) | Nº Glebas mapa ⁷ b) | Área Total (ha) ⁸ |
|-----------------------|---------------------|-----------------|-----------------|--------------------------------|------------------------------|
| A | 1-2 | 857 | 857 | 611 | 827 |
| B | 2-3 | 507 | 1014 | 400 | 1056 |
| C | 3-4 | 449 | 1347 | 383 | 1480 |
| D | 4-5 | 339 | 1356 | 302 | 1552 |
| E | 5-6 | 219 | 1095 | 220 | 1420 |
| F | 6-7 | 140 | 840 | 116 | 896 |
| G | 7-8 | 71 | 497 | 69 | 612 |
| H | 8-9 | 19 | 152 | 32 | 288 |
| I | 9-10 | 8 | 72 | 8 | 92 |
| J | 10-11 | 1 | 10 | 1 | 13 |
| Vale Formoso | - | - | | 1 | 50 |
| Glebas não atribuídas | - | - | | 5 | 21 |
| Total | - | 2610 | 7240 | 2141 | 8307 |

a) Fonte: Galvão in Roxo (1994, 178); b) áreas estimadas através de SIG segundo o mapa da divisão

Atenda-se aos valores da área do baldio que diferem, tanto entre si, como dos dados da JCI, segundo esta, seriam 9 661 hectares. O mapa da divisão é um mapa antigo cujos métodos de realização não se conhecem. Outra questão que se impõe é relativa ao método de georreferenciação que acarreta erros, aspeto já mencionado anteriormente na metodologia. Ainda assim, estes argumentos parecem-nos insuficientes para explicar tais diferenças de valores.

Apesar de não se encontrar uma resposta para esta questão, por falta de dados, o facto de se encontrarem menos 500 glebas do que as indicadas por Galvão, com uma diferença de superfície total de 1000 ha, pede pelo menos reflexão. Mesmo com erros de medição, 1000ha representariam uma margem de erro de cerca de 12 % sobre a superfície

⁷ É importante sublinhar, que tal como foi descrito na metodologia, os mapas acarretam erros apreciáveis por serem antigos e por não se saber ao certo que técnicas foram usadas para mapear, logo os resultados têm um erro associado.

⁸ Valores extraídos do Arcgis, arredondados, sem casas decimais

total estimada sobre o mapa. Por outro lado, esta estimativa aproxima-se mais da área estipulada pela legislação do que a de Galvão. Será que Galvão descreve uma divisão efetiva, *a posteriori*, que teria diferido da planeada por não ter finalmente sido afetada toda a área prevista? O número maior de glebas segundo Galvão, numa área consideravelmente mais pequena, sugere: (1) desvio da aplicação ao planeado; (2) o resultado de subdivisões anteriores, sejam informais, sejam formais – lembrando que o título do relatório citado abaixo refere uma “2ª divisão”. Mais uma vez, terá Galvão retratado uma realidade efetiva da divisão, desviada do previsto, ou é resultado de uma evolução posterior? Em qualquer caso, segundo Galvão teriam sido distribuídas / ou haveria resultado mais pequenas glebas e maior área em pequenas glebas, além de menor área total (Santos, 2016).

A divisão do baldio não parece representar uma alteração profunda aos usos do solo, mas se por um lado já havia indícios de alguma intensidade de exploração e cultivo antes da divisão da *Serra*, é também verdade que o parcelamento veio não só estender o cultivo de cereal às zonas de mato antes não arroteadas, como também intensificar o processo alterando as práticas culturais. A esmagadora maioria das glebas era de dimensões exíguas – segundo qualquer das fontes, 90% das glebas teriam menos de 6 ha, e cerca de metade menos de 3ha –, insuficientes para sustentar um agregado familiar nas condições existentes. Esta realidade traduziu-se num convite à sobre-exploração quando transformada num regime de exploração familiar privada sob os incentivos de preços e subsídios que se sucederam (Santos e Roxo 2013, 135-137).

3. Intensificação e concentração das explorações nas décadas de 30 e 40. A Campanha do trigo e a Serra

Como já vimos, a divisão inscreve-se em tendências mais gerais do período entre guerras, por toda a Europa; as ditaduras fascistas vieram acentuar mais alguns aspetos, como a colonização e a distribuição de terra inculca para arroteamento, bem como o protecionismo alfandegário; e impediram outros, como as reformas redistributivas da terra. Mas as primeiras já lá estavam desde as crises agrícolas de finais do século XIX, e a principal legislação para a divisão dos baldios foi da 1ª República (Santos, 2016). A alteração de práticas culturais, no sentido da intensificação das rotações e do aumento da adubação química, terá sido especialmente reforçada pela Campanha do Trigo (Santos, 2016).

A Campanha do Trigo concedeu vários tipos de incentivos aos produtores, através da Caixa Nacional de Créditos a partir de 1929 e mais tarde em 1934, também através da Federação Nacional de Produtores de Trigo. Os produtores podiam ser subsidiados ou ter acesso a crédito. É possível que os cultivadores do baldio tenham obtido incentivos ao arroteamento das terras, e que estes mesmos subsídios ainda tenham contribuído para a conclusão do arroteamento, apesar de a divisão ter ocorrido três anos antes da Campanha. O arroteamento integral dificilmente teria sido instantâneo.

Como podemos ver no Quadro 17, a ocupação dos solos da *Serra* alterou-se radicalmente entre finais do século XIX e meados do século XX, pelo desaparecimento das áreas de incultos (charneca e matos), que em 1897 ocupavam ainda mais de 80% da área, substituídos por culturas arvenses e montado, mais de metade do qual em associação com searas.

Quadro 17 - Evolução dos usos de 1891-91 para 1957 na *Serra de Mértola*

| Usos | 1891-92(a) | | 1957 (b) | |
|---|------------|--------|----------|--------|
| | ha | % | ha | % |
| Culturas Arvenses Sequeiro + Pousio e pastagens | 1365,18 | 16,43 | 6368,50 | 76,66* |
| Montado + Culturas arvenses | 0,00 | 0,00 | 988,02 | 11,89 |
| Montado | 3,65 | 0,040 | 916,26 | 11,03 |
| Culturas arvenses de Regadio | 0,00 | 0,00 | 24,98 | 0,30 |
| Charnecas e mato | 6938,58 | 83,52 | 0,00 | 0,00 |
| Hortícolas + Olival | 0,00 | 0,00 | 1,77 | 0,02 |
| Olival | 0,00 | 0,00 | 7,87 | 0,09 |
| Total | 8307,41 | 100,00 | 8307,41 | 100,00 |

Fontes: a) Estimado a partir do mapa e minutas de Péry, 1891-1892; b)

SROA, Carta de Uso dos Solos

Imperava na serra a cultura do cereal, essencialmente trigo, cevada e aveia. "*Pode dizer-se que nos 132 000 ha do concelho se faz 'seara', toda em terra campã, à excepção de algumas zonas revestidas de montado de azinho disperso, desde Alcaria Ruiva até Algodôr, entre a mina de S. Domingos e Corte de Pinto e a sul da estrada Mértola-Minas; grosso modo, pode computar-se em menos de 3.000 ha a área ocupada pelo montado de azinho em todo o concelho, e mesmo esta, é cultivada de trigo aveia e cevada nas mesmas condições que a terra nua.*" (Galvão et al. 1945, 6).

Relativamente ao tipo de rotação, que era: Alqueive-trigo-cevada e mais quatro ou cinco anos de pousio, foi diminuindo a ponto de serem poucas as terras que "descansavam" mais do que um ano (Galvão et al. 1945, 7). Nas zonas em que a exploração era mais dividida - a serra de Serpa e de Mértola - desapareceram, os pousios e foi generalizado o cultivo em 3 folhas: a de Alqueive, a de trigo e a de aveia ou cevada, onde se registaram casos de sementeiras de trigo em restolho de aveia (Mira Galvão, 1945, p.8). "Na 'Serra' - cerca de 9.000 ha - a maior parte dos seareiros não deixa a terra de pousio, sendo aqui a rotação usual - e esgotante ao máximo- e seguinte: Alqueive - trigo" (Russo, 1950, p. 20).

Quadro 18 - Usos do solo em 1950, nas três freguesias que incluem terras do antigo baldio da *Serra de Mértola*

| Usos do solo | Santa de Cambas | | Corte de Pinto | | Mértola ⁹ | |
|----------------------|-----------------|------|----------------|------|----------------------|------|
| | ha | % | ha | % | ha | % |
| Culturas arvenses | 11 327,7 | 70,2 | 4 401,9 | 72,5 | 23 688,1 | 75,3 |
| Prado natural | 4 296,6 | 26,6 | - | - | 4 925,9 | 15,7 |
| Horta | 10,1 | 0,1 | 15,3 | 0,3 | 36,3 | 0,1 |
| Azinhal | - | - | 1 419,4 | 23,4 | 2 688,0 | 8,5 |
| Amendoal | - | - | - | - | 90,8 | 0,3 |
| Pinhal | - | - | - | - | 0,1 | 0,0 |
| Eucaliptal | 19,2 | 0,12 | 13,7 | 0,2 | 2,6 | 0,0 |
| Vinha | - | - | - | - | 3,2 | 0,0 |
| Laranjal | - | - | - | - | 0,6 | 0,0 |
| Olival disperso | 3 636 | 0,02 | 2 256 | 0,04 | 2 096 | 0,0 |
| Sobreiral disperso | - | - | - | - | 655 | 0,0 |
| Oliveiras encravadas | - | - | - | - | 193 | 0,0 |
| Estéril | 488,2 | 3,02 | 216,7 | 3,6 | 27,9 | 0,1 |

(Russo, Tavares e Ferreira 1950, 13; Casimiro 1993, 114)

Atente-se nos Quadros 18 e 19, o território é praticamente exclusivo às culturas arvenses em campo aberto ou com sobre coberto de azinheira. Registou-se a maior extensão de culturas arvenses de sequeiro desde que há registo. Como descrito anteriormente, a cultura do cereal invadiu os matos e charnecas, e afirmou o fim dos incultos.

⁹ É incluída a freguesia de Mértola, visto parte do antigo Baldio da *Serra* se situar numa faixa a Nordeste desta freguesia, denominada “parte de Cambas”. A sua expressão nos valores totais da freguesia, no entanto, era certamente muito menor do que nas outras duas, e especialmente nos de Corte de Pinto.

Quadro 19 - Usos do solo no Concelho de Mértola, na Serra e no conjunto das Serras de Mértola e Serpa (1957)

| Usos | Culturas Arvenses | | Hortas e Pomares II) | | Vinha | | Charnecas e matos | | Superfície improdutiva | | Montado | | Pinhal | | Eucaliptal | |
|------------------------------------|-------------------|------|-------------------------|-----|-------|---|-------------------|-----|------------------------|-----|---------|------|--------|---|------------|-----|
| | ha | % | ha | % | ha | % | ha | % | ha | % | ha | % | ha | % | ha | % |
| <i>Serra 1957a)</i> | 7381,5 I) | 88,9 | 9,6 | 0,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 916,2 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Serra de Mértola e Serpa b)</i> | 28492 | 53,7 | 5 222 | 9,9 | 0 | 0 | 1 139 | 2,1 | 0 | 0 | 18 150 | 34,2 | 0 | 0 | 57 | 0,1 |
| <i>Mértola Concelho c)</i> | 115852 | 89,6 | 271 | 0,2 | 6 | 0 | 1 592 | 1,2 | 1 386 | 1,1 | 9 669 | 7,5 | 11 | 0 | 93 | 0,1 |

Fontes: a) Estimado a partir dos SIG; b) Roxo (1994, 208); c) Feio (1998, 24)

I) Relativamente às culturas arvenses da *Serra*, 988,02 hectares são associação com montado, ou seja, 11,89% das culturas arvenses e 24,98 hectares são culturas de regadio, ou seja 0,3% das culturas arvenses; II) Na categoria *hortas e pomares* estão incluídos os valores de Olival e o Amendoal.

Os pequenos seareiros desde cedo foram vítimas da fragmentação das glebas e dos próprios incentivos, particularmente do crédito. No Concelho de Mértola os empréstimos foram concedidos essencialmente a seareiros. Os Quadro 20 e 21 mostram-nos que seis anos mais tarde uma parte significativa dos empréstimos ainda não tinha sido regularizada. Galvão et al. (1945, 36) referem que houve, inclusive, seareiros a venderem os seus instrumentos de trabalho para tentarem pagar dívidas em virtude da inalienabilidade legal das glebas, conforme reafirmou Galvão (1946, 40): "Dos empréstimos feitos pela Caixa Geral de Crédito quase exclusivamente a 'seareiros', por intermédio do Grémio da Lavoura de Mértola, estavam por pagar em 1946: 83 512\$ dos empréstimos contraídos em 1939-40, 97 357\$ dos empréstimos contraídos em 1940-41 e 125 710 dos empréstimos contraídos em 1941-42. Estes créditos deviam ser insolúveis, pois "muitos dos seareiros perderam tudo quanto tinham. Começaram por vender uma muar, depois outra, o carro das alfaias e eram às centenas os colonos da serra de Mértola que ficaram sem a gleba que lhes haviam entregado como indivisível e inalienável, porque lhes foi penhorada e posta em praça para pagamento de dívidas à C.N.C". Estes indicadores mostram o início da falência das

pequenas explorações logo após a Campanha do Trigo, antes ainda de se terem aberto as portas à emigração.

Quadro 20 - Empréstimos agrícolas concedidos pela caixa nacional de Crédito, nas campanhas de 1939/40 a 1944/45

| Campanhas | 1ª Prestação | | 2ª Prestação | | 3ª Prestação | |
|-----------|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Nº | Importâncias | Nº | Importâncias | Nº | Importâncias |
| 1939/40 | 964 | 977 890\$00 | 308 | 315 235\$00 | 68 | 165 750\$00 |
| 1940/41 | 2 093 | 3 507 175\$00 | 428 | 183 979\$00 | 395 | 193 789\$00 |
| 1941/42 | 2 097 | 3 545 591\$00 | 681 | 486 912\$00 | - | - |
| 1942/43 | 407 | 1 350 190\$00 | 119 | 160 520\$00 | - | - |
| 1943/44 | 356 | 1 503 025\$00 | 59 | 119 200\$00 | - | - |
| 1944/45 | 331 | 1 183 525\$00 | 11 | 29 650\$00 | - | - |

Fonte: Galvão et al. (1945, 35)

Quadro 21- Posição dos empréstimos considerados em situação irregular

| Datas | 1939/40 | | 1940/41 | | 1941/42 | | 1942/43 | | 1943/44 |
|-----------|---------|--------------|---------|--------------|---------|--------------|---------|--------------|---------|
| | Nº | Importâncias | Nº | Importâncias | Nº | Importâncias | Nº | Importâncias | Nº |
| 3/6/1942 | 128 | 142 666\$80 | 222 | 187 901\$55 | - | - | - | - | - |
| 7/6/1943 | 143 | 105 423\$55 | 119 | 105 857\$25 | 174 | 187 339\$70 | - | - | - |
| 20/6/1944 | 112 | 84 099\$20 | 110 | 98 070\$80 | 125 | 139 996\$70 | 2 | 5 100\$00 | - |
| 7/7/1945 | 111 | 83 512\$49 | 109 | 97 357\$25 | 114 | 125 710\$70 | - | - | 4 |

Fonte: Galvão et al. (1945, 35)

4. O abandono da Serra. As décadas de 50 e 60

Como dito anteriormente, os baldios e sua divisão, tiveram um papel ativo na manutenção do sistema de produção latifundiário, mantendo uma população agarrada à terra sem dela conseguir viver, para assim criar mão-de-obra excedente, obrigando-a a ser barata.

O abandono da *Serra* está inserido num contexto maior, resulta da conjugação entre a possibilidade de migrar para encontrar trabalho noutros locais, e as péssimas condições de vida dos trabalhadores e seareiros, agravadas pelas terras erodidas e fortemente degradadas, resultado dos programas de fomento e consequente intensificação da cultura, e também pela mecanização da agricultura.

Com o fim da abundância de mão-de-obra disponível, e com a extinção da figura do seareiro, assistiu-se ao declínio do sistema latifundiário baseado no lucro e na renda, passando a um sistema de exploração do tipo capitalista, baseado apenas no lucro (Baptista 1979, 368-369).

Houve abandono das áreas menos férteis e intensificou-se a exploração das áreas mais férteis.

Os agricultores falidos não tiveram outra opção se não abandonar as suas parcelas, arrendá-las ou vendê-las ilegalmente a vizinhos, resultando numa aglutinação das parcelas em áreas maiores. O aumento da escala das explorações para 40 a 70 hectares, foi a única forma de conseguir fazer render a terra em maus anos agrícolas (Galvão et al. 1945, 56), o que evidencia a inadequação do parcelamento (em glebas de pequenas dimensões) aos propósitos promovidos pelo governo, que manifestava serem os de autonomizar uma população do trabalho agrícola sazonal instável, e proporcionar melhores condições de vida. Mira Galvão refere ainda que há efetivamente aglutinação das parcelas. Fica por responder quantas são hoje as parcelas neste território? Quais as áreas médias?

"Hoje, ao percorrer-se a serra, notam-se já courelas em pousio e algumas ruínas das habitações que foram abandonadas pelos seus donos. Por outro lado, muitas glebas encontram-se arrendadas e à margem da lei, foram feitas algumas vendas pela simples passagem de mão do título de posse" (Mira Galvão et al., 1945, 56).

É de salientar que o encerramento da exploração da mina de S. Domingos finda exploração na década de 60, foi um fator decisivo para o abandono em larga escala daquela região. Como podemos ver no Quadro 22, apesar de a população ter começado a diminuir ainda antes do fecho da mina, sofreu uma queda abrupta na década de 60 para 70.

Quadro 22 - Evolução da população nas freguesias pertencentes à Serra

| Freguesias | 1950 | 1960 | 1970 |
|--------------------|-------|-------|-------|
| Sant'Ana de Cambas | 5164 | 4268 | 1760 |
| Corte de Pinto | 6557 | 5571 | 1865 |
| Mértola | 6439 | 5682 | 3605 |
| Concelho Mértola | 29353 | 26026 | 14385 |

Fonte: Casimiro (1993, 128)

5. Entrada na EU e a reconversão dos usos

Um novo cenário rural produzido pelos êxodos das décadas de 50 e 60, aliado a novas políticas agrárias surgidas no seguimento da entrada na UE, levaram a uma reconversão dos usos como já referido anteriormente. Vejamos como se deu essa evolução no caso da Serra.

O abandono foi o principal acontecimento que marcou as décadas de 80 e 90. Pode afirmar-se que o abandono de terras registado nos anos 50 e 60 não cessou nas décadas seguintes, continuou a registar-se abandono até à data dos últimos dados de que dispomos, de 2007. Em 1990 os matos e charnecas ocupavam cerca de 15,95% do território do baldio, e em 2007 chegavam já aos 24,13% (dentro deste valor incluem-se florestas abertas com vegetação arbustiva 24,03% e zonas descobertas com pouca vegetação 0,1). Este abandono, onde a vegetação se tem regenerado, e onde aparecem matos com uma fauna associada, tem proporcionado a atividade da caça que sempre existiu na Serra, mas que aumentou com o abandono do cultivo (Roxo 1994, 211).

Assistiu-se à expansão das áreas de montado, já que na Serra se verificou um aumento, passando dos 11% registados em 1957 para 14% em 1990, como podemos ver no Quadro 23. Para 2007 estes dados são mais difíceis de apurar visto que as categorias ao que se teve acesso são muito abrangentes. Como se pode observar no Quadro 24, pode estar inserido nas categorias floresta e floresta aberta com vegetação arbustiva. Roxo afirma que este aumento está mais associado a ações de seleção e aproveitamento de árvores já existentes, bem como de legislação que veio impor restrições ao corte de azinheiras e sobreiros, do que propriamente de ações de reflorestação (Roxo 1994, 213).

Houve aumento das áreas de eucalipto, Feio conclui nos seus estudos sobre o tema, que a plantação de eucalipto seria a reconversão mais rentável nesta conjuntura económica. (Feio, 1998, 77).

Para o ano de 1957 não existe informação sobre a existência de áreas de eucalipto na *Serra*, ao passo que na carta de ocupação do solo para o ano de 1990, a área ocupava já um total de 146,81 hectares. Não é possível determinar a área para o ano de 2007.

O pasto cultivado, expandiu-se também na *Serra*, devido não só ao abandono da cerealicultura e das culturas temporárias em geral, mas também devido aos financiamentos do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP) assim as pastagens permanentes em 2007 na *Serra* eram de 3,06%.

A PAC, os seus subsídios ou a ausência deles, tem influenciado muito a evolução dos usos na *Serra*, abandono, reconversão. Os custos de produção do cereal foram sempre elevados (devido a fatores edáfo-climáticos) mas o fim dos apoios ao cultivo deste cereal, levou a que o seu preço duplicasse (Roxo 1994, 219). A diminuição das culturas temporárias na *Serra*, vai de encontro a esta lógica. Dos 76,6% de área ocupada em 1957, restavam 46% em 1994, e 38,67% em 2007 (nestes valores estão incluídas culturas de regadio).

Assistiu-se a uma reconversão dos usos para caça, nas zonas abandonadas onde a vegetação de mato tem vingado (Lei da caça de 1986), abrangeu parte da *Serra* e estava em expansão nos anos 90, diz-nos Roxo (1994, 213).

Quadro 23 - Comparação dos usos do solo em 1957 e 1990 no baldio *Serra de Mértola*

| Usos do Solo 1957 | ha | % | Usos do Solo 1990 | Classes do COS | ha | % | |
|-----------------------------|--------|------|-----------------------------------|---|----------------------------|--------|------|
| Montado de azinho | 916,3 | 11,0 | Montado | BB2, BB3, BZ1,BZ2, BZ3, ZB2,ZZ1, ZZ2, ZZ3 | 1206,0 | 14,5 | |
| Culturas de Sequeiro | 6393,5 | 76,9 | Áreas Agrícolas | Cultura de Sequeiro | CC1 | 3806,7 | 45,8 |
| Culturas de Regadio | | | | Cultura de Regadio | CC2 | 4,2 | 0,1 |
| Culturas Arvenses e Montado | 988,0 | 11,9 | | Áreas agrícolas heterogéneas | CX1, CB0,CO1,CZ0, Z01, ZC1 | 1679,0 | 20,2 |
| Hortícolas e Olival | 1,8 | 0,02 | | | | | |
| Eucaliptal | 0,0 | 0,0 | Eucaliptal | EE3, EZ3 | 146,8 | 1,8 | |
| Pinhal | 0,0 | | Pinhal | MM2, MM3 | 2,6 | 0,1 | |
| - | - | - | Floresta outras folhosas | FF3, FF6 | 4,5 | 0,1 | |
| Superfície improdutiva | 0,0 | 0,0 | Cursos de Água e águas interiores | HH1, HH2 | 49,9 | 0,6 | |
| | | | Urbano | UU1, UU2, UU9 | 4,3 | 0,1 | |
| Matos e Charnecas | 0,0 | 0,0 | Matos e Charnecas | IB0, II1, II2, IZ0 | 1324,9 | 15,9 | |
| Vinha | 0,0 | 0,0 | Vinha | VV1 | 1,7 | 0,0 | |
| Olival | 7,9 | 0,1 | Olival | OO1 | 76,6 | 0,9 | |
| Total | 8307,4 | 100 | Total | BB2, BB3, BZ1,BZ2, BZ3, ZB2,ZZ1, ZZ2, ZZ3 | 8307,4 | 100 | |

Quadro 24 - Comparação dos usos dos solos de 1990 para 2007

| Usos do Solo 1990 | | Ha | % | Usos do Solo 2007 | Ha | % |
|-----------------------------------|------------------------------|---------|-------|---|---------|-------|
| Áreas Agrícolas | Cultura de Sequeiro | 3806,65 | 45,82 | 2.1 - Culturas Temporárias, 2.3 - pastagens permanentes | 3193,70 | 42,07 |
| | Cultura de Regadio | 4,22 | 0,05 | | | |
| | Áreas agrícolas heterogéneas | 1679,01 | 20,21 | 2.4 - Áreas agrícolas heterogéneas | 2384,63 | 28,70 |
| Eucaliptal | | 146,81 | 1,77 | 3.1 - Floresta | 333,56 | 4,02 |
| Pinhal | | 2,63 | 0,03 | | | |
| Floresta outras folhosas | | 4,53 | 0,05 | | | |
| Montado | | 1206,04 | 14,52 | - | - | - |
| Cursos de Água e águas interiores | | 49,94 | 0,6 | 5.1 - Cursos de Água e águas interiores | 23,04 | 0,28 |
| Matos e Charnecas | | 1324,91 | 15,95 | 3.2 ; 3.3; 2.3 - Floresta aberta vegetação arbustiva; zonas descobertas e com pouca vegetação | 2306,01 | 24,13 |
| Vinha | | 1,72 | 0,94 | 2.2 - Culturas Permanentes | 32,14 | 0,39 |
| Olival | | 76,62 | | | | |
| Urbano | | 4,33 | 0,05 | 1.1; 1.2; 1.3 - Tecido urbano; Indústria, comércio e transportes; Extração de inertes | 34,33 | 0,41 |
| Total | | 8307,41 | 100 | Total | 3807,41 | 100 |

Ilacões Finais

Existiram várias formas de exploração e gestão do Baldio da Serra ao longo da centúria estudada. Antes das políticas protecionistas e aumento da pressão demográfica, a exploração deste território era feita de forma mais equilibrada, sendo as principais atividades a apicultura, o pastoreio, e uma cerealicultura limitada e temporária com largos ciclos de regeneração do coberto e dos solos, práticas extensivas adequadas às características do ecossistema (Roxo 1994, 347). Assistiu-se à intensificação da exploração ainda antes da divisão do baldio, havendo já parcelamentos de carácter mais ou menos informal, mas em todo o caso sem o carácter de apropriação exclusiva e permanente, em resultado do aumento da população rural sem acesso à terra e das políticas protecionistas do século XIX, que culminaram na legislação finissecular de Elvino de Brito. Esta realidade, aliada a um discurso produtivista de aumento da rentabilidade da terra, à legislação republicana para a partilha dos terrenos baldios e à vizinhança da partilha mais precoce do Baldio da Serra de Serpa, levou à formalização da divisão do Baldio na segunda década do século XX.

Pouco tempo depois, o Estado Novo promoveu uma visão agrarista, defendendo uma ideia de autossuficiência alimentar, de orgulho camponês através não só de propaganda, como também lançando a Campanha do Trigo, plano de fomento agrário garantindo subsídios e facilidades de acesso a crédito. Na verdade, quem mais lucrou com os subsídios e créditos dirigidos à lavoura acabariam por ser os grandes proprietários: grandes lavradores e absentistas (Pais et al. 1976). O pequeno proprietário e o "seareiro saíram muitas vezes mais miseráveis da campanha do que no momento em que esta se iniciou. No entanto, o regime de apropriação privada, a pressão da subsistência de uma população em crescimento, os incentivos à arroteia e ao cultivo, e o emprego da adubação química haviam-se aliado para acabar de desestruturar a economia informal dos incultos e substituí-la por um grau de intensificação cultural sem precedentes. Esse processo mudou a paisagem. Por um lado, cristalizou uma estrutura de propriedade microfundária, que em anos subsequentes passaria por uma reorganização em médias explorações à custa dos pequenos seareiros, perdedores do processo. Por outro, concluiu praticamente a destruição do coberto vegetal espontâneo e criando uma paisagem em que predominavam as searas, com poucos ou nenhuns pousios, e o montado. Mas ao fazê-lo, mudou-a também num sentido mais profundo, pela progressiva degradação dos solos, já à partida pobres, devido às perdas de matéria orgânica e de capacidade de retenção de água, e à erosão hídrica exacerbada, empobrecendo radicalmente os recursos do ecossistema.

Num país que, dentro do quadro económico internacional, não conseguira investir no desenvolvimento dos meios de produção, que chegou à segunda metade do século XX com um baixo índice de industrialização, com baixa formação especializada nas ciências agrárias, e cuja produção se apresentava inadaptada às condições do meio, com uma larga produção de culturas anuais – entre as quais, o trigo – ao contrário dos outros países do Sul, como a Itália, a Grécia e a Espanha (Soares 2005, 182-183). Como se observou no caso da Serra (ver Quadro 24) ainda nos anos 90 do século passado, cerca de 45% do território se encontrava ocupado com culturas de sequeiro.

A partir das décadas de 50 e 60 do século XX, a mecanização – apesar de baixa –, o crescimento das cinturas industriais nos centros urbanos, e como consequência, os êxodos populacionais, levaram ao abandono das áreas rurais, especialmente das áreas menos férteis, categoria em que se insere o objeto de estudo.

A partir das décadas 80 e 90 do século XX, com a entrada na CEE, o território e suas transformações ficaram em grande medida sujeitas às políticas da PAC e diretrizes Europeias.

Na Serra de Mértola, as transformações observadas ao longo do período estudado, devem-se a fatores sociais, político-económicos e ambientais. A evolução da agricultura, e por conseguinte, a alteração da paisagem, dependem das políticas relativas ao sector, do comportamento da economia, bem como das políticas macroeconómicas e conjuntura internacional, dependência que será tanto maior, quanto maior a abertura do mercado nacional ao exterior (Soares 2005, 158).

Parece ser evidente que a conjuntura socioeconómica ultrapassou em larga escala os fatores biofísicos enquanto condicionalismo de transformação, ocupação e utilização do meio. A paisagem, portanto, é uma construção social alicerçada num meio biofísico, movida por fatores de ordem política e económica. Um argumento que contribui para esta lógica é o facto de que tanto a intensificação da utilização do baldio como o seu abandono, acompanharam as flutuações demográficas, por sua vez condicionadas pelas mudanças económicas – veja-se o impacte económico estabelecimento da Mina de S. Domingos – e das políticas praticadas. Dissolve-se, assim, a barreira conceptual entre o natural e o social. "All landscapes contain signs of natural events such as floods and changes in climate, but all European landscapes - even those that may appear pristine - are covered with the signatures of the early human inhabitants" ¹⁰ (Drenthen 2014, 234). Aproveitando a alegoria de de Carmo, que muito diz sobre o assunto:

"No sul de Portugal, a abetarda (*Otis tarda*) é um emblema da conservação. Ave rasteira e de porte da paisagem cerealífera, tem origem nas estepes russas, tornando-se habitante de uma paisagem agrícola portuguesa que se desenvolveu com a expansão secular da cultura do cereal, seu habitat em pseudo-estepe. Com o recuo desta paisagem a partir dos anos 1960, a permanência da espécie entrou em risco e como resposta foram desencadeados meios de conservação que buscam preservar a dupla abetarda-paisagem cerealífera, ambas estranhas e genuínas, exóticas e autóctones, à planície alentejana" (Carmo e Rodrigues 2016, 14).

A paisagem apresenta-se como um palimpsesto, "testemunho da interação entre a história humana e o território" (Drenthen 2014, 233-34). Apesar de o território ter sofrido grandes transformações próprias do tempo que por lá passou, algo desse passado é legível na paisagem de hoje, tal com um pergaminho, que mesmo depois de raspado e polido permite entrever os antigos caracteres. O exemplo mais imediato deste conceito, no território em estudo, é a manta de retalhos desenhada aquando da divisão do baldio, que ainda se vislumbra hoje, ao sobrepomos uma fotografia aérea datada de 2008 aos limites das glebas de 1926-27, como podemos ver no Mapa 11, em anexo. Mas os retalhos não são a única informação do passado que esta paisagem carrega consigo. A própria existência do ecossistema de montado é outro exemplo.

Ao afirmar que os fatores sociais ultrapassaram os ambientais, isto não significa absolutamente, que ao pensar em território, não se tenha que ter em consideração, as especificidades biofísicas do meio. O objeto de estudo, prova-nos exatamente o contrário; este lugar de fraca resiliência sofreu uma degradação profunda no último século, consequência de uma política e gestão que se basearam na negação das fragilidades do próprio ecossistema, ou na crença da capacidade indefinida de o regenerar (Santos e Roxo 2013). No termo deste percurso, muito fica ainda por responder, quer quanto à divisão do Baldio – que famílias, com que características, tiveram efetivo acesso a que tipologias de parcelas? – quer quanto aos traços que ela deixou neste território – que glebas se mantiveram em cultivo, quais foram abandonadas? E quais foram aglutinadas? Por quem e como? Perguntas difíceis de responder sem acesso a mapas de cadastro atualizados. Por outro lado, num contexto de alterações e reconversão dos usos do solo e de funções das áreas rurais, parece-me claro que que estão desatualizadas as classes de usos do solo

¹⁰ Tradução: "Todas as Paisagens contêm sinais de eventos naturais, tal como cheias, e alterações climáticas, mas todas as paisagens Europeias - mesmo as que se aparentam pristinas - estão cobertas com assinaturas das primeiras ocupações humanas"

pelas quais se regem a Carta de ocupação do Solo de 1990 e a COS 2007; ficando a faltar os serviços: o turismo rural e a caça, por exemplo.

Mas sobretudo, ficam as perguntas sobre o futuro. Ao olhar para a vegetação descrita no primeiro capítulo, podemos prever que com o fim da agricultura no baldio, todo um ecossistema desapareça para dar lugar a outro. Mas qual, e como? Tenderá a estepe mediterrânica associada ao cultivo de cereal intensivo, onde habitam a abetarda-comum e a lebre, a reverter para os matagais dos finais século XIX mapeados por Péry, como afirma Feio (1998, 104)? Tenderão esses matagais, por sua vez, a evoluir para o bosque mediterrânico, habitat do lince ibérico, do lobo, da águia-imperial (Pena 1985, 20), até do urso-pardo? Em que medida a depauperação do substrato pedológico será reversível, e que constrangimentos imporá a tais tendências? Uma coisa é clara: a pura reversibilidade não existe, de que estivesse ausente a ação humana. Em que medida novas políticas e novas ações – programas de florestação, de (re)introdução de espécies, iniciativas empresariais ligadas ao turismo “de natureza”, o próprio conhecimento que continua a ser produzido sobre o território na Estação Experimental de Vale Formoso – as canalizarão?

Referências bibliográficas

- Almeida, Fialho D'. 1921. *Estancias d'Arte e de Saudade*. Lisboa: Livraria Clássica Editora
- Baptista, Fernando, O. 1979. *Economia do latifúndio: o caso português*. Gulbenkian: Centro de Estudos de Economia Agrária. Comunicação apresentada ao seminário sobre a agricultura latifundiária na Península Ibérica
- Barros, Henrique de. 1935. Análise à marcha dos preços dos produtos agrícolas durante o período de 1927 a 1931. Lisboa: Serviço de Publicidade e Biblioteca da Direção Geral da Ação Social Agrária. Separata do boletim de Agricultura - Ano II - Nº 3 -III Série
- Basto, Eduardo A. L. 2012."O Problema da Habitação Rural". Em *Inquérito à Habitação Rural: 3º Volume A Habitação Rural nas Províncias da Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo*. Editado por Baptista, Fernando O., e João C. Caldas, e Maria C. Radich. 57-82. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Caldas, Eugénio de Castro. 1991. *A Agricultura Portuguesa Através dos Tempos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Caldas, João C. 2001. *Terra e Trabalho. Parcerias e Parceiros*. Oeiras: Celta Editora.
- Caldas, José L. C. 1988. *Política de colonização interna*. A implantação das colónias agrícolas da Junta de Colonização. Lisboa.
- Carmo, Miguel, e Catarina Rodrigues. 2016. "A natureza enquanto Política: Pensar a relação entre agricultura e natureza a partir da transformação agrícola do século XX português". Em CEM/Cultura, Espaço & Memória, nº 7. Editado por Inês Amorim, Luís Sousa Silva e Sara Pinto. 87-111. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.
- Carvalho, Agostinho, e Maria L. Gomes. 1973. *Alimentação e condições de vida de famílias de trabalhadores rurais do Baixo Alentejo*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casimiro, Pedro, J. C. 1993. "Concelho de Mértola: Geo-biografia das mudanças de usos do Solo". Prova de Capacidade Científica, Universidade Nova de Lisboa.

Cunhal, Álvaro. 1976 Contribuição para o estudo da questão agrária. Lisboa: Edições Avante.

Cutileiro, José. 1977. *Ricos e Pobres no Alentejo: Uma sociedade Rural Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Decreto-Lei nº7: 127 de 1920 de 17 de novembro. Diário da República nº 233 de 1920 - I Série.

Decreto-Lei nº de 1925 de 16 de fevereiro. Diário da República nº 36 de 1925 - I Série.

Divisão de Agrimensura do Ministério da Agricultura. 1926. Divisão do baldio de Mértola. Escala 1:5000.

DGA, 1893. Carta Agrícola de Portugal. Folha 200. Escala 1:50000. Lisboa

DGT, 2009. Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP ' 2009. Lisboa.

Drenthen, Martin. 2014. "New Nature Narratives: Landscape Hermeneutics". Em *Interpreting Nature: The emerging Field of environmental Hermeneutics*. Editado por Clingerman, Forrest, e Brian Treanor, e Martin Drenthen, e David Utsler. 225-241. Nova Iorque: FordhamUniversity Press

Feio, Mariano. *A evolução da agricultura no Alentejo Meridional. As Cartas Agrícolas de G. Pery. As Dífceis Perspectivas Actuais na Comunidade Europeia*. Lisboa: Edições Colibri.

Feio, Mariano. 2004. "Capítulo II: O Baixo Alentejo e as serras envolventes." Em *O Relevo de Portugal: Grandes Unidades Regionais*, editado por Feio, Mariano, e Suzanne Daveau. 21–32. Coimbra: Publicações da Associação Portuguesa de geomorfólogos.

Ferreira, Denise B, António B. Ferreira. 2004. "Capítulo I: Aspectos Gerais." Em *O Relevo de Portugal: Grandes Unidades Regionais*, editado por Feio, Mariano, e Suzanne Daveau. 9–19. Coimbra: Publicações da Associação Portuguesa de geomorfólogos.

Freire João, " O Movimento operário e o problema rural na I República". Em *Mundo Rural: Transformação e resistência na Península Ibérica (Século XX)*. Editado por Freire, Dulce, e Inês Fonseca, e Paula Godinho. 2004. Lisboa: Edições Colibri.

Galvão, José M., e Luiz B. Pereira e Mário Pereira, Mário. 1945. *A crise Rural no Concelho de Mértola*. Lisboa.

Galvão, José Mira. 1946. *O seareiro- Sua função Económica e social na cultura do Trigo e a crise agrícola*.

Gonçalves, R.M.S.S. *Contribuição para o estudo da crise rural de Mértola*. (Trabalho final de Curso, Instituto Superior de Agronomia, 1951).

IGP, 1990. Carta de ocupação do Solo - COS' 90. Lisboa.

IGP, 2007. Carta de ocupação do Solo - COS' 2007. Lisboa.

Lautensach, Hermann. 1948. *Bibliografia geográfica de Portugal, Instituto para a alta cultura, Centro de estudos geográficos*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Lecoq, Nuno L. C. C. de A. "Unidades de Paisagem da Zona Castro Verde - Mértola: Contributos para uma Gestão Ambiental Eficiente". (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Lisboa, 2002).

Mata, Eugénia e Nuno Valério. *História Económica de Portugal: Uma Perspetiva Global*. Lisboa: Presença, 184-186.

Ministério da Agricultura. Junta de colonização Interna. 1939. *Reconhecimento dos baldios do Continente*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil.

Morin, Edgar. 2008. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget

O'Rourke, Kevin H., 1997. The European Grain Invasion, 1870-1913; *The Journal of Economic History* 57. 775-801.

Oliveira, José Tomás. 1984. Carta Geológica de Portugal: Notícia Explicativa da Folha 7. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal

Pais, José M., e Aida de Lima e José Baptista e Maria de Jesus e Margarida Gameiro. 1976. "Elementos para a história do fascismo nos campos: a Campanha do Trigo, 1928-38". *Análise Social* 12, 400-474.

Pena, António, e Gomes Luís, e Cabral José. 1985. *Fauna e Flora de Mértola: Uma Perspectiva Ecológica do Concelho*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola

Pereira, Miriam Halpern. 1983. *Livre-câmbio e Desenvolvimento Económico*. Lisboa: Sá Da Costa Editora.

Pereira, José Pacheco. 1976. *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*. 1ª edição. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1976.

Reis, Jaime. 1979. "A Lei da Fome: As Origens do Protecçãoismo Cerealífero, 1889-1914". *Análise Social* 15, 745-793.

Ribeiro, Orlando. 1970. *A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos

Ribeiro, Orlando, e Herman Lautensach, e Suzanne Daveau. 1987. *Geografia de Portugal: A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Rosas, Fernando. 1994. *O Estado Novo (1926-1974)*, Vol.VII. Organizado por Mattoso, José. *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Roxo, Maria José. "A acção Antrópica no Processo de Degradação de solos. A Serra de Serpa e Mértola". (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1994).

Russo, C. Simões, e H. Matos Tavares, e M.A. Alves Ferreira. 1950. *Inquérito agrícola e florestal ao Concelho de Mértola*. Plano de Fomento Agrário Ministério da Economia. Secretaria de Estado da Agricultura

Santos, Rui e Hélder A. Fonseca. 2001. "Três séculos de mudanças no sector agrário Alentejano: A região de Évora nos séculos XVII a XIX", *Ler História* 40. 43-94.

Santos, Rui e Maria José Roxo. 2013. "A tale of two tragedies: The case of the commons of Serra de Mértola in the Alentejo (southern Portugal) and its privatization, eighteenth to twentieth centuries". Em *Rural societies and environments at risk: Ecology, property rights and social organization in fragile areas (Middle Ages-Twentieth century)* editado por Bas van Bavel e Eric Thoen. 115-146. Turnhout: Brepols.

Santos, Rui. 2004. "Economic sociology of the modern latifundium: economic institutions and social change in Southern Portugal, 17-19th centuries." *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa: CIES-ISCTE/CELTA.23-52.

Silva, Maria Elisa O. "A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo". (Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011).

Silva, J.F., Magalhães, M.R., Cunha, N.S., 2013. Classificação hierárquica e toponímica das Linhas de Água de Portugal Continental. LEAF/ISA/ULisboa. Disponível em: <http://epic-webgis-portugal.isa.utl.pt/>

Silbert, Albert. 1978. *História Social e Agrária*. Évora: Publicações Universidade de Évora

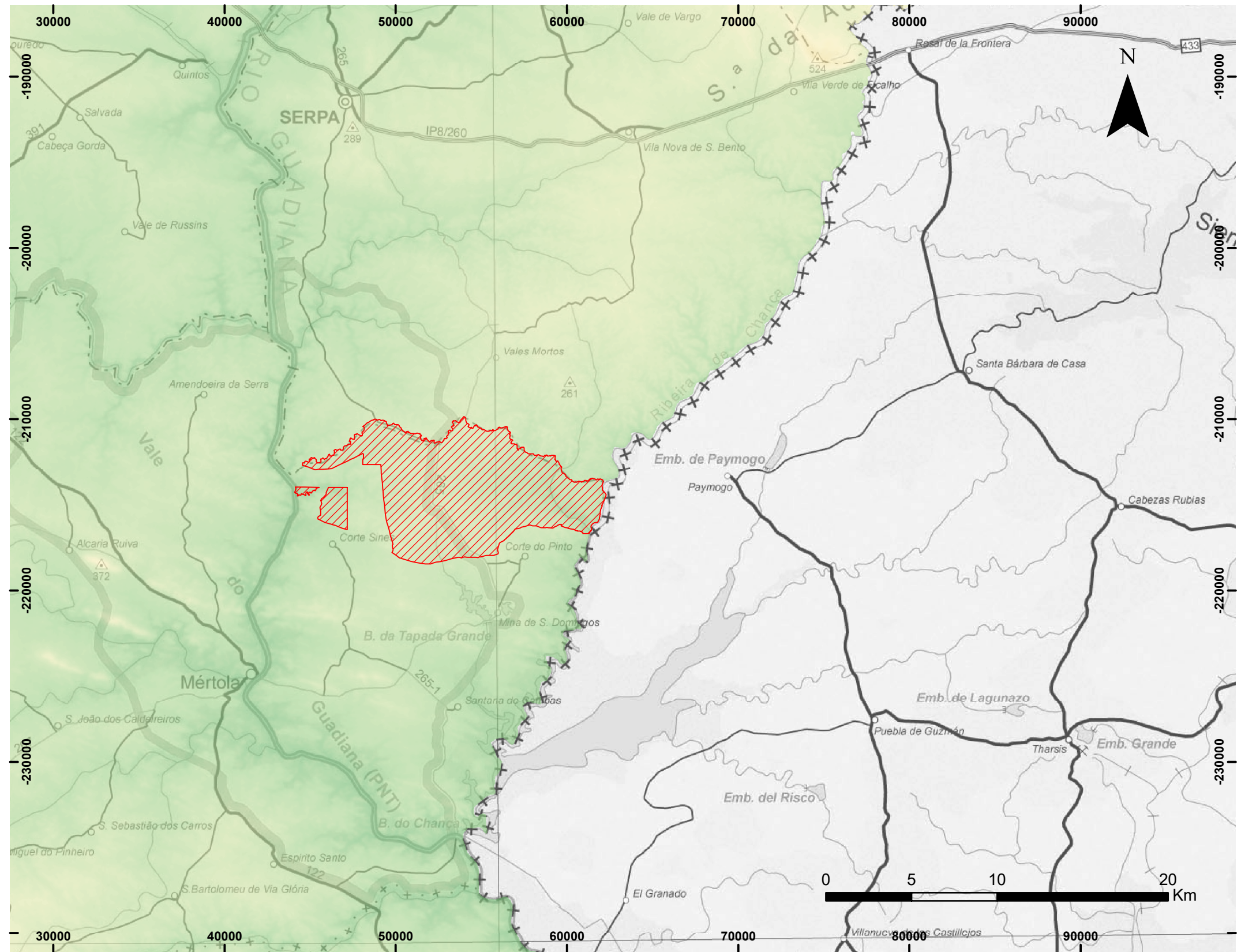
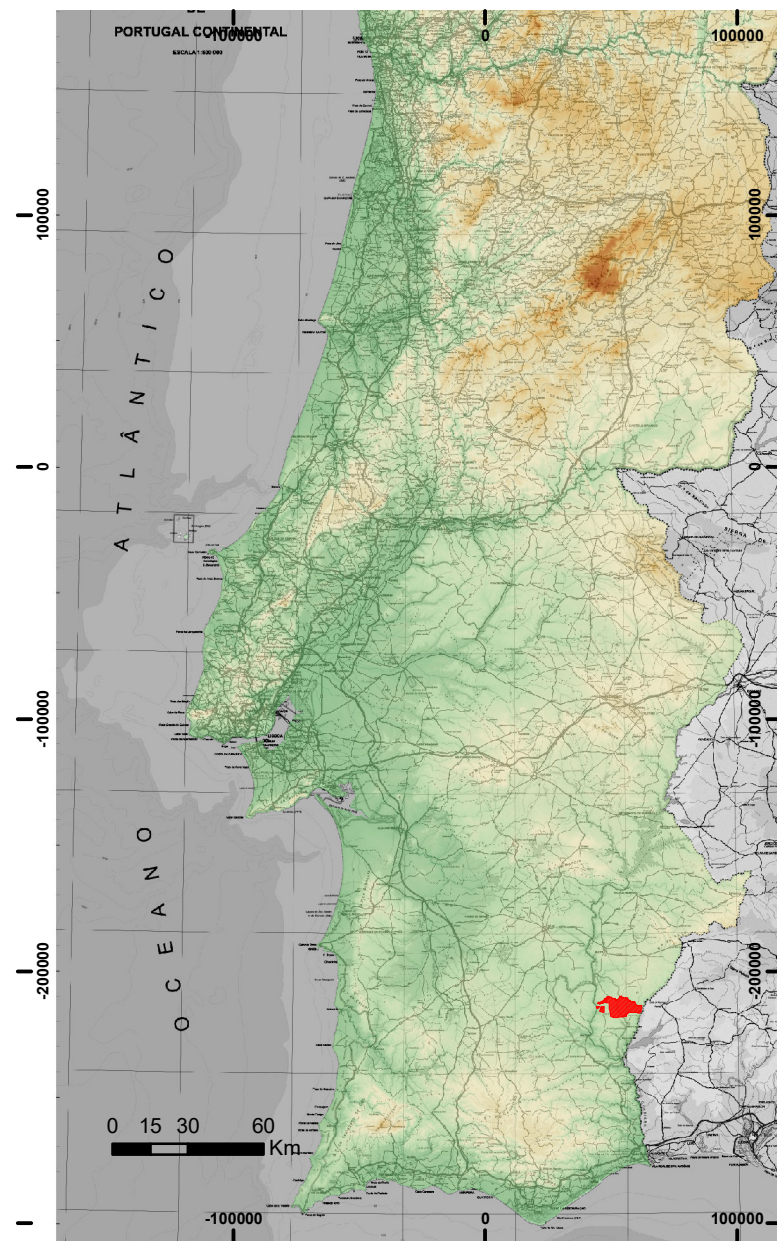
Soares, Fernando B. 2005. "A Agricultura". Em *História da Economia de Portugal: 1700-2000*. Organizado por Lains, Pedro, e Álvaro F. da Silva. 157-183. Imprensa das Ciências Sociais.

SROA. 1960. Carta de Solos e Capacidade de Uso. Escala 1: 50000. Lisboa.

Swinnen, Johann., 2010. *Agricultural protection growth in Europe 1870-1969*". Em *The political economy of agricultural price distortions*, editado por Kym Anderson. 81-104. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Anexos

| | |
|--|----|
| Mapa 1 - Enquadramento Geográfico..... | 1 |
| Mapa 2 - Hipsometria..... | 2 |
| Mapa 3 - Hidrografia..... | 3 |
| Mapa 4 - Solos..... | 4 |
| Mapa 5 - Capacidade de Uso dos Solos..... | 5 |
| Mapa 6 - Divisão do Baldio em 1926..... | 6 |
| Mapa 7 - Usos do Solos 1891-92..... | 7 |
| Mapa 8 - Usos do Solos 1957..... | 8 |
| Mapa 9 - Usos do Solos 1990..... | 9 |
| Mapa 10 - Usos do Solo 2007..... | 10 |
| Mapa 11 - Parcelamento em sobreposição com fotografia aérea..... | 11 |



LEGENDA

 Limites do baldio Serra de Mértola



INSTITUTO
SUPERIOR DE
AGRONOMIA
Universidade de Lisboa

Enquadramento Geográfico

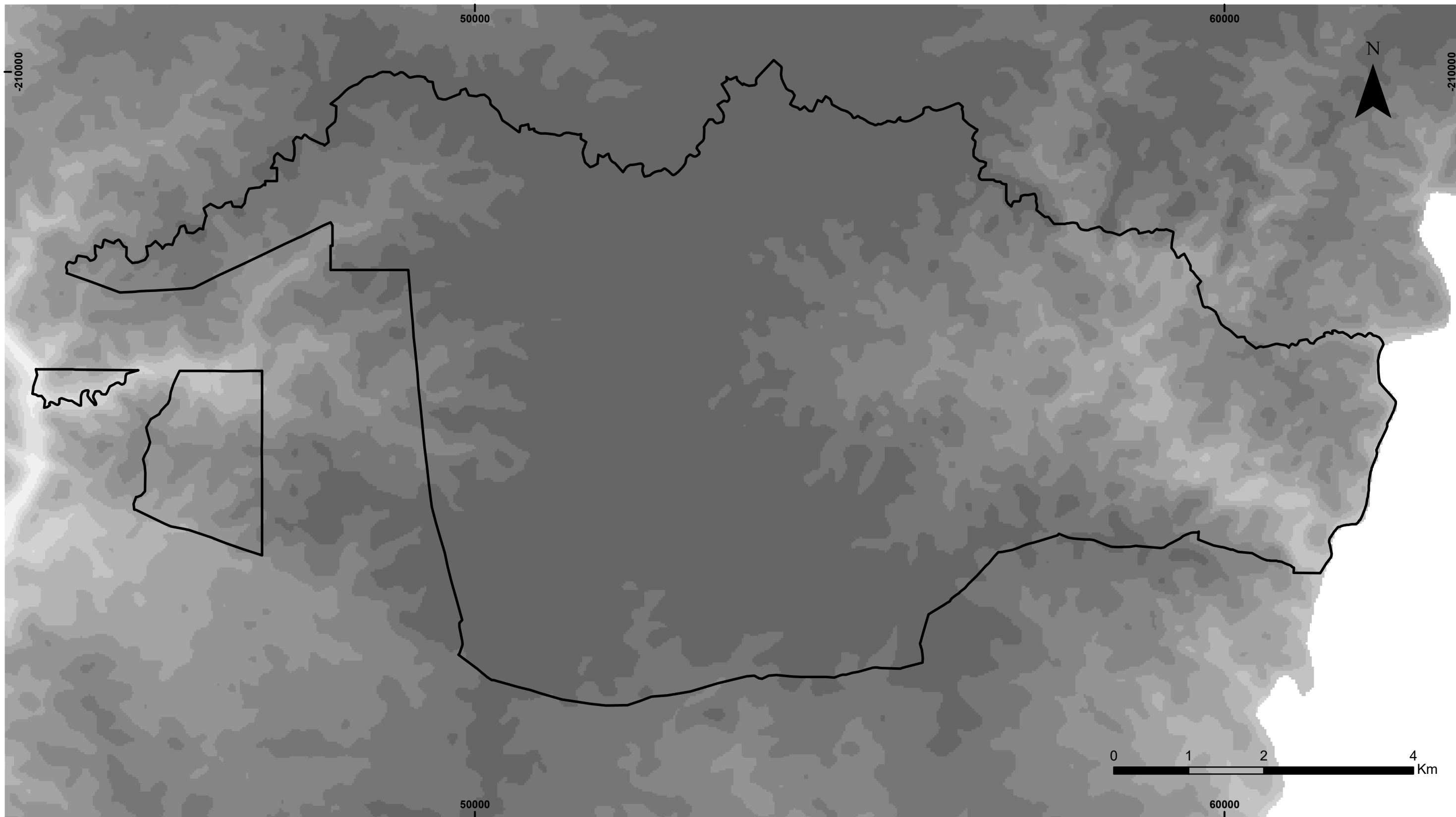
Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem

Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89













Catarina Sequeira Rodrigues


Setembro 2016

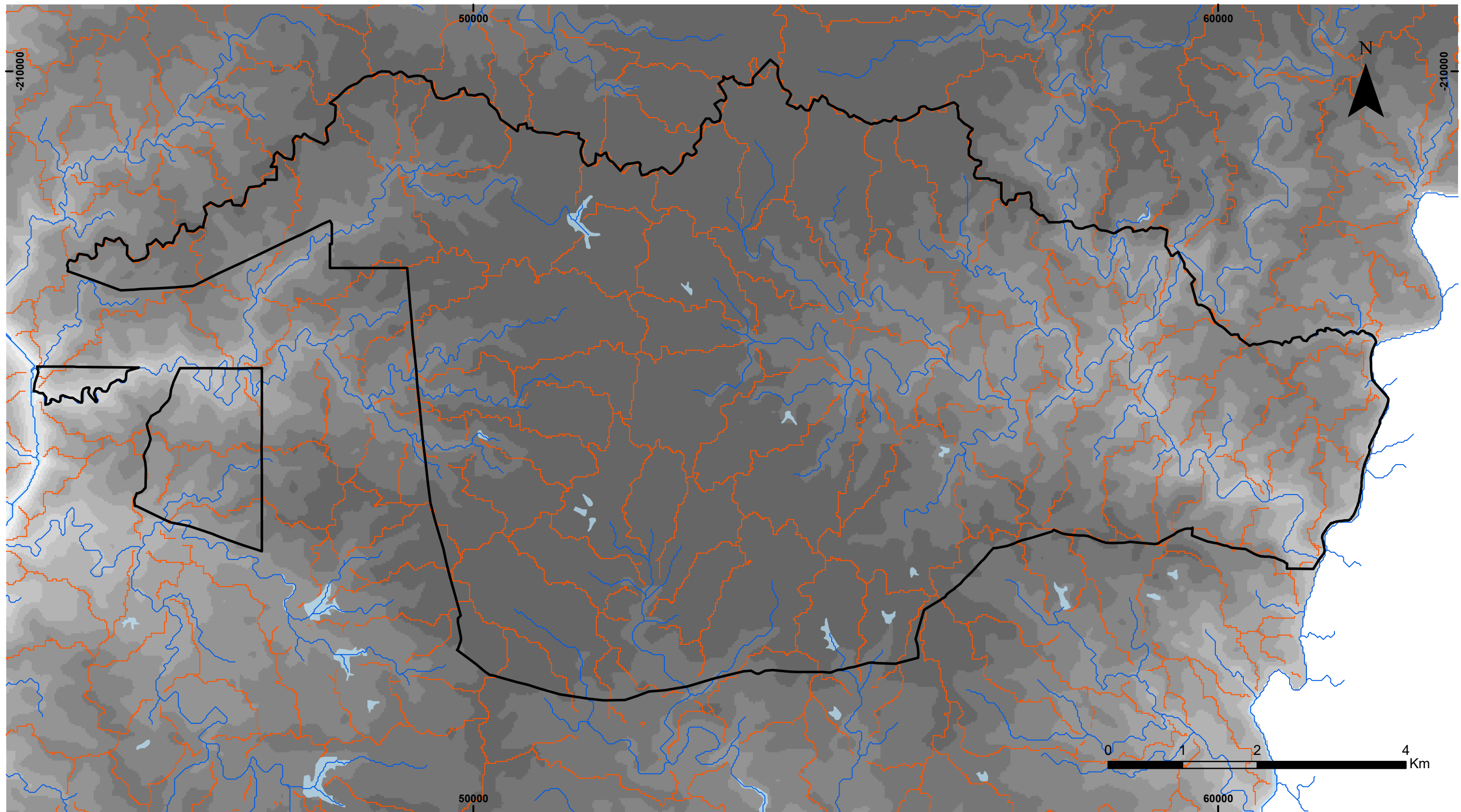
MAPA 1



















LEGENDA


| | | |
|--|---|---|
|  Limites do baldio Serra de Mértola | Classes Hipsométricas (m) |  81 - 100 |
| |  0 |  101 - 120 |
| |  1 - 20 |  121 - 140 |
| |  21 - 40 |  141 - 160 |
| |  41 - 60 |  161 - 180 |
| |  61 - 80 |  181 - 200 |

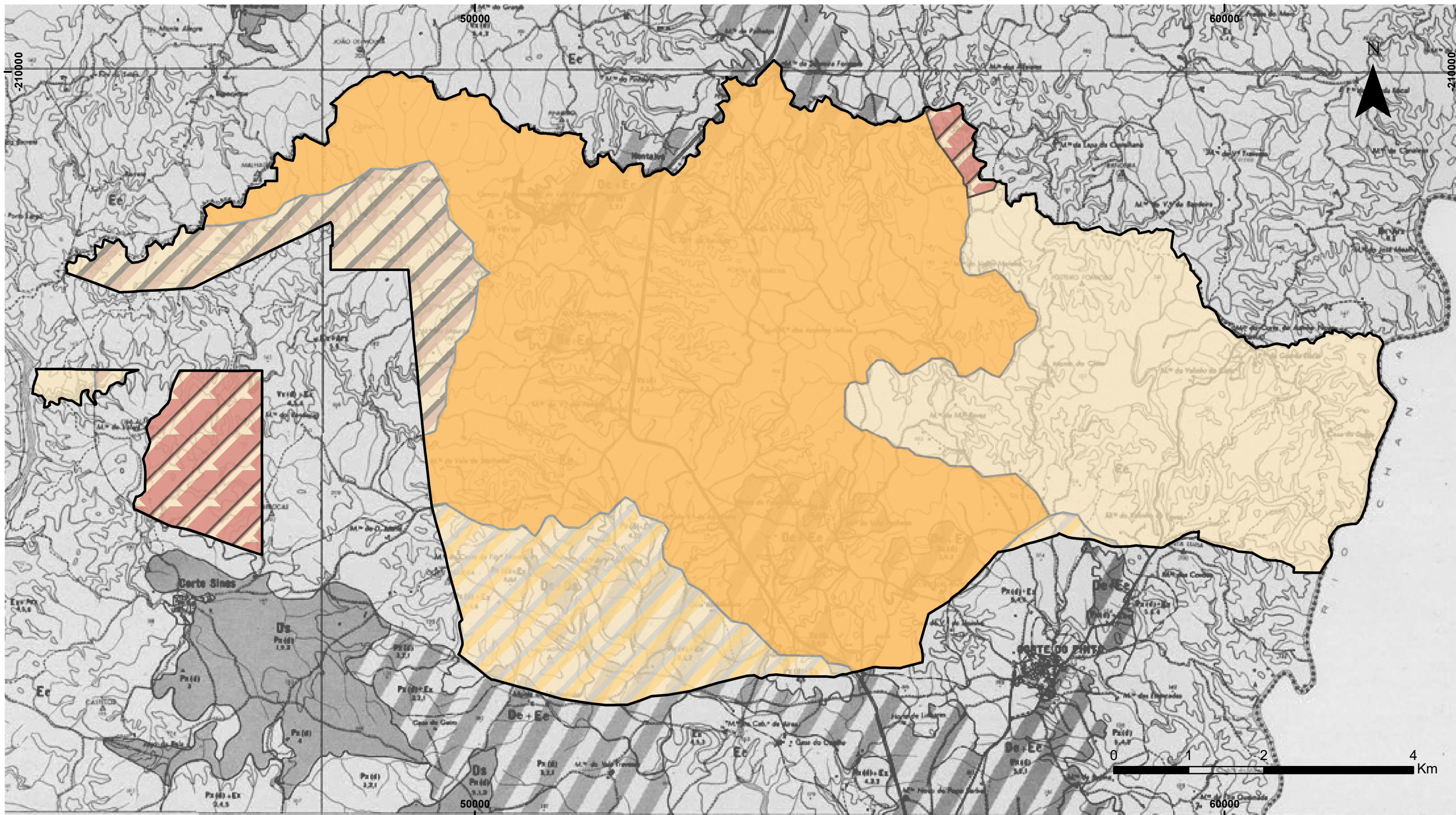
| | | |
|---|--|---------------|
|  | <h1>Hipsometria</h1> | |
| | Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem | |
| Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89 | | |
| Catarina Sequeira Rodrigues | Setembro 2016 | MAPA 2 |



LEGENDA

| | | | | | |
|---|------------------------------------|---|---------------------------|---|-----------|
|  | Limites do baldio Serra de Mértola |  | Classes Hipsométricas (m) |  | 81 - 100 |
|  | Linhas de festo |  | 0 |  | 101 - 120 |
|  | Linhas de água |  | 1 - 20 |  | 121 - 140 |
|  | bacias de água |  | 21 - 40 |  | 141 - 160 |
| | |  | 41 - 60 |  | 161 - 180 |
| | |  | 61 - 80 |  | 181 - 200 |





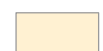
| | | |
|---|--|---------------|
|  | Hidrografia | |
| | Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem | |
| Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89 | | |
| Catarina Sequeira Rodrigues | Setembro 2016 | MAPA 3 |




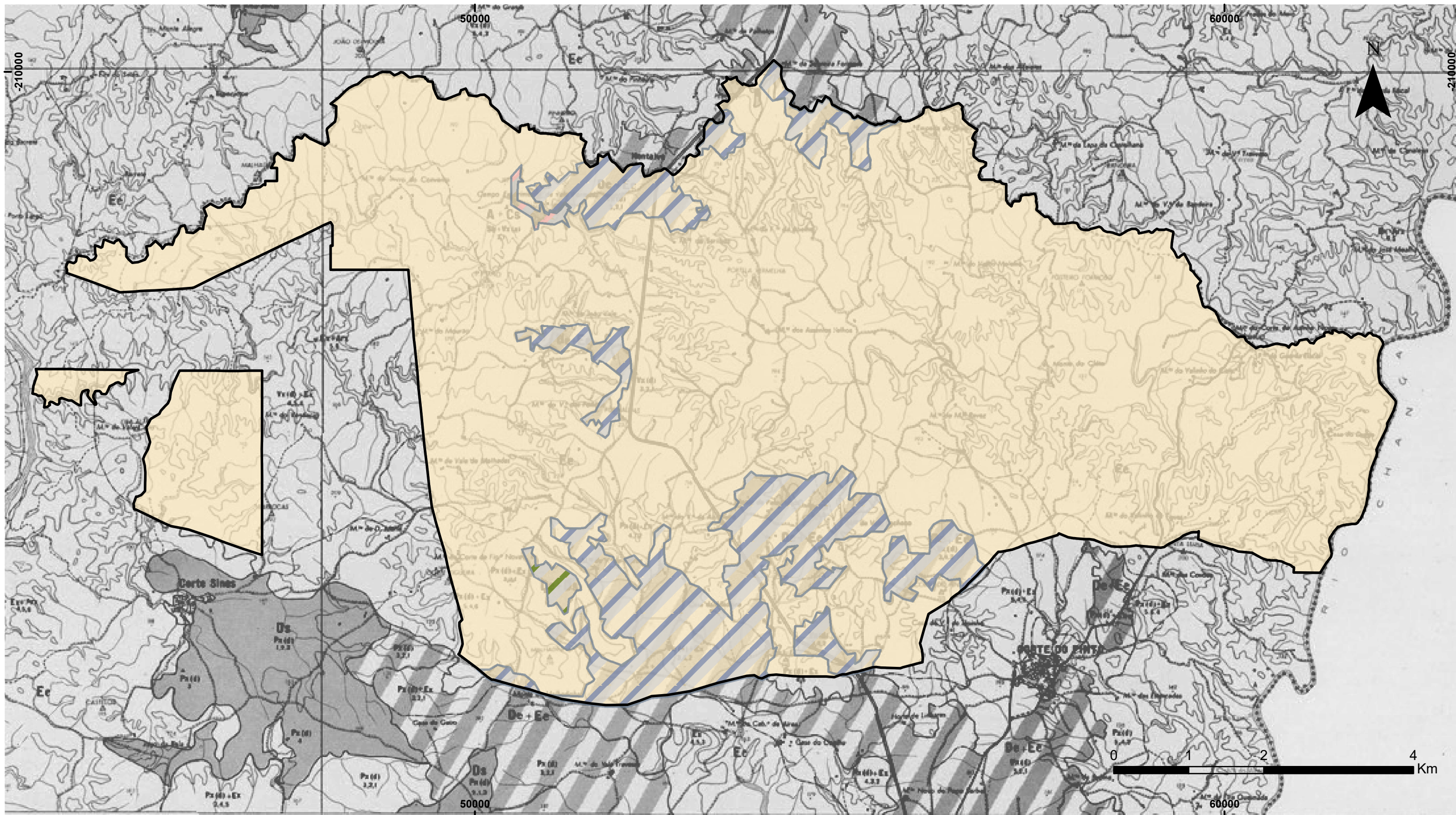
LEGENDA

Limites do baldio Serra de Mértola

Tipos de solo

-  Ex + Arx - Litossolos com afloramentos rochosos
-  Px + Ex - Solos mediterrânicos pardos de xisto e litossolos
-  Vx - Solos mediterrânicos vermelhos ou amarelos de xisto
-  Vx + Ex - Solos mediterrânicos vermelhos ou amarelos com litossolos
-  Ex - Litossolos





| | |
|---|-----------------------------------|
|  | <h2 style="margin: 0;">Solos</h2> |
| <p>Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem</p> | |
| <p>Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89</p> | |
| Catarina Sequeira Rodrigues | Setembro 2016 |
| <p>MAPA 4</p> | |



LEGENDA

Limites do baldio Serra de Mértola

Classes de Capacidade de Uso do Solo

-  A + Cs
-  De + Ds
-  De + Ee
-  Ee



Capacidade de Uso dos Solos

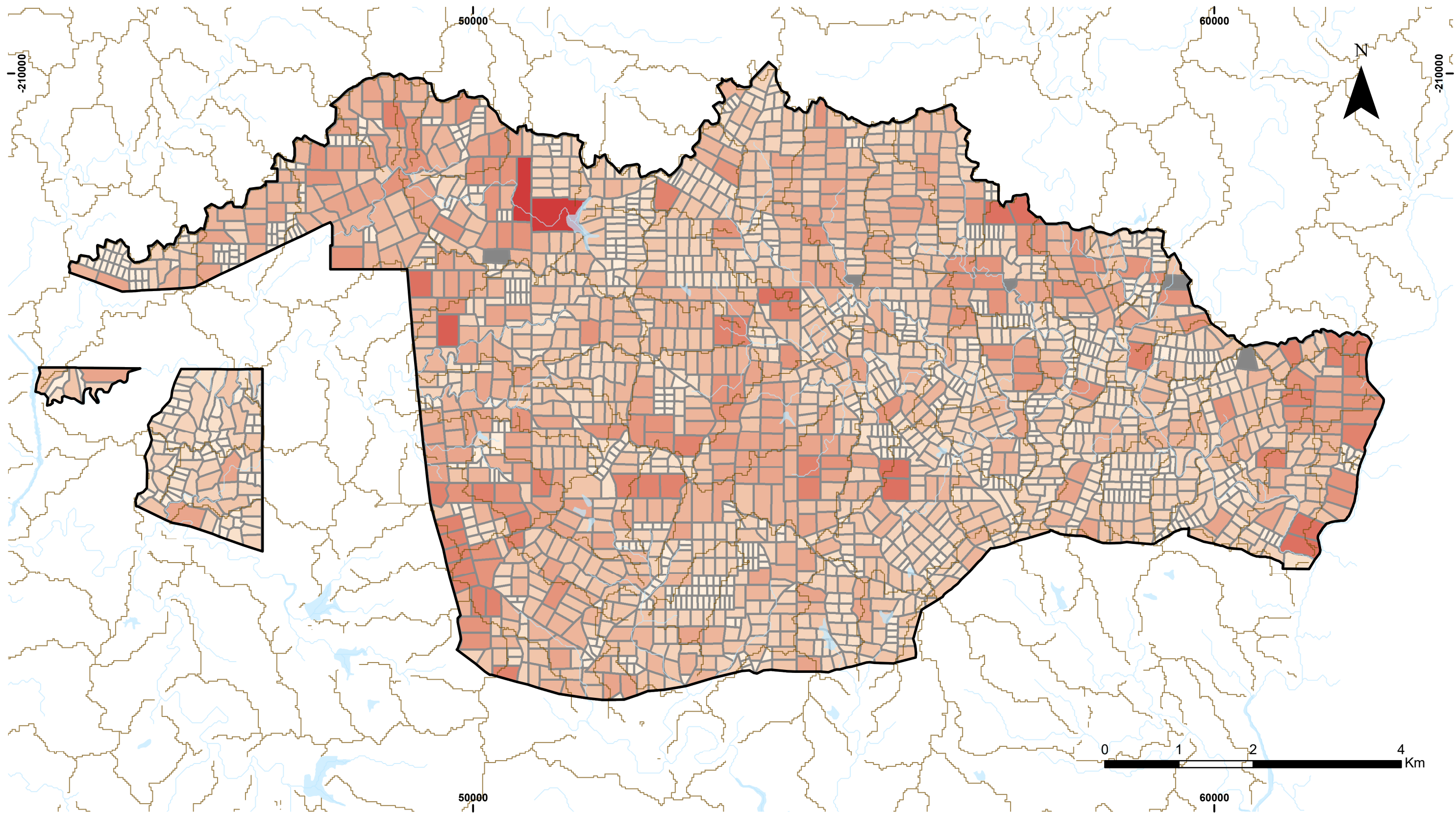
Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem

Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89





Catarina Sequeira Rodrigues

Setembro 2016





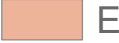







MAPA 5



LEGENDA

-  Limites do baldio Serra de Mértola
-  Linhas de água
-  Linhas de festo
-  bacias de água

Classes de Glebas

- | | | |
|---|---|--|
|  A |  D |  I |
|  B |  E |  J |
|  C |  F |  NA |
| |  G |  PA |
| |  H | |



Divisão do Baldio em glebas

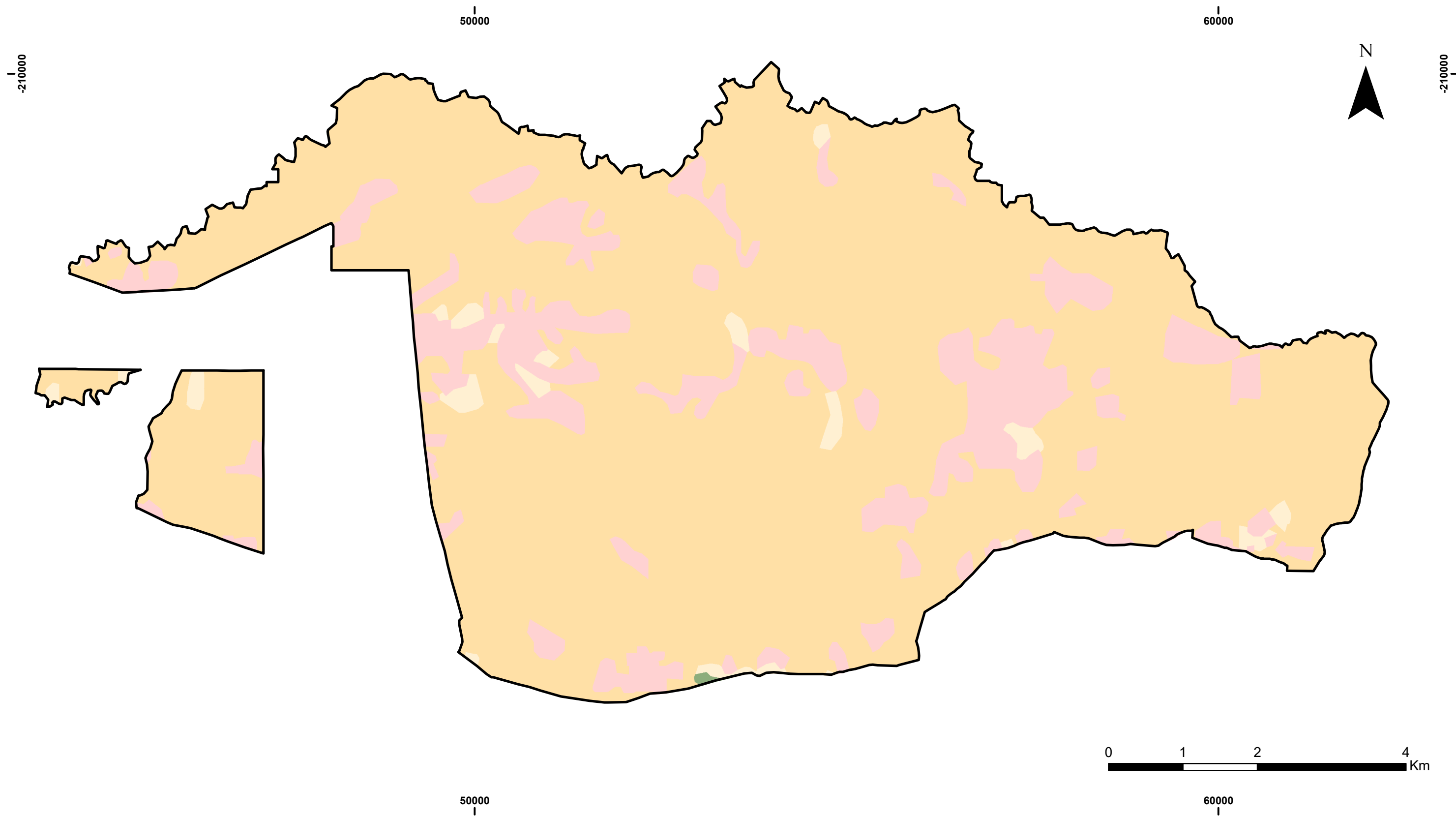
Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem

Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89

Catarina Sequeira Rodrigues

Setembro 2016

MAPA 6



LEGENDA

Limites do baldio Serra de Mértola

Usos do Solo

Matos e Charnecas

Montado de Azinho

Culturas Arvenses

Pousios e Pastagens



Usos do Solo 1891-92

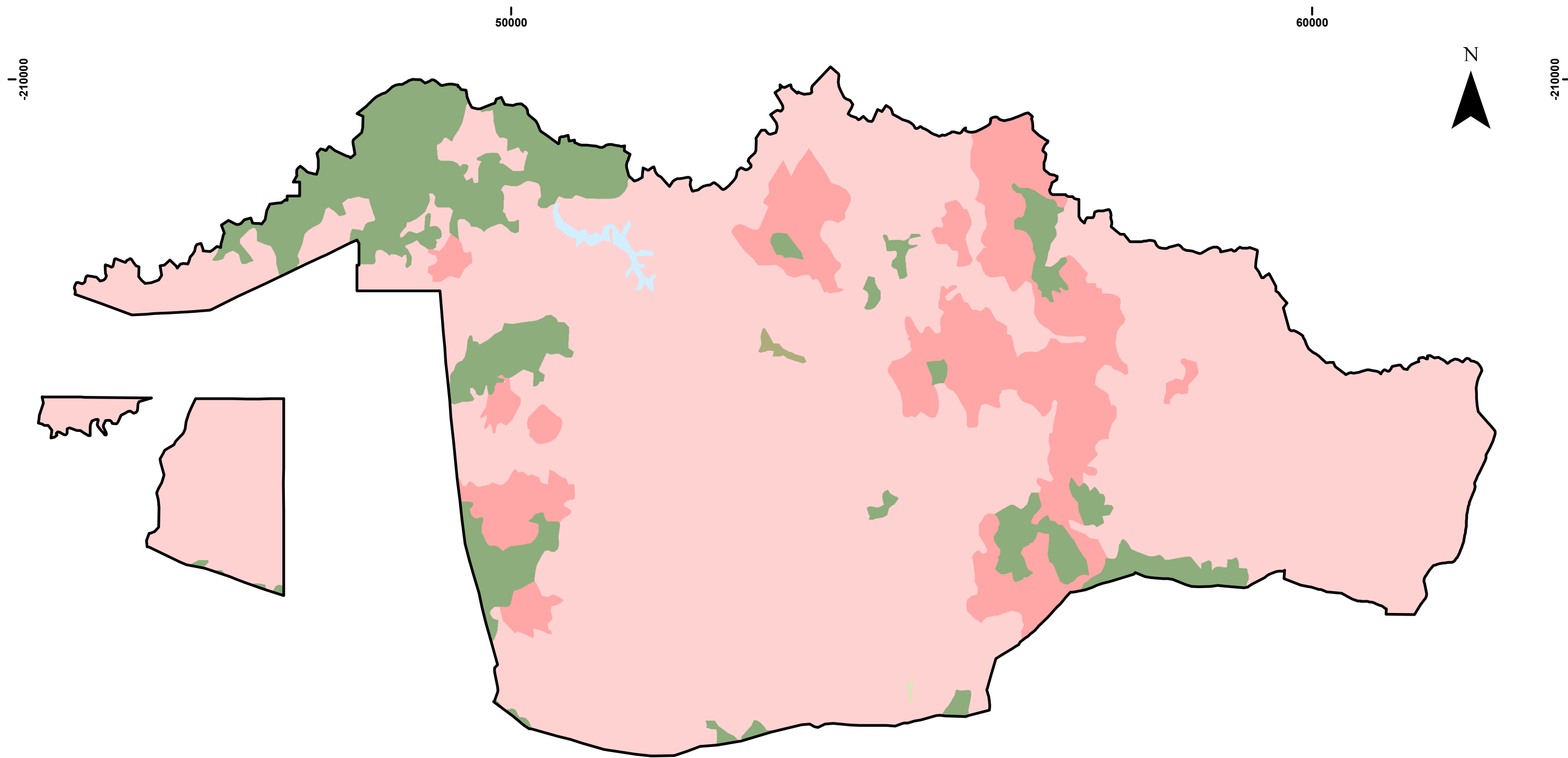
Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem

Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89

Catarina Sequeira Rodrigues

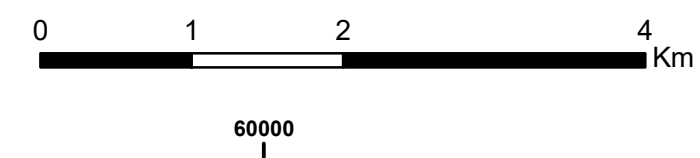
Setembro 2016


MAPA 7

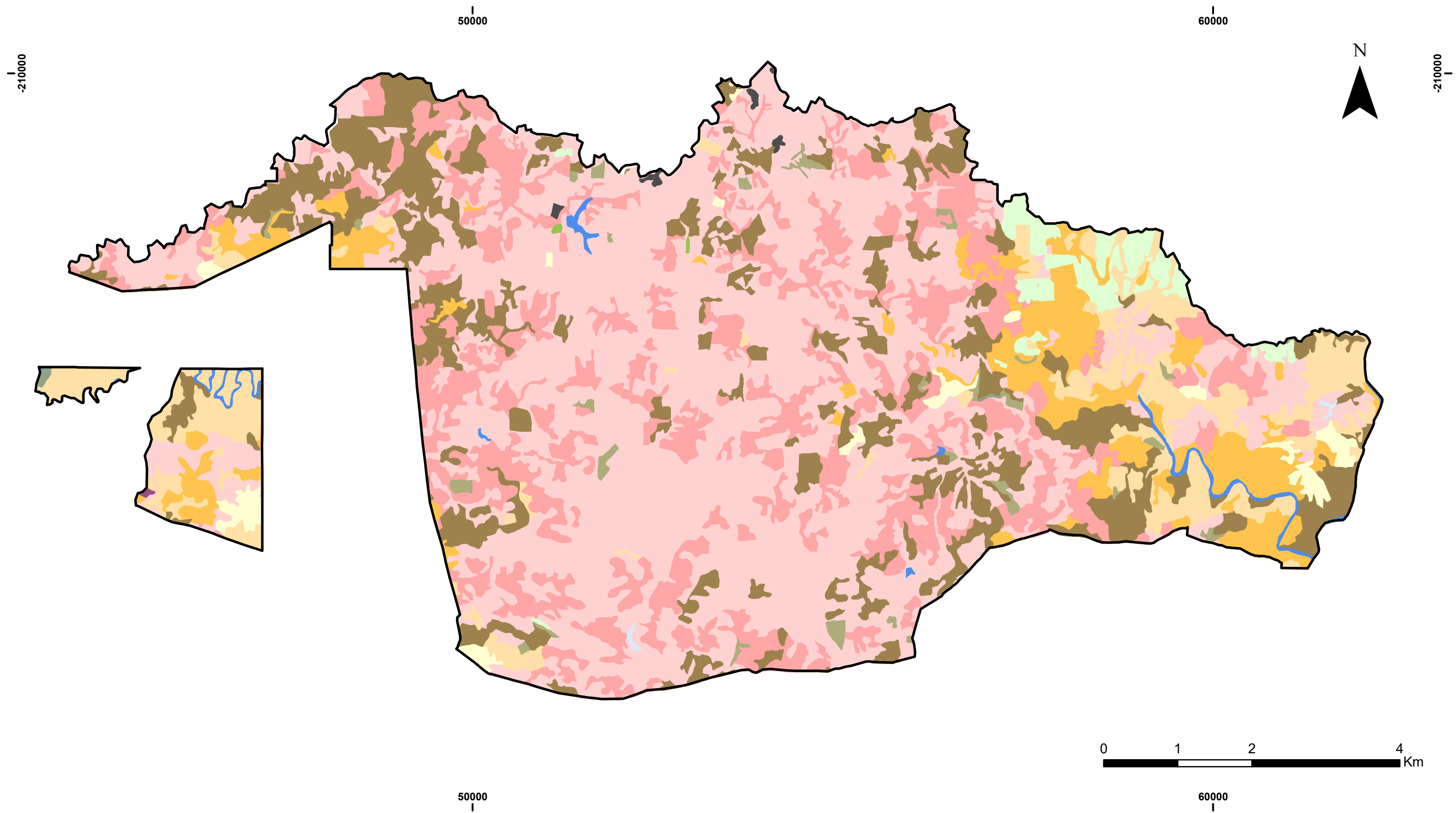


LEGENDA

- Limites do baldio Serra de Mértola
- Usos do Solo
- Cultura Arvense
- Cultura Arvense + Montado de azinho
- Cultura de regadio
- Hortícolas + Olival
- Montado de Azinho
- Olival



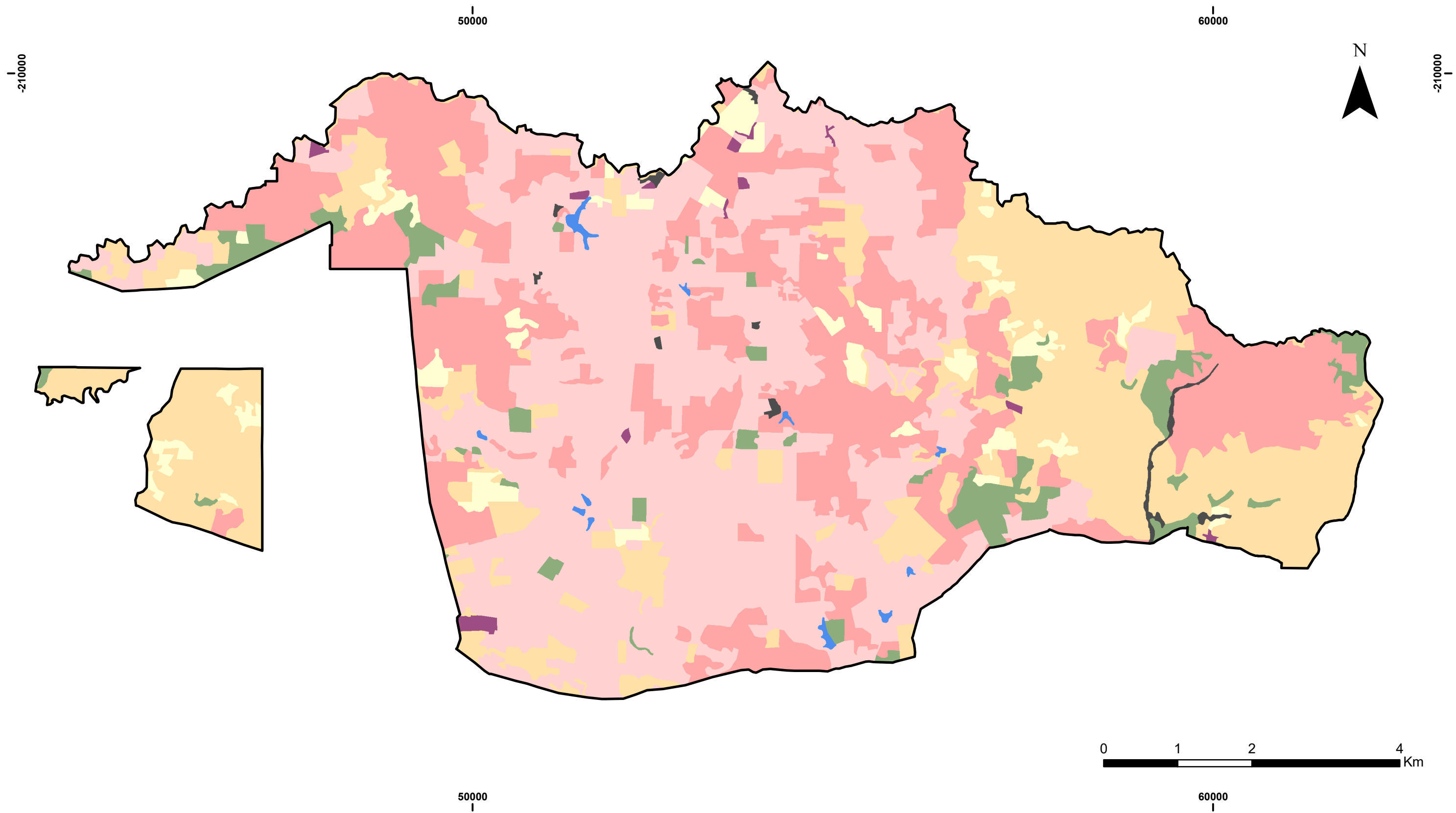
| | |
|---|--------------------------|
|  | Usos do Solo 1957 |
| Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem | |
| Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89 | |
| Catarina Sequeira Rodrigues | Setembro 2016 |
| MAPA 8 | |



LEGENDA

- | | | |
|------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| Limites do baldio Serra de Mértola | Floresta de outras folhosas | Urbano |
| Azinhal abandonado | Mato | Vinha |
| Cultura arvense regadio | Montado | Zona verde urbana |
| Cultura arvense sequeiro | Olival | Águas interiores |
| Cursos de água | Pastagens Naturais Pobres | Áreas agrícolas heterogêneas |
| Eucaliptal | Pinheiro Manso | |

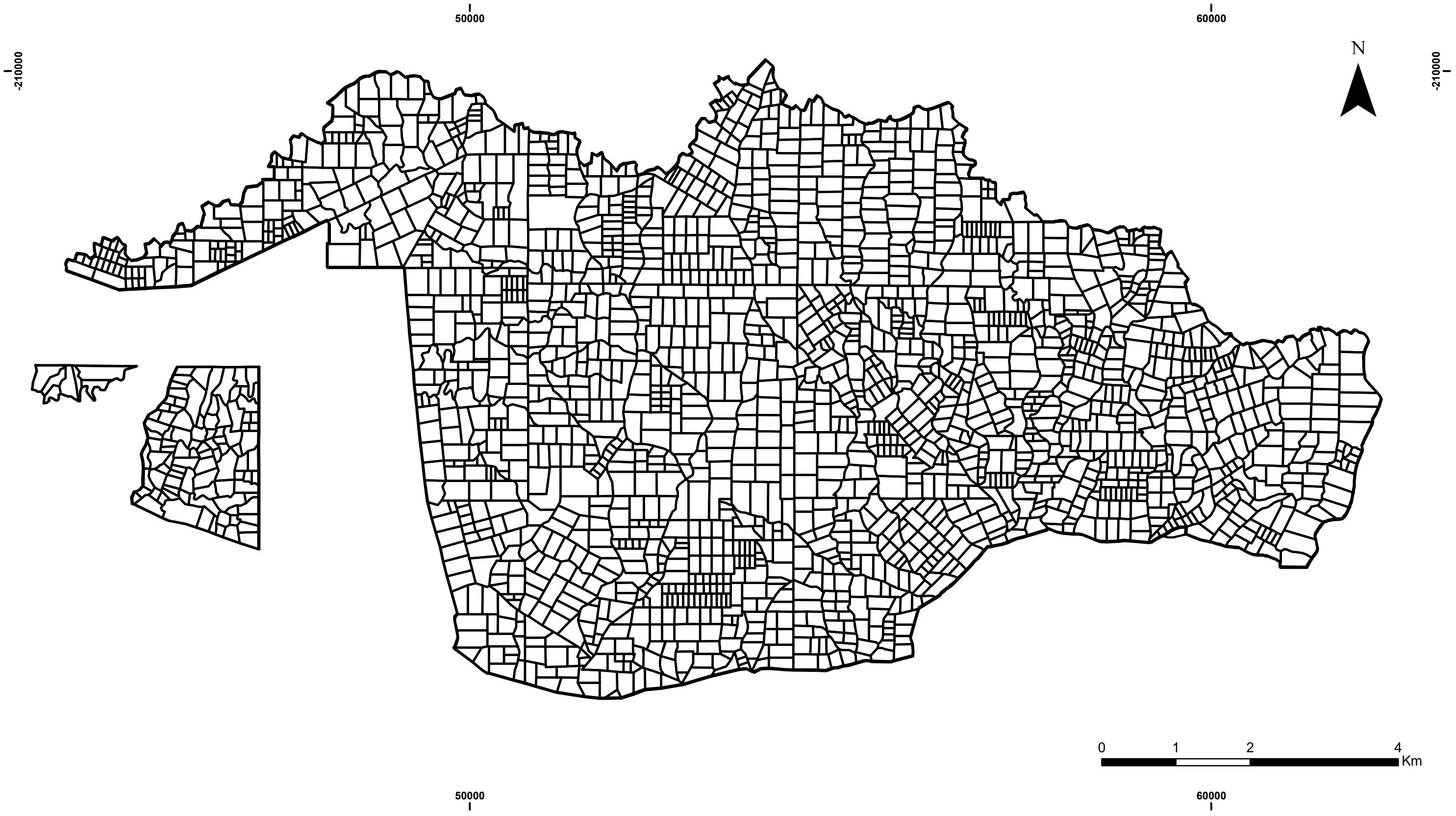
| | | |
|---|--|---------------|
| | Usos do Solo 1990 | |
| | Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem | |
| Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89 | | |
| Catarina Sequeira Rodrigues | Setembro 2016 | MAPA 9 |





LEGENDA


- | | |
|------------------------------------|---|
| Limites do baldio Serra de Mértola | Floresta aberta e vegetação arbustiva |
| Usos do Solo | Pastagens permanentes |
| Culturas Permanentes | Urbano |
| Culturas Temporárias | zonas descobertas e com pouca vegetação |
| Cursos de Água e águas interiores | Áreas agrícolas heterogêneas |
| Floresta | |

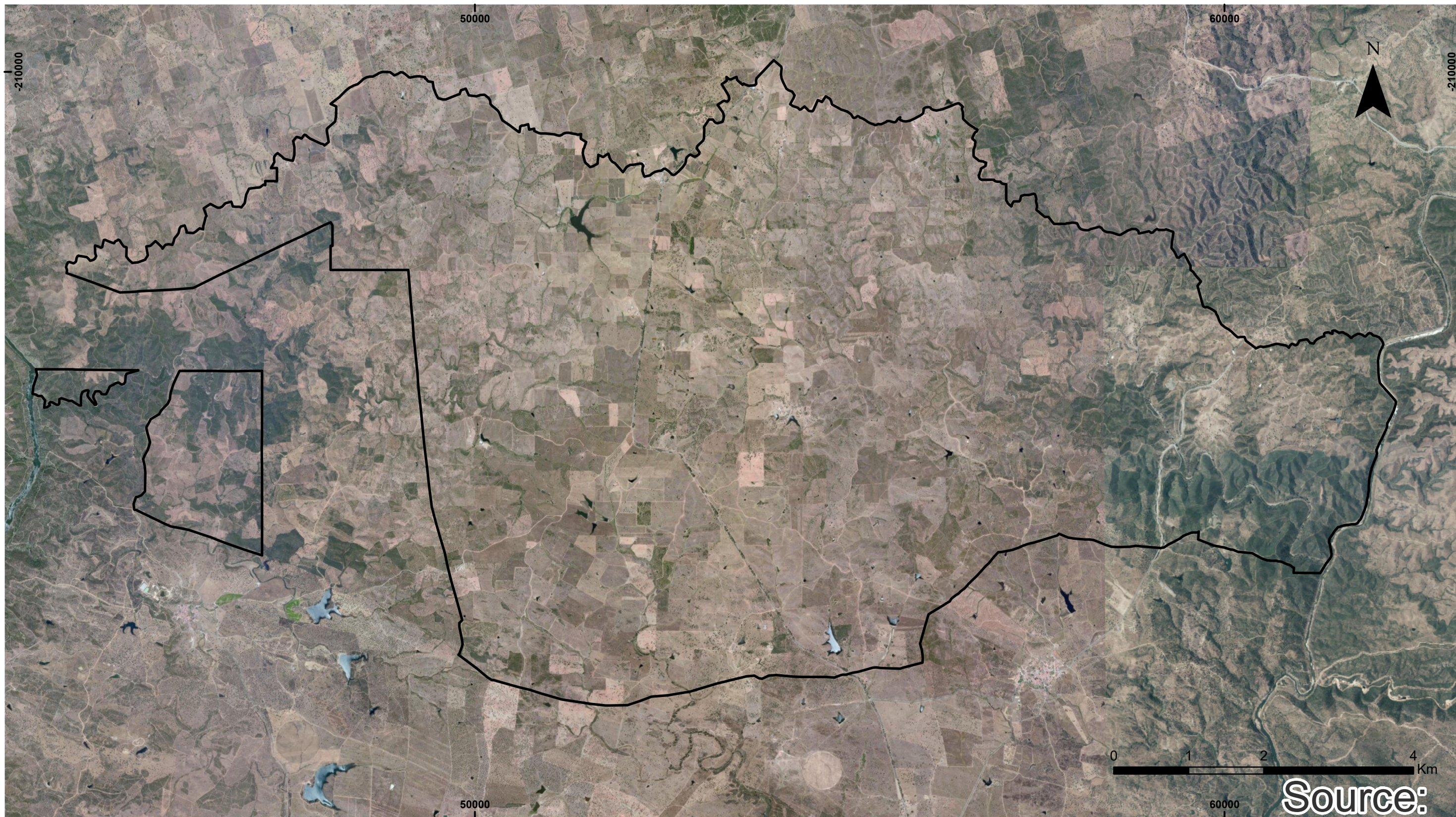
| | | |
|---|--|----------------|
| | Usos do Solo 2007 | |
| | Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem | |
| Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89 | | |
| Catarina Sequeira Rodrigues | Setembro 2016 | MAPA 10 |



LEGENDA


-  Limites do baldio Serra de Mértola
-  glebas

| | |
|---|--|
|  | <p>Divisão do Baldio em glebas Sobreposição com fotografia aérea 2008</p> |
| <p>Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem</p> | |
| <p>Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89</p> | |
| Catarina Sequeira Rodrigues | Setembro 2016 |
| <p>MAPA 11</p> | |



LEGENDA

□ Limites do baldio Serra de Mértola

| | | |
|---|---|----------------|
|  | Divisão do Baldio em glebas Sobreposição com fotografia aérea 2008 | |
| | Baldio Serra de Mértola: Uma História da Paisagem | |
| Sistema de Referência utilizado: PT-TM06/ETRS89 | | |
| Catarina Sequeira Rodrigues | Setembro 2016 | MAPA 11 |